

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA

LAGES
2020

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA

I

Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia,
aprovado pelo Conselho Universitário
(CONSUNI) da Universidade do Planalto
Catarinense (UNIPAC).

LAGES
2020

SUMÁRIO

1	DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO.....	6
1.1.	NOME DA MANTENEDORA.....	6
1.2.	BASE LEGAL DA MANTENEDORA.....	6
1.3.	NOME DA MANTIDA.....	6
1.4.	BASE LEGAL DA IES.....	6
1.5.	PERFIL E MISSÃO DA IES.....	7
1.5.1.	Perfil.....	7
1.5.2.	Missão.....	7
1.5.3.	Visão.....	7
1.6.	DADOS SOCIOECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO DA IES.....	8
1.7.	BREVE HISTÓRICO DA IES.....	10
2	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	18
2.1.	NOME DO CURSO.....	18
2.1.1.	Grau.....	18
2.2.	ATOS LEGAIS DO CURSO.....	18
2.3.	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO.....	19
2.4.	NÚMERO DE VAGAS AUTORIZADAS.....	19
2.5.	PERIODICIDADE.....	19
2.6.	INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO.....	19
2.7.	TURNOS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO.....	19
2.8.	MODALIDADE DE OFERTA.....	19
2.9.	FORMAS DE ACESSO.....	19
3	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA DO CURSO.....	20
3.1.	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	20
3.1.1.	Justificativa para a criação do curso.....	25
3.2.	PESQUISA E EXTENSÃO NO CONTEXTO DO CURSO.....	25
3.3.	OBJETIVOS DO CURSO.....	29
3.3.1.	Objetivo Geral.....	30
3.3.2.	Objetivos Específicos.....	30
3.4.	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	30
3.5.	ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL.....	31
3.6.	ESTRUTURA CURRICULAR, EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS.....	32
3.6.1.	Estrutura Curricular.....	32
3.6.1.1.	Resumo Explicativo.....	34
3.6.2.	Ementário e Referências.....	34
3.7.	CONTEÚDOS CURRICULARES.....	55
3.7.1.	Distribuição das Disciplinas por Conteúdos Curriculares.....	56
3.7.2.	Representação Gráfica do Perfil de Formação.....	58
3.7.3.	Requisitos Legais.....	58
3.7.3.1.	Educação Ambiental.....	58
3.7.3.2.	Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.....	61
3.7.3.3.	Direitos Humanos.....	62
3.7.3.4.	Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA).....	62

3.8. METODOLOGIA.....	64
3.9. ESTÁGIO CURRICULAR.....	65
3.9.1. Estágio Curricular Obrigatório.....	65
3.9.2. Estágio Curricular Obrigatório – Relação com a Rede de Escolas de Educação Básica.....	67
3.9.3. Estágio Curricular Obrigatório – Relação entre Teoria e Prática.....	69
3.9.4. Estágio Curricular Não obrigatório.....	70
3.10. ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	71
3.11. APOIO AOS DISCENTES.....	72
3.11.1. Apoio e Acompanhamento Pedagógico.....	74
3.11.2. Acessibilidade ao Estudante com Deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação.....	75
3.12. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....	76
3.13. AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO.....	79
3.14. PARTICIPAÇÃO DOS DISCENTES NO ACOMPANHAMENTO E NA AVALIAÇÃO DO PPC.....	80
3.15. ATIVIDADES DE TUTORIA.....	80
3.16. CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA.....	82
3.17. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS).....	82
3.18. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA).....	83
3.19. MATERIAL DIDÁTICO.....	84
3.20. SISTEMA DE AVALIAÇÃO (EAD).....	86
3.21. RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA).....	88
3.22. ENCONTROS PRESENCIAIS.....	89
3.23. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	89
3.24. NÚMERO DE VAGAS.....	91
3.25. INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO.....	91
3.25.1. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).....	91
3.25.2. Residência Pedagógica.....	93
3.25.3. Programa de Desenvolvimento Regional – PROESDE/Licenciaturas.....	95
3.25.4. Convênio entre Secretaria de Estado da Educação e Universidade.....	97
3.25.5. Convênio entre a Secretaria Municipal de Educação e Universidade.....	97
3.26. ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS.....	98
3.26.1. Prática como Componente Curricular.....	99
4 CORPO DOCENTE.....	100
4.1. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE.....	100
4.2. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR.....	101
4.3. ATUAÇÃO DO COORDENADOR.....	101
4.4. REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO.....	102
4.5. CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO.....	102
4.6. REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO.....	103
4.7. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE.....	104
4.8. EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	104
4.9. EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR.....	104
4.10. EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EAD.....	105
4.11. EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EAD.....	106

4.12. ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE.....	106
4.13. TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO.....	107
4.14. EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EAD.....	107
4.15. INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADORES.....	108
4.16. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA.....	108
5 INFRAESTRUTURA.....	109
5.1. ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL.....	109
5.2. ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR.....	109
5.3. SALA COLETIVA DE PROFESSORES.....	110
5.4. SALAS DE AULA.....	110
5.5. ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.....	110
5.6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR (UC).....	112
5.7. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR (UC).....	114
5.8. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA.....	116
5.9. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA.....	116
5.9.1. Laboratório – Brinquedoteca.....	117
5.10. COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).....	118
6 REQUISITOS LEGAIS.....	120
7 REFERÊNCIAS.....	123

DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO

NOME DA MANTENEDORA

Razão Social: Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense

CNPJ: 84.953.579/0001-05

BASE LEGAL DA MANTENEDORA

A Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense (Fundação UNIPLAC), CNPJ n. 84.953.579/000-05, mantenedora da Universidade do Planalto Catarinense foi criada pela Lei n. 078, de 23/12/1969 e consolidada pela Lei Complementar Municipal n. 092, de 01/04/1998, registrada no livro A- 4, sob o n. 1.240 de pessoas jurídicas, em 13/04/1998, no Cartório do Registro Civil, Registro de Títulos, Documentos e outros Papéis e Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Lages/SC. É entidade educacional, com abrangência nacional, com prioridade regional, de caráter comunitário e sem fins lucrativos, pública de direito privado, com prazo de duração indeterminado.

Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, 170 - Bairro: Universitário - Lages/SC

CEP: 88.509-900

Contato: Fone: (49) 3251-1002

email: secfundacao@uniplaclages.edu.br

homepage: <http://www.uniplaclages.edu.br>

NOME DA MANTIDA

Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC

BASE LEGAL DA IES

Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, 170 - Bairro: Universitário

Município: Lages/SC

CEP: 88.509-900

Contato: Fone: (49) 3251-1022

email: gabinetedoreitor@uniplaclages.edu.br

homepage: <http://www.uniplaclages.edu.br>

Reconhecida mediante Resolução n. 031/CEE/SC, Parecer n. 312/CEE/SC de 15/06/1999 e pelo Decreto n. 312, de 23/06/1999, do Governo do Estado, publicado no DOE.

Renovação do Credenciamento mediante Resolução n. 058/CEE/SC, Parecer n. 334/CEE/SC de 09/11/2004 e pelo Decreto n. 2.717, de 10/12/2004, do Governo do Estado, publicado no DOE.

Renovação do Credenciamento por mais 5 anos (2010-2015) mediante Resolução n. 070/CEE/SC e Parecer n. 243/CEE/SC de 23/11/2010, e pelo Decreto n. 038, de 10/02/2011, do Governo do Estado, publicado no DOE.

PERFIL E MISSÃO DA IES

Perfil

A UNIPLAC é IES mantida pela Fundação Uniplac, que foi criada por Lei Municipal, de caráter privado e comunitário, se encontra vinculada ao Sistema Federal de Ensino, através do Edital n. 4, de 10/07/2014, de Migração das Instituições de Educação Superior Privadas e Portaria Normativa n. 840, de 24 de agosto de 2018, do Gabinete do Ministro da Educação, e Resolução do CONSUNI, n. 134, de 25/07/2014.

Missão

Promover a formação de cidadãos críticos, reflexivos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

Visão

Ser uma universidade comunitária de referência na promoção do conhecimento e desenvolvimento sustentável.

DADOS SOCIOECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO DA IES

O Estado de Santa Catarina possui um perfil diversificado: uma agricultura forte, baseada em minifúndios rurais, divide espaço com um parque industrial atuante, considerado o quarto maior do país. Indústrias de grande porte e milhares de pequenas empresas espalham-se, fazendo do estado de Santa Catarina a oitava maior economia brasileira pelo tamanho de seu Produto Interno Bruto.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2014, Lages é um município do estado de Santa Catarina, na região sul do Brasil, possui 158.846 habitantes. Lages é um dos municípios com área territorial de 2.631.504 km² e faz parte da mesorregião (política) e região (geográfica) serrana do Estado. Lages também se caracteriza por ter altitude elevada, que varia de 850 a 1200 metros acima do nível do mar.

A ocupação da Região Serrana de Santa Catarina, no Século XVIII, articulou pecuária extensiva, concentração fundiária e coronelismo político. O 1º ciclo econômico foi a pecuária extensiva e o 2º ciclo econômico regional: extração de madeira (*Araucariaangustifolia*), que iniciou nos anos 30, do século XX. Em 1940, a extração da madeira, superou a pecuária em importância econômica e o apogeu deu-se nos anos 50. Porém, nos anos 60 e 70, iniciou o esgotamento do ciclo madeireiro e resultou numa região empobrecida, e consta como um dos IDHs abaixo da média do Estado. Da década de 70, do século XX, até a primeira década do século XXI, a Região tem se debatido à procura da retomada do desenvolvimento.

Novas propostas surgiram para o desenvolvimento de Lages e Região, a saber: 1) Industrialização, com ênfase na agroindústria, inclusive indústria madeireira; 2) Setor de serviços (Educação, inclusive Ensino Superior); 3) Agropecuária de bases intensivas; 4) Fruticultura de clima temperado; 5) Vitivinicultura; 6) Silvicultura; 7) Turismo Rural.

A Serra catarinense possui um forte perfil agrícola, com destaque para a maior produção estadual de maçã, pera, alho, feijão e batata-inglesa. Soma-se a esta produção, a expressividade de sua produção florestal (reflorestamento de pinus), fator decisivo para a alavancagem e consolidação dos segmentos de celulose e papel, madeireiro e moveleiro da Macrorregião.

Lages é conhecida pelo apelido de "Princesa da Serra", é o município de maior extensão territorial de Santa Catarina e reconhecida pela criação de gado, por suas madeiras e lavoura, sendo um dos mais importantes municípios de Santa Catarina pela sua participação econômica.

A economia é basicamente sustentada pela pecuária, agricultura (com destaque para a

vinicultura), indústria madeireira (com destaque na produção de papel e celulose) e turismo rural. A economia de Lages sofreu um forte declínio com a redução sistemática da pujança do ciclo da madeira, que teve seu auge até a década de 1950. O município, outrora o maior e mais rico do Estado, teve sua fatia do produto interno bruto estadual bastante reduzida. Novos projetos industriais, desenvolvimento regional sustentável e investimentos no município têm contribuído para que a arrecadação volte a crescer.

O parque industrial de Lages consiste em grande parte, de empreendimentos ligados à cadeia produtiva da madeira, como madeireiras, fábrica de grampos, fábrica de portas, soleiras, batentes e congêneres. Se destaca também, empresas ligadas ao setor metalomecânico, que possui papel importante na geração de emprego e renda do município. Existem empresas que são sedes de multinacionais nos ramos de peças de tratores e outros veículos terrestres. Pode-se destacar algumas indústrias no ramo cervejeiro, exportadora de alimentos à base de frango, empresas de papel e celulose. De acordo com dados do Sebrae (2013), o município de Lages exportou o montante de US\$ 109.396.099,0 em 2011.

Lages também é um centro regional de comércio. A população de municípios vizinhos encontra um ambiente propício para compras e negócios na cidade. Além do centro da cidade, também existe fortíssima concentração de comércio no bairro Coral, tanto que tal bairro é considerado um "bairro-cidade", devido à esta grande concentração de comércio e serviços. Existem ainda polos de comércio em alguns bairros periféricos da cidade, como Guarujá, Santa Helena, Penha e Santa Catarina. No inverno, o comércio é bastante fortalecido com o turismo rural e com a Festa Nacional do Pinhão, o segundo maior evento gastronômico e cultural de Santa Catarina.

Outro forte segmento é o turismo rural da região, que iniciou em 1984, buscando agregar valor às fazendas centenárias da região que começaram a adaptar-se para receber visitantes e turistas que buscavam conhecer a vida de campo, a vida simples do homem serrano, com ordenhas, plantações, gastronomia, além de proporcionar às pessoas um refúgio do agito da cidade para passar dias agradáveis junto à natureza. O turismo rural é um dos grandes atrativos da Macrorregião Serra Catarinense. O planalto serrano por suas paisagens bucólicas e pela neve que se precipita em algumas cidades faz com que todos os anos a região receba milhares de visitantes no inverno.

A cidade possui uma extensa malha viária urbana, com mais de 600 quilômetros de ruas e possui um complexo mapa viário, com várias avenidas interligando todos os pontos da cidade. Além disso, o município de Lages é cortado por 3 rodovias federais e estaduais, que propicia a logística adequada para o escoamento dos produtos desenvolvidos no município. A

BR 282 - corta o município de leste a oeste, ligando a cidade à Florianópolis e ao oeste do estado. A BR 116 - corta o município de norte a sul, ligando a cidade à Curitiba e Porto Alegre. Conta ainda com a rodovia SC 114 (antiga SC 438) - liga o município à cidade de São Joaquim e a SC 114 (antiga SC 425), que liga o município à BR 470, cruzando a cidade de Otacílio Costa. É utilizada como via alternativa de ligação com o litoral catarinense, e também liga às cidades como Blumenau, Itajaí e Joinville.

Para ligações mais distantes conta com voo direto e diário a Campinas/SP, pelo aeroporto Viracopos, que detém conexões nacionais e internacionais, proporcionando conforto aos usuários.

Visando o fortalecimento e a elevação da competitividade de todos os segmentos econômicos da serra catarinense, há a necessidade de uma boa estrutura como o capital humano, infraestrutura, inovação e empreendedorismo, internacionalização, investimento e política pública, mercado, saúde e segurança. Para isso, o município de Lages conta com duas universidades, sendo uma pública e outra privada. Além de um centro universitário e outras com a modalidade de ensino à distância. As universidades e instituições de ensino possui papel fundamental no suporte à inovação e na liderança de políticas locais, contribuindo para o empreendedorismo regional.

BREVE HISTÓRICO DA IES

Para relatar os fatos que marcaram a história da UNIPLAC desde sua gênese até esta primeira década do Terceiro Milênio, optamos por citá-los em formato de tópicos para que a leitura seja pontual e objetiva.

Faz-se mister entender o histórico da Instituição de Ensino Superior – IES articulado ao contexto sócio, econômico e político regional para que se compreendam as nossas metas para o período de 2019-2023.

1959: A proposta de interiorizar o Ensino Superior na Região Serrana de Santa Catarina se apresenta exatamente em 19/07/59, com a fundação, em Lages, da Associação Catarinense de Cultura - ACC e o objetivo de criar, implantar e manter estabelecimentos de Ensino Superior sem fins lucrativos e com objetivos filantrópicos e, ainda, manter estabelecimentos de ensino médio (Escolas Técnicas de Comércio)¹.

1964: Em 23/02/64, foi instalada a Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Lages - FACEC, uma das instituições isoladas de ensino superior que vai dar origem à

¹ - Ata n. 4, de 19.07.59 - D.O.E n. 6372, de 03.08.59.

Universidade. Iniciou atividades letivas no mês de março².

1968: Autorização de abertura dos cursos de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Parecer n. 102).

1969: Surge a primeira menção à denominação UNIPLAC e a um projeto de universidade na Região Serrana de Santa Catarina, a Fundação Universidade do Planalto Catarinense. (Lei n. 005, de 14/03/69).

1970: Criação da Faculdade de Ciências e Pedagogia de Lages – FACIP, obedecendo às mesmas diretrizes norteadoras definidas pelo Governo Federal e o Sistema Fundacional Catarinense sobre a necessidade de expansão do Sistema de Ensino como subsidiário da expansão geral da economia brasileira no período.

Esta faculdade será mais tarde uma das que darão base institucional à Universidade, juntamente a FACEC.

Autorização de abertura dos cursos de Ciências Sociais Licenciatura, Letras Licenciatura Plena, Pedagogia e Matemática (Parecer 48).

1973: A Lei Municipal n. 001, de 03/04/73, estabelece um novo limite institucional ao Projeto Universidade do Planalto Catarinense, enquadrando-o na condição de UNIPLAC - Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, entidade jurídica de direito privado integrada ao sistema da Associação Catarinense das Fundações Educacionais - ACADE.

A denominação da mantenedora da UNIPLAC é a mesma até os dias de hoje.

1974: Autorização de abertura do curso de Administração Bacharelado (Decreto n. 73650/74 CFE).

1985: Autorização de abertura do curso de Direito (Decreto n. 91252).

1991: Autorização de abertura do curso de Ciências Biológicas Magister (Parecer n. 5644).

1994: Instaura-se o processo estatuinte visando à elaboração dos novos Estatutos da Fundação UNIPLAC, da Universidade do Planalto Catarinense e Regimento Geral. Em 27/02/97, são aprovados os novos estatutos da UNIPLAC. Em 11/12/97, é aprovado o Regimento Geral da Universidade (em acompanhamento).

De dez/1996 a mar/1997, transcorrem os trabalhos de verificação das condições de funcionamento da Universidade.

Autorização de abertura do curso de Educação Física (Parecer n. 330).

1996: Autorização de abertura dos cursos de Ciências Biológicas Bacharelado (Parecer n. 338) e Pedagogia Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental

2 - ACADE, 1991 a 1993, agosto, 1994.

(Parecer n. 339).

1996 a 1999: São reestruturados os projetos pedagógicos dos cursos da UNIPLAC.

1996 a 2004: Implantação do Programa de Avaliação Institucional.

1997: Autorização de abertura dos cursos de Educação Física Bacharelado (Parecer n. 293) e Informática (Parecer n. 375).

1999: Em 15/06/99 é oficialmente reconhecida a Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina – CEE/SC (Resolução n. 31/99), logo seguida do reconhecimento pelo Governo do Estado, em 23/06/99 (Decreto n. 312/99). A instalação formal acontece em 27/07/99.

Autorização de abertura dos cursos de Odontologia (Parecer n. 101), Administração Bacharelado em São Joaquim (Parecer n. 901) e Enfermagem Licenciatura Plena (Parecer n. 900).

2000: Criação do Plano Institucional de Pesquisa. Autorização de abertura dos cursos de Letras Língua Portuguesa, Espanhola, Inglesa e Literaturas Correspondentes (Parecer 1254), Psicologia (Parecer n. 1098) e Engenharia Industrial Madeireira (Parecer n. 1255).

2001: Autorização de abertura do curso de Arte Educação Magister em Lages e Florianópolis (Parecer n. 1761), habilitação Artes Visuais, Cênicas e Música.

2002: Autorização de abertura dos cursos de Ciências Econômicas em Otacílio Costa (Parecer n. 394). Sistemas de Informação (Parecer n. 607), Tecnologia em Operações de Processos Industriais Eletromecânicos (Parecer n. 608), Terapia Ocupacional (Parecer n. 101) e Design e Tecnologia de Moda (Parecer n. 406).

2003: Autorização de abertura do curso de Medicina (Parecer CEDS n. 099). Constitui Comissão de Ética em Pesquisa (Portaria n. 027). Consolidação do Planejamento Estratégico da UNIPLAC. Apresentação às comunidades acadêmica e serrana. Três grandes eixos de atuação: Tecnologia voltada para a Madeira; Saúde Coletiva; Cidadania.

2004: Instaurado o processo de Renovação do Credenciamento da UNIPLAC (2004/1). Três primeiros projetos institucionais de Mestrado: Educação, Administração e Saúde Coletiva (15/07/04). Solenidade de Renovação do Credenciamento da Universidade (01/12/04). Reconhecimento do curso de Odontologia (Parecer n. 224/04 e Resolução n. 058 CEE). Autorização de abertura do curso de Administração Bacharelado em Urubici (Parecer n. 186). Constitui Comissão Própria de Avaliação – CPA (Portaria n. 017).

2005: Plano de Expansão Universitária 2005-2010. Autorização de abertura dos cursos de Enfermagem Bacharelado (Parecer n. 1771) e Secretariado Executivo Bilingue (Parecer n. 1337).

2006: Autorização de abertura dos cursos de Licenciaturas com disciplinas compartilhadas (Parecer n. 2475), Tecnologia em Design de Interiores (Parecer n. 2378), Tecnologia de Negócios – Gestão de Cooperativas em São Joaquim (Parecer n. 2086) e Tecnologia em Ciências Equinas (Parecer n. 1778). Reconhecimento do curso de Terapia Ocupacional (Parecer n. 330 e Resolução n. 089 do CEE).

2007: Autorização de abertura dos cursos de Engenharia Civil (Parecer n. 756) e Tecnologia em Cosmetologia e Estética Facial e Corporal (Parecer n. 319). Reconhecimento do curso de Tecnologia em Operações de Processos Industriais Eletromecânicos (Parecer n. 080 e Resolução n. 020 do CEE).

2008: Autorização de abertura dos cursos de Biomedicina (Parecer n. 753), Educação Física em Santo Amaro da Imperatriz (Resolução 071) e Serviço Social (Parecer n. 386). É sugerida a elaboração de um Plano de Recuperação Judicial da Fundação UNIPLAC (29.09.08). Conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho - GT de revisão estatutária. Entrega ao reitor de proposta de Estatuto da Universidade (22/10/08). Instituída a intervenção judicial na Fundação UNIPLAC, a requerimento a Prefeitura do Município de Lages. (24/10/08). Nomeação do primeiro Interventor, Arnaldo Moraes.

2009: Reconhecimento dos cursos de Medicina (Parecer n. 376/09 e Resolução n. 085 CEE), Ciências Biológicas (Parecer n. 412 e Resolução n. 092 do CEE), Tecnologia em Ciências Equinas (Parecer n. 449 e Resolução 095 do CEE), Tecnologia em Design de Interiores (Parecer n. 560 e Resolução n. 129 do CEE), Tecnologia em Cosmetologia e Estética Facial e Corporal (Parecer n. 558 e Resolução n. 127 do CEE) e Tecnologia de Negócios – Gestão de Cooperativas em São Joaquim (Parecer n. 534 e Resolução n. 105 do CEE). Toma posse (agosto) o segundo Interventor, Walter Manfroi. Inclusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como componente curricular dos cursos superiores da UNIPLAC (Resolução n. 086). Autorização de abertura do curso Superior Sequencial de Formação de Agentes para o Desenvolvimento Regional – PROESDE (Parecer n. 594).

2010: Criação do Curso de Graduação em Fisioterapia (Resolução n. 089, de 15/10/10. Institucionaliza os Núcleos Docentes Estruturantes - NDE dos Cursos de Graduação da UNIPLAC (Resolução n. 088/2010 de 24/09/10).

2011: Criação do Curso de Graduação em Jornalismo (Resolução n. 094, de 18/10/11). Criação do Curso de Graduação em Engenharia Elétrica (Resolução n. 092, de 11/03/11).

2012: Criação do Curso Superior de Química: Licenciatura (Resolução n. 105, de 27/11/12). Aprovado o Curso Superior de Complementação de Formação Pedagógica em Informática (Resolução n. 104, de 02/07/12). Criação do Curso Superior de Tecnologia em

Fabricação Mecânica (Resolução n. 099, de 22/03/12. Aprovação do Regimento Geral da Universidade do Planalto Catarinense (Resolução CONSAD n. 01, de 03/09/12).

2013: Torna obrigatória a inclusão em todos os Cursos de Graduação da UNIPLAC, de conteúdos de disciplinas e/ou atividades curriculares, de modo transversal, contínuo e permanente de Educação Ambiental (Resolução n. 115, de 1º/11/13). Torna obrigatória a inclusão da Educação das Relações Étnico-raciais nas estruturas curriculares dos Cursos de Graduação da UNIPLAC (Resolução n. 114, de 1º/11/13). A forma de avaliação de aprendizagem prevista no art. 123, do Regimento Geral da Universidade do Planalto Catarinense, passará ser aplicada a partir do 1º semestre de 2014 (Resolução n. 112, de 04/09/13). Aprova o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* Mestrado em Ambiente e Saúde (Resolução n. 110, de 02/07/13). Aprova o Regimento Interno da Diretoria Executiva da Fundação UNIPLAC, (Resolução CONSAD n. 03, de 12/03/13). Instituição do Apoio e Acompanhamento Pedagógico para Alunos da UNIPLAC, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática (Edital n. 237, de 20/12/13).

2014: Migração da Universidade do Planalto Catarinense – Sistema Federal de Ensino (Resolução n. 134, de 25/07/14). Regulamentação da nova metodologia de Avaliação da Aprendizagem no âmbito da UNIPLAC, considerando conhecimentos, habilidades e atitudes, que deverá ser adotada pelos cursos de Graduação e Pós-Graduação, prevista no Artigo 123, parágrafo único, do Regimento Geral da Universidade – Subseção VI - Da Avaliação da Aprendizagem (Resolução n.131, de 08/07/14). Aprova a criação do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Odontologia (PPGO), Mestrado Profissional e seu Regimento Geral. Aprova a criação do Curso Complementar para a Formação de Professor de Psicologia (Resolução n. 128, de 18/06/14). Criação do Curso Superior de Arquitetura e Urbanismo (Resolução n. 117, de 11/02/14.) Criação do Curso Superior de Engenharia Mecânica (Resolução n. 116, de 11/02/14).

2015: Ato Normativo n. 022, de 13/11/2015, reestrutura o Ato Normativo, n. 015, publicado em 22/07/15: pesquisas empreendidas por docentes/pesquisadores da UNIPLAC. Ato Normativo n. 024, de 23/11/2015: pesquisas empreendidas por docentes/extensionistas da UNIPLAC. Portaria n. 108, de 06/11/2015: Reconstitui o Conselho Editorial da Revista UNIPLAC. Portaria n. 052, de 22/04/2015: Reconstitui a Comissão Coordenadora do Processo de Renovação do Credenciamento da Universidade. Portaria n. 091, de 19/08/2015: Reconstitui o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP. Portaria n. 095, de 24/08/2015: Reconstitui a Comissão de Desenvolvimento do Acervo da Biblioteca Central da UNIPLAC. Resolução n. 182, de 16/09/2015: Aprova o Curso de Pós-Graduação Especialização em Desenvolvimento

Regional Sustentável da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC. Portaria n. 114, de 1º/12/2015, constitui por tempo indeterminado a Comissão Coordenadora do Processo de Renovação do Credenciamento da Universidade. Resolução n. 201, de 14/12/2015: Aprova o Projeto de Extensão: Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE/Licenciatura.

2016: Resolução n. 207, de 20/01/16, define a Metodologia para a Avaliação da Aprendizagem e revoga a Resolução n. 131, de 08/07/2014. Resolução n. 209, de 19/02/2016: Reedita o Projeto de Extensão: Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE/Licenciatura. Resolução n. 219, de 08/06/16, que Revigora o Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno – PAAP. Resolução n. 216, de 08/06/2016: Aprova o Relatório Institucional de 2015 da Universidade do Planalto Catarinense. Resolução n. 221, de 08/06/16, que aprova o regulamento do registro de certificados de cursos de Extensão na modalidade EaD. Resolução n. 223, de 21/06/16, que Insere os parágrafos 4º e 5º no artigo 44 do Regimento Geral da UNIPLAC. Resolução 224, de 21/06/16, que Cria o parágrafo 2º No artigo 28 do Regimento Geral da UNIPLAC. Resolução n. 225, de 21/06/16 (Aprova emendas ao Regimento Geral da Universidade, cria setores e dá outras providências). Parecer n. 672, de 29/07/16 e Resolução n. 232, de 08/08/2016, aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Obrigatórios dos Curso de Graduação da UNIPLAC e dá outras providências. Parecer n. 669, de 26/02/16 e Resolução n. 237, de 13/09/16, que aprova e institui o novo Regulamento da Biblioteca Universitária e das Bibliotecas Setoriais da UNIPLAC. Parecer 670, de 29/07/16 e Resolução n. 238, de 13/09/16, aprova e estabelece a Política de Desenvolvimento do Acervo das Bibliotecas da UNIPLAC e dá outras providências. Parecer n. 671, de 29/07/16 e Resolução n. 231, de 08/08/16, aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Não Obrigatórios dos Curso de Graduação da UNIPLAC. Resolução n. 235, de 11/08/16: Trata da Política de Inclusão e Acessibilidade da Fundação UNIPLAC e da Universidade do Planalto Catarinense. Resolução n. 236, de 30/08/16, que aprova proposta de padronização de ementas de disciplinas dos cursos de Graduação da UNIPLAC. Resolução n. 239, de 04/10/16, que aprova o Sistema de Avaliação da CPA. Resolução n. 240, de 04/10/16, que aprova o Regulamento da Comissão própria de Avaliação (CPA). Resolução n. 241, de 17/11/16, que aprova a Atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2010-2018 da UNIPLAC.

2017: Portaria n. 023, de 20/03/17, que reestrutura o Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno (PAAP), vinculado ao Setor de Apoio Pedagógico

(SEAPE) da Pró-Reitoria de Ensino. Portaria n. 033, de 04/04/17, Reconstituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UNIPLAC, nomeada pela Portaria n. 139, de 07/07/16. Portaria n. 034, de 05/04/17, Reconstituir a Comissão de Recredenciamento da UNIPLAC. Resolução n. 259, de 05/05/17, aprova o Relatório Institucional de 2016. Resolução n. 267, de 16/05/17, cria a Editora UNIPLAC, altera o Regimento Geral e dá outras providências. Resolução n. 288, de 25/09/17, aprova a certificação *on line* de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da UNIPLAC. Resolução n. 291, de 21/11/17, cria as Disciplinas Institucionais, insere os parágrafos 4º, 5º, 6º e 7º no artigo 99 do Regimento Geral; altera o inciso VII do artigo 101, que trata do crédito como unidade de trabalho escolar; insere o inciso XIII no artigo 101 do Regimento Geral e dá outras providências. Resolução n. 292, de 27/11/17, regulamenta as Disciplinas Institucionais na Modalidade a Distância, as Atividades Práticas Extraclasse, a alteração do número de horas do crédito. Resolução n. 295, de 21/12/17, consolida a normatização interna sobre Núcleos Docentes Estruturantes – NDEs.

2018: Resolução n. 353, de 08/06/18, reformula o Regulamento da Avaliação Institucional no âmbito da UNIPLAC. Resolução n. 354, de 08/06/2018, aprova o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA. Resolução CONSAD n. 07, de 18/06/18, escolhe o Prof. Kaio Henrique Coelho do Amarante para exercer o cargo de Reitor da Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC, pelo período de 04 anos a partir de 01/07/18. Resolução n. 344, de 16/04/18, aprova o Relatório de Atividades Institucionais de 2017. Resolução n. 355, de 19/06/18, Aprova as Disciplinas Institucionais na Modalidade a Distância, suas ementas e referências, para implantação, a partir de 2018, em todos os Cursos de Graduação UNIPLAC, que possuam estruturas curriculares disciplinares. Resolução n. 381, de 20/09/18, aprova o novo Regimento do Conselho Universitário – CONSUNI. Resolução n. 397, de 06/12/18, estabelece os critérios e procedimentos para a realização de Estudos Dirigidos, que permitam ao discente, nos casos específicos de que trata, concluir disciplinas/módulos/unidades de aprendizagem /unidades educacionais em regime especial, nos cursos de graduação da Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC.

2019: Resolução n. 401, de 11/03/19. Estabelece os critérios e procedimentos para a realização de Estudos Dirigidos, que permitam ao discente, nos casos específicos de que trata, concluir disciplinas/módulos/unidades de aprendizagem /unidades educacionais em regime especial, nos cursos de graduação da Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC. **Concessão da Autonomia Universitária** - SEI 23000.002418/2018-94 – e-mail de 07/06/19 – CGGIRES/DPR/SERES/MEC.

2020: Resolução n. 430, de 21/01/20. Aprova o Novo Regimento Interno do Programa

de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Resolução n. 431, de 29/01/20. Aprova a Adequação do Regimento do Mestrado em Ambiente e Saúde (PPGAS). Ato Normativo, nº 002 de 17/03/20. Orientação sobre funcionamento da Fundação UNIPLAC e da Universidade do Planalto Catarinense em decorrência da pandemia por coronavírus (COVID-19) no período de 16 a 29 de março de 2020. Ato Normativo n. 004, de 30/03/20. Fica prorrogado até dia 20 de abril de 2020 o Ato Normativo nº 02/2020. Ato Normativo nº 006 de 17/04/20. Orientação sobre funcionamento administrativo da Fundação UNIPLAC e Universidade do Planalto Catarinense em decorrência da pandemia por coronavírus (COVID19) no período de 20 de abril a 31 de maio de 2020.

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

NOME DO CURSO

Curso de Pedagogia.

Grau

Licenciado

ATOS LEGAIS DO CURSO

Autorização e Reconhecimento: Decreto n.º 69.457/71, do Conselho Federal de Educação.

Renovação de Reconhecimento: Parecer n. 134, de 15/06/1999, Resolução n. 031, de 15/06/1999, do Conselho Estadual de Santa Catarina (CEE/SC), publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina sob n. 312, de 23/06/1999.

Renovação de Reconhecimento: Parecer n. 334, de 09/11/2004 e Resolução n. 058, de 09/11/2004, do CEE/SC, publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina sob Decreto n. 2.717, de 10/12/2004.

Renovação de Reconhecimento: Parecer n.079/2011, do CEE/SC e Decreto n. 038, de 10/02/2011, publicado no Diário Oficial do Estado, sob n. 19.027, de 11/02/2011.

Novo Projeto: Aprovado pelo Parecer CONSUNI n. 227, de 13/12/1012.

Renovação de Reconhecimento: Parecer n. 205, de 03/06/2014 e Resolução n. 183, de 03/06/2014, do CEE/SC.

Reestruturação: Em 21/12/2017, com Parecer n. 782 e Resolução n. 321, de 22/12/2017, houve a aprovação da Estrutura Curricular do Primeiro Semestre do Curso de Pedagogia. Em 25/06/2018 sob Parecer CONSUNI n. 048 e Resolução n. 377, de 29/06/2018, a Estrutura Curricular do Curso de Pedagogia foi aprovada para atender as Resoluções internas do CONSUNI n. 291 e 292/2017 e 342, 347 e 355/2018. O Projeto Pedagógico do Curso foi aprovado pelo Parecer n. xxx, de xx/xx/2020.

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO

O curso integraliza a estrutura curricular em 3.200 horas.

NÚMERO DE VAGAS AUTORIZADAS

80 vagas anuais, sem compartilhamento

40 vagas anuais, com compartilhamento

PERIODICIDADE

Semestral

INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO

Mínimo: 4 anos / 8 semestres.

Máxima: 8 anos / 16 semestres, conforme Resolução n. 172, de 25/05/2015.

TURNO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

Noturno em regime regular. Matutino, vespertino e noturno incluindo finais de semana quando em regime especial (conforme edital).

MODALIDADE DE OFERTA

Presencial, com 20% na Modalidade a Distância, conforme autorizado pela Portaria n. 1.134, de 10/10/2016, do Ministério da Educação.

FORMAS DE ACESSO

Vestibular ou processo seletivo, conforme edital.

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA DO CURSO

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

1

Os cursos de Graduação na UNIPLAC se constituíram ao longo dos anos na atividade mais significativa da Instituição, isto é, a partir deles são pensadas, também, as políticas de formação continuada em nível de Pós-Graduação lato e stricto sensu. Assim sendo, os cursos de Graduação são entendidos como espaços de formação inicial que capacitam seus egressos para atuação em diferentes áreas, ancorados nos princípios da ética, da competência técnica e científica do exercício da cidadania, conforme explicitado no PDI (2019-2023).

Assegurada nas legislações pertinentes, nas necessidades de seu entorno, a UNIPLAC vem proporcionando cursos de Graduação em diferentes modalidades, turnos de funcionamento, regimes de oferta e flexibilizações curriculares necessárias. Estes cursos oferecem titulação a licenciados, bacharéis e tecnólogos, sempre em observância às demandas emergentes e às expectativas da Região Serrana de Santa Catarina.

O ensino da UNIPLAC é trabalhado como espaço efetivo de aprendizagens fundamentais para a vida pessoal e profissional, levando em conta aspectos como a globalização e a integração regional, conduzindo o aluno à descoberta e entendimento dos quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser.

Diante disso, preocupa-se em proporcionar atividades acadêmicas em espaços pedagógicos estratégicos para o exercício da cidadania, construindo conhecimentos através da participação crítica de alunos e professores, na forma de trabalhos, estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios, projetos de extensão e de pesquisa, realização de semanas acadêmicas, viagens de estudos e eventos. Assim, amplia-se e aprofunda-se a formação do profissional cidadão e suas possibilidades de inserir-se ao mercado de trabalho. As políticas para o Ensino de Graduação da UNIPLAC estão atentas às novas metodologias de apropriação e produção do conhecimento, com a finalidade de promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação.

A partir dessa perspectiva, os cursos de Graduação da UNIPLAC constroem um processo de aprendizagem holístico que legitima a sua identidade enquanto universidade e a

sua relevância para a comunidade onde está inserida.

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia faz parte do contexto das Licenciaturas da UNIPLAC e suas atividades estão voltadas para o compartilhamento de disciplinas, fato que teve seu início no final de 2006 quando foram aprovadas as políticas das licenciaturas na UNIPLAC e a sua implantação representou e representa uma inovação pedagógica em vários sentidos: envolve o compartilhamento de disciplinas totais e parciais, transgride a perspectiva disciplinar e articula no planejamento das atividades acadêmicas a integração das diferentes áreas do conhecimento, disciplinas, conceitos, estabelecendo a relação entre os conhecimentos teóricos e práticos necessários ao desempenho da profissão.

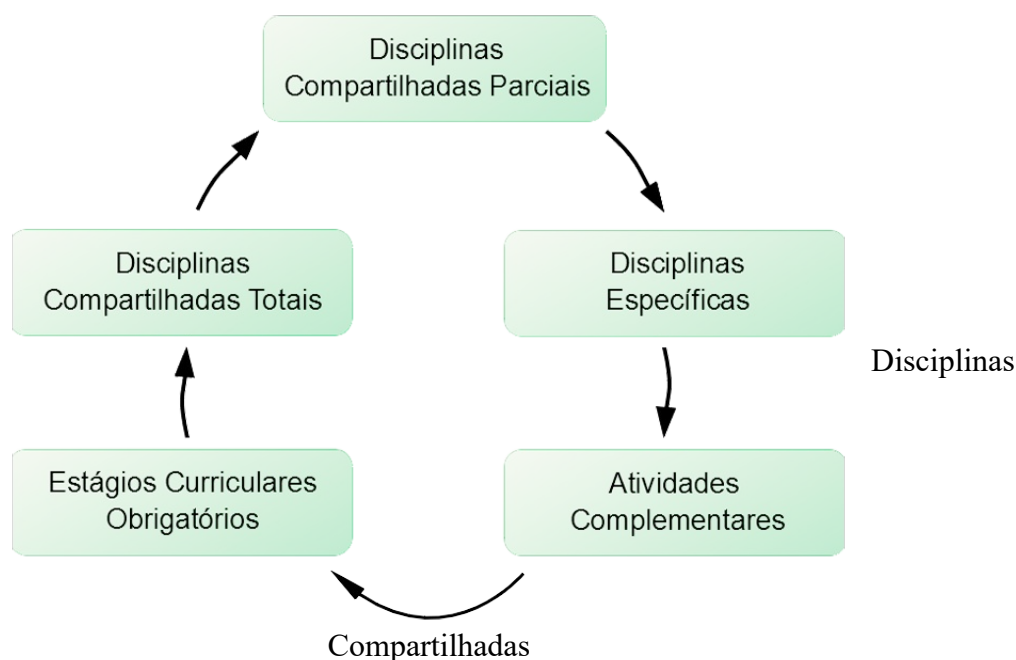


Política das Licenciaturas Compartilhadas da UNIPLAC

Neste sentido, a carga horária total do curso está dividida em disciplinas compartilhadas totais, disciplinas compartilhadas parciais, disciplinas específicas e estágios curriculares obrigatórios.

Nesta política, é necessário planejar a formação continuada para construir no processo a formação de professores do ensino superior que irão trabalhar nas disciplinas compartilhadas, nas disciplinas integradoras do currículo e em todas as disciplinas da estrutura curricular.

O planejamento não poderá ser feito individualmente, requer a profissionalização da docência no ensino superior, tanto quanto é fundamental a apropriação dos saberes científicos para o crescente domínio de cada área, como também a apropriação dos saberes pedagógicos para o exercício competente da docência.



Com a proposta das disciplinas compartilhadas, o movimento da sala de aula e nos cursos de licenciatura da UNIPLAC inclui flexibilidade, dialogicidade, dialeticidade, pluralidade, o erro, o relativo, a contradição, a ambiguidade, a criatividade, como elementos constitutivos essenciais de todo e qualquer processo de desenvolvimento.

O espaço da Universidade pode e deve ser um espaço possibilitador para o professor refletir, investigar e planejar sua prática pedagógica, pois se entende que “a formação não se constrói por acumulação de cursos, conhecimentos e técnicas, mas sim, através de um trabalho de reflexibilidade crítica sobre práticas e de reconstrução permanente da identidade pessoal”. (NÓVOA, 1995, p.25).

Espera-se que o processo de formação docente desenvolva nos alunos conhecimentos e habilidades, atitudes e valores, que lhes possibilitem permanentemente ir construindo seus saberes-fazer docentes, a partir das necessidades e desafios que o ensino, como prática social, lhes coloca no cotidiano. A partir da ideia de historicidade e provisoriedade da Ciência, a concepção de produção do conhecimento que deverá sustentar a proposta tem a seguinte

base:

- a) problematização e compreensão dos limites e possibilidades do trabalho educativo escolar;
- b) aprofundamento epistemológico e metodológico das ciências que integram o currículo;
- c) compreensão do cotidiano escolar como um dos parâmetros balizadores da competência do profissional de Educação.

As atividades curriculares têm como princípios articuladores as dimensões das Ciências Humanas e Fundamentos; da Escola, Cultura e Sociedade; do Ensino e Aprendizagem, Conhecimento e Escolarização; das Práticas Escolares e das Atividades Complementares da Graduação.

Princípios Articuladores das Licenciaturas

Diante disso, os cursos de Licenciatura da UNIPLAC articulam-se entre si e com a Instituição por meio de ações que possibilitam um processo de ensino e aprendizagem consistente e em constante avaliação e em observância das Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso.

Já em 2012, a Instituição foi contemplada com bolsas de estudos referentes ao projeto PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência), em parceria com a CAPES. O projeto tem como proposta oportunizar aos alunos/bolsistas dos Cursos de Licenciatura da UNIPLAC uma aproximação com a realidade escolar com o exercício da docência supervisionada, na perspectiva de proporcionar a construção da identidade profissional, a superação da dicotomia entre teoria e prática e também maior aproximação da IES e da Unidade Escolar.

No Brasil, a formação de professores para a educação infantil, o ensino fundamental e o médio é responsabilidade dos Estados e Municípios, cabendo à União o papel de incentivar, traçar diretrizes por meio do Plano Nacional de Educação, financiar parcialmente e regular as políticas regionais.

O cenário da Educação Básica no Brasil não é animador. O país é um dos líderes mundiais em reprovação no primeiro ano do ensino fundamental. A metade dos alunos que

ingressam no ensino fundamental não consegue avançar na aprendizagem, pois o sistema não oferece as condições de apropriação dos conhecimentos básicos – ler e escrever. A má qualidade perpassa todo o sistema, também para aqueles que conseguem superar as fases iniciais.

A este propósito, é preciso ponderar que o panorama de dificuldade na educação brasileira é resultado de um conjunto de fatores. Um deles, não o menor, é a falta de políticas públicas para a educação e para a carreira dos professores, coerentes com as necessidades do país. A formação dos professores é outro desafio para as políticas governamentais.

Os dados do contexto educacional do Brasil se reproduzem também na Região Serrana de Santa Catarina, embora - reconheça-se -, não na mesma proporção e dimensões de outras partes do país.

A região carrega, até hoje (2020), índices de desenvolvimento humano abaixo da média do estado, realidade que vai comandar as preocupações, as concepções, o planejamento e as práticas da Universidade do Planalto Catarinense (Plano de Desenvolvimento Institucional

Diante de tal quadro, hoje, após 20 anos de existência, quais serão as expectativas da UNIPLAC na relação com a sua Região? Se a melhor parte da história é a que está por vir, quando pensamos na UNIPLAC será preciso voltarmos-nos para o futuro e mostrá-la como intenção e esforço teórico e prático para não frustrar as expectativas de seu entorno.

Nesse sentido é que, com Mello, Almeida Filho e Ribeiro (2007), quando tratam de definir uma Universidade socialmente relevante, os grandes desafios da Educação Superior situam-se em 3 níveis principais:

- a) A luta por padrões de qualidade;
- b) A universalidade de acesso;
- c) A implementação de programas sociais relevantes.

Ao aceitar tais premissas, a instituição UNIPLAC, antes de mais nada buscará garantir formação qualitativa e quantitativa de quadros competentes e adequados às exigências do desenvolvimento local e regional, em contexto de globalização da economia e da sociedade. A isso podemos chamar de pertinência científica. O segundo desafio refere-se à garantia de educação superior para todos, ou, pelo menos, para o mais amplo leque possível de pessoas interessadas. O terceiro, obviamente deve ser uma decorrência dos outros dois, remete à conquista da relevância social. (Op. cit., 2007).

É recorrente que, para cumprir suas finalidades sociais e não frustrar as expectativas

da Região, a UNIPLAC deve formar profissionais capazes de projetar as mudanças e transformações no nível em que o mundo local e regional precisa. Daí decorre que as políticas institucionais e as estruturas curriculares têm que estar comprometidas com as metas da relevância social. Assim, ensino, pesquisa, extensão e Pós-Graduação terão que estar intimamente inter-relacionados, não apenas como opção, mas como atividades curriculares obrigatórias e estruturantes.

Justificativa para a criação do curso

O Curso de Pedagogia em sintonia com a LDB n. 9394/96, com as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil e as recomendações constantes dos PCN's, as Diretrizes Curriculares Nacionais do próprio curso, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense propõe uma formação de nível superior com foco na docência da Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens, Adultos e Idosos, com formação para uma prática pedagógica nas dimensões de gestão, políticas educacionais e atuação em práticas não escolares, numa articulação estruturada à atuação prática e à produção do conhecimento, pela pesquisa, ensino e extensão, na área da educação, de forma que essas práticas favoreçam o desenvolvimento de um profissional com competência científica, para que o de Curso de Pedagogia da UNIPLAC em seu Projeto Pedagógico demonstre atuação de forma ética, crítico-reflexiva e criativa em espaços escolares e não escolares.

PESQUISA E EXTENSÃO NO CONTEXTO DO CURSO

A UNIPLAC, na condição de universidade, sustenta-se na tríade ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, uma vez que esse “tripé” é o articulador e o sustentáculo daquilo que a universidade se propõe a ser, ou seja, uma entidade que deveria ajudar as pessoas a descobrir o seu lugar no universo e, acima de tudo, contribuir com a formação de talentos humanos para o desenvolvimento social (FOX, 1988).

A missão de uma universidade não está pautada apenas no ENSINO, mas também na produção de conhecimento, por meio da PESQUISA acadêmica, e na sua aplicação – EXTENSÃO – na sociedade em que a instituição se insere, com vistas a formação humana e

cidadã, comprometida com o bem estar coletivo e com o desenvolvimento econômico e social regional.

Essas três esferas não existem de forma isolada, elas articulam-se num movimento dialógico que enriquece o processo de aprendizado por meio da geração do conhecimento e sua consolidação por meio da prática, o que corrobora com um processo de ensino holístico à medida que compreende o desenvolvimento das mais diversas atitudes, competências e habilidades inerentes e imprescindíveis ao profissional e cidadão do mundo contemporâneo.

A UNIPLAC é uma universidade comunitária e, respeitando este perfil, os conceitos dos três eixos temáticos que norteiam suas linhas de pesquisa, que também valem para os cursos de graduação e Pós-Graduação, foram meticulosamente discutidos e escolhidos, respeitando a identidade institucional:

1. Tecnologia voltada para a Inovação;

2. Saúde Pública;

3. Cidadania.

De acordo com o Parecer do CONSUNI n. 080, aprovado em 15/12/2011, as linhas de pesquisa são:

1. Planalto Serrano Catarinense: desenvolvimento territorial.
2. Educação, cultura e políticas públicas.
3. Trabalho, educação e sistemas produtivos.
4. Democracia, cidadania e sociedade.
5. Saúde, ambiente e qualidade de vida.
6. Ciência, política e tecnologia.

As linhas de pesquisa trabalham na ótica do respeito ao contexto histórico, porém de forma mais ampla e contemplando um número expressivo de cursos de graduação e Pós-Graduação; da apresentação em forma de categorias, eixos temáticos, com o cuidado de que a primeira categoria sempre seja a macro (principal) e que a segunda faça a mediação desta com a terceira; de que as especificidades sejam trabalhadas nos grupos de pesquisa e nos cursos de graduação e Pós-Graduação.

No curso de Pedagogia a pesquisa percebe-se bastante clara através de algumas disciplinas, como Iniciação à Pesquisa Científica, onde é apresentado para os alunos a relação

existente entre a ciência, pesquisa e inovação. Os alunos são capacitados para atuar na elaboração de projetos de pesquisa, organização e análise de dados científicos, bem como para trabalhar na produção e apresentação de trabalhos científicos.

A UNIPLAC oferece atualmente bolsas de iniciação científica, através de recursos do Artigo 170, da Constituição Estadual de SC; bolsas do Artigo 171 provenientes do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES), previstos em Lei Orçamentária Anual (LOA); bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que é um Programa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica (PIBITI/CNPq); bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Ensino Médio (PIBIC-EM).

Destaque relevante da pesquisa na UNIPLAC é a apreciação dos aspectos éticos dos protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, que se dá através do CEP/UNIPLAC. O CEP/UNIPLAC tem tido, atualmente, atuação legitimada pelos docentes e discentes da universidade, à medida que funciona como setor próprio, com ações de informação, capacitação, fiscalização e apreciação sobre os processos de pesquisa que envolvem seres humanos.

No bojo de todo o processo a UNIPLAC, por meio do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – 2019-2023, preconiza uma política de extensão voltada para a constituição de um processo educativo, cultural e científico a partir da articulação com o Ensino e a Pesquisa, viabilizando uma relação entre a universidade e a sociedade.

Dentre as regulamentações que viabilizam a extensão, podemos citar o Decreto n.7.416, de 30 de Dezembro de 2010, que regulamenta a concessão de bolsas para o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária; Lei n. 12.155 de 23 de dezembro de 2009, que em seu artigo décimo reitera a concessão de bolsas para o desenvolvimento das atividades de ensino e extensão e o Decreto n. 6.495 de 30 de junho de 2008, que instituiu o Programa de Extensão Universitária – PROEXT, fomentando o financiamento a projetos de extensão universitária para estreitar os laços da universidade com a sociedade na transformação social. Além dessas, podemos ainda citar a Lei n. 13.005 de 2014, e o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que reitera a relevância da extensão no âmbito da graduação por meio de programas e projetos de extensão universitária.

Em toda essa legislação percebe-se a extensão como um espaço de produção do

conhecimento, onde existe a convergência com o ensino e a pesquisa de forma articulada com a mudança social e comprometida com o desenvolvimento econômico e social das regiões abarcadas pelas instituições universitárias.

Trata-se de uma busca pela ligação entre teoria e prática, a fim de produzir conhecimento e compor um processo de formação de cidadãos e profissionais capacitados para o trato social e profissional. O PDI da UNIPLAC 2019/2023 também preconiza o foco dos Programas de Extensão para o período por ele compreendido, sendo eles:

- I. Promoção da educação e do trabalho;
- II. Assistência jurídica a família;
- III. Assistência social a família;
- IV. Manutenção dos alunos carentes na universidade;
- V. Promoção do esporte e cultura;
- VI. Promoção da inclusão social de pessoas com necessidades especiais;
- VII. Promoção do direito à assistência de crianças, adolescentes, mulheres e idosos;
- VIII. Ações comunitárias com vistas ao desenvolvimento regional sustentável.
- IX. Promoção da educação continuada, qualificação e cursos de curta duração.

As linhas de ação acima citadas, juntamente as políticas nacionais de incentivo a extensão universitária, constituem o embasamento por meio do qual se desenvolvem as atividades extensionistas na universidade e, por consequência, incidem nas ações desenvolvidas no âmbito do ensino de graduação, bem como na pesquisa universitária.

Isso porque a extensão em uma IES Comunitária como a UNIPLAC nos remonta a função social da universidade, uma vez que a junção da tríade sustentadora deste título permite o desenvolvimento de um trabalho na democratização do conhecimento, por meio da interdisciplinaridade e do compromisso com a busca de alternativas para as demandas sociais da região de abrangência da instituição.

A partir dessa concepção de necessária convergência entre o ensino e a extensão, é que a IES, por meio da Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, por meio de sua Coordenação de Extensão, promove um movimento de formação extensionista para docentes e discentes, no sentido de construir sólidas bases para que os cursos de graduação possam ampliar e fortalecer as suas atividades de extensão.

No contexto da graduação, a extensão universitária se faz presente por meio de diversas atividades de extensão, sendo estas Programas de Extensão, Projetos de Extensão (Curta Duração e Permanentes), eventos e cursos de extensão. Ao colegiado do curso compete

a reflexão em torno da relevância das atividades extensionistas para cada etapa do processo de formação no curso, bem como a execução destas, seja por meio de submissão de propostas nas diversas modalidades acima mencionadas.

Ressalta-se que a universidade mantém anualmente um edital de bolsas de extensão para projetos permanentes com financiamento por meio de recursos próprios, permitindo ao colegiado a captação de verbas para a promoção de atividades de extensão de longa duração que articulem os âmbitos do ensino e da extensão, bem como o da própria pesquisa, em face de necessidade de indissociabilidade dessa tríade preconizada pela legislação supracitada.

Buscando o aperfeiçoamento e desenvolvimento do aluno, destaca-se ainda como atividades de extensão desenvolvidas no curso de Pedagogia vários seminários, com temas direcionados a formação do aluno com foco na área, palestras com vários segmentos da sociedade, buscando integrar conteúdo teórico e a aplicação prática, estudos de casos, visitas, nos diversos segmentos educacionais na região.

OBJETIVOS DO CURSO

Os objetivos do curso de Pedagogia da UNIPLAC, apoiaram-se no perfil de formação profissional expresso no PDI da UNIPLAC e no MEC (Ministério da Educação e Cultura), nas Diretrizes Curriculares para Educação Infantil e as recomendações constantes dos PCN's, as Diretrizes Curriculares Nacionais do próprio curso, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catariense.

Objetivo Geral

Formar profissionais para o exercício das funções de magistério na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos, na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, expressando compromisso com a melhoria da qualidade da educação em contextos formais e não formais.

Objetivos Específicos

- Desenvolver saberes docentes que incluam conhecimentos teóricos e práticos no campo da educação e dos conhecimentos que irão mediar sua atividade nas instituições escolares e não escolares;
- Demonstrar competências do ponto de vista ético e epistemológico, com espírito crítico e reflexivo;
- Participar na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;
- Contribuir para a difusão e para a construção do conhecimento científico da Pedagogia;
- Utilizar com propriedade instrumentos próprios para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, promovendo princípios democráticos, equidade e cidadania.
- Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, orientação sexual, geração, classes sociais, religiões, deficiências e necessidades especiais.

PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O profissional egresso do curso de Pedagogia será capaz de:

- atuar de modo reflexivo, ético, autônomo, proativo e criativo, com vistas na construção de uma sociedade justa, democrática, sustentável e geradora da cultura da paz;
- exercer atividades profissionais com fundamentação teórico-prática na Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos;
- reconhecer e respeitar as diferentes manifestações socioculturais, necessidades físicas, cognitivas, socioemocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas.

O campo de atuação do licenciado em Pedagogia deve ser composto pelas seguintes dimensões:

- docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, nas disciplinas pedagógicas do curso de Ensino Médio na modalidade Normal, assim como em Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de em outras áreas nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos;
- gestão educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação;
- produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL

O Licenciado em Pedagogia é o profissional que estuda e investiga o processo educativo. Deverá ser identificado por competências e habilidades desenvolvidas durante a formação acadêmica teórica e prática, para atuar no processo de docência da Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e nas disciplinas pedagógicas do Ensino Médio, na Formação de Professores, em escolas públicas e privadas.

Também na gestão dos processos pedagógicos e administrativos das instituições escolares, voltadas para a Educação Básica.

ESTRUTURA CURRICULAR, EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS

A estrutura curricular considera a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a acessibilidade metodológica compatível com a carga horária do curso. Esta estrutura é baseada na factibilidade da articulação da teoria com a prática. As disciplinas e cargas horárias do curso são baseadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, sendo que o curso possui disciplinas na Modalidade a Distância, sendo estas inferiores a observância dos 20% exigidos sobre a carga horária total do curso, conforme Portaria MEC n. 1.134, de 10/10/2016.

Com a evolução das tecnologias, o uso de projetores digitais, desenhos, imagens e

aulas práticas tornou o ensino mais fidedigno. As metodologias aplicadas ao ensino vão desde aulas expositivas e dialogadas até mesmo a utilização de metodologias ativas e aulas práticas, visitas técnicas, entre outros mecanismos de apresentação e captação de conhecimentos.

A proposta curricular para o Curso de Pedagogia da UNIPLAC foi estruturada em regime regular presencial, que prevê um período 04 (quatro) anos para a integralização e cujos conteúdos devem ser trabalhados articulando as diferentes áreas (disciplinas) através das práticas e ações pedagógicas que extrapolem o ambiente tradicional da sala de aula.

Os estudantes, mediante as situações metodológicas de aprendizagem, desenvolvem competências, habilidades e atitudes humanizadoras, para o exercício de sua profissão.

Estrutura Curricular

1º SEMESTRE					
Relação Sujeito e Escola					
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	Extraclasse (PCC)
Filosofia da Educação	80	4	-	66	14
Sociologia da Educação	80	4	05	61	14
História da Educação	80	4	05	61	14
Profissão Docente*	40	2	-	33	07
Tecnologias da Informação e Comunicação**	80	4	70	10	-
Subtotal	360	18	80	231	49
2º SEMESTRE					
Educação Escolar e Sociedade					
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	Extraclasse (PCC)
Antropologia da Educação	40	2	-	33	07
Alfabetização e Letramento	80	4	10	56	14
História da Educação Brasileira	80	4	-	66	14
Políticas Públicas da Educação Básica*	40	2	-	33	07
Psicologia da Educação*	40	2	-	33	07
Cultura, Diferença e Cidadania**	80	4	70	10	-
Subtotal	360	18	80	231	49
3º SEMESTRE					
Processos de Aprendizagem					
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	Extraclasse (PCC)
Tecnologia da Educação	40	2	20	13	07
Currículos e Saberes*	40	2	-	33	07
Alfabetização e Numeralização I	80	4	20	46	14
Psicologia da Aprendizagem	80	4	-	66	14
Literatura Infantojuvenil	40	2	-	33	07

Língua Portuguesa**	80	4	70	10	-
Subtotal	360	18	110	201	49
4º SEMESTRE					
Prática Pedagógica					
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	Extraclasse (PCC)
Processos Socioculturais Formais e Não Formais	40	2	-	33	07
Educação e Necessidades Especiais*	40	2	-	33	07
Fundamentos da Didática	40	2	-	33	07
Alfabetização e Numeralização II	80	4	20	46	14
Estágio Curricular Obrigatório I	80	4	-	80	-
Iniciação à Pesquisa Científica**	80	4	70	10	-
Subtotal	360	18	90	235	35
5º SEMESTRE					
Atuação Docente: Educação e Infância					
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	Extraclasse (PCC)
Didática*	80	4	-	66	14
Estágio Curricular Obrigatório II	80	4	-	80	-
Projeto Pedagógico e Cotidiano na Educação Infantil	40	2	-	33	07
Fundamentos da Educação Infantil e Direitos da Infância	80	4	10	56	14
Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**	80	4	70	10	-
Subtotal	360	18	80	245	35
6º SEMESTRE					
Atuação Docente: Anos Iniciais do Ensino Fundamental					
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	Extraclasse (PCC)
Estágio Curricular Obrigatório III	80	4	-	80	-
Alfabetização e Numeralização III	80	4	10	56	14
Conhecimentos Curriculares dos Anos Iniciais do ³ Ensino Fundamental - I	80	4	10	56	14
Práticas Pedagógicas da Educação Especial	80	4	10	56	14
Libras I*	40	2	-	33	07
Pesquisa e Prática Pedagógica I*	40	2	-	33	07
Subtotal	400	20	30	314	56
7º SEMESTRE					
Atuação Docente: Anos Iniciais do Ensino Fundamental					
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	Extraclasse (PCC)
Conhecimentos Curriculares dos Anos Iniciais do ⁴ Ensino Fundamental - II	160	8	40	90	30
Alfabetização e Numeralização IV	80	4	10	56	14
Estágio Curricular Obrigatório IV	80	4	-	80	-
Libras II*	40	2	-	33	07
Pesquisa e Prática Pedagógica II*	40	2	-	33	07
Subtotal	400	20	50	292	58
8º SEMESTRE					

3 Alteração de nomenclaturas, Parecer CONSUNI n. 005, de 08/09/20.

4 Alteração de nomenclaturas, Parecer CONSUNI n. 005, de 08/09/20.

Atuação Docente: Educação de Jovens e Adultos Atuação Interdisciplinar					
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	Extraclasse (PCC)
Andragogia	80	04	-	66	14
Alfabetização e Numeralização na Educação de Jovens e Adultos - EJA	80	04	10	49	21
Conhecimentos Curriculares dos Anos Iniciais do ⁵ Ensino Fundamental - III	80	04	10	50	20
Estágio Curricular Obrigatório V	80	04	-	80	-
Gestão de Processos Educacionais*	40	02	-	33	07
Pesquisa e Prática Pedagógica III*	40	02	-	33	07
Subtotal	400	20	20	311	69
Atividades Complementares	200	-	-	-	-
CARGA HORÁRIA TOTAL	3200	150	540	2060	400

* Disciplina Compartilhada

** Disciplina Institucional

Observação: O Decreto n. 5.626 em seu art. 3º, parágrafo 2º, publicado em 22 de dezembro de 2005, normatizou a oferta da disciplina de Libras (Língua Brasileira de Sinais) em todos os cursos de Graduação. Tornando-o obrigatório nos cursos de Licenciatura e facultando o seu oferecimento em outros cursos de Graduação.

Resumo Explicativo

Composição da Estrutura Curricular	Carga Horária
Disciplinas Compartilhadas*	520
Disciplinas Institucionais**	400
Disciplinas Específicas	1.680
Estágio Curricular Obrigatório	400
Atividades Complementares	200

Ementário e Referências

1º SEMESTRE	
Relação Sujeito e Escola	
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Filosofia e educação. Educação como objeto de reflexão filosófica. Filosofia da educação no Brasil
Referências	Básica: ARANHA, Maria Lúcia Arruda. Filosofia da Educação . 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006. GHIRALDELLI, Jr. Paulo. Filosofia e história da educação brasileira . Baruer: Manole, 2012. PAVIANI, Jayme. Problemas de Filosofia da Educação . Porto Alegre: Edipucrs, 2010.

	Complementar: CHAUI, Marilena de Souza. Convite à filosofia. 12. ed. São Paulo: Ática, 2002. KANT, Immanuel. Sobre a pedagogia. Tradução de Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Unimep, 2012. LUCKESI, Cipriano. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 2011. NOBRE, Marcos; REGO, José Marcio. Conversas com filósofos brasileiros. São Paulo: 34 Ltda, 2001. REALE REALE, Giovanni. História da filosofia antiga: das origens a Sócrates. v. 1. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	
Carga horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Abordagem sociológica da educação. Educação no pensamento sociológico clássico e contemporâneo. Sociologia da educação na América Latina e no Brasil. Educação e trabalho.
Referências	Básica: ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. APPLE, Michael W. Educação e poder. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. FORQUIN, Jean Claude. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. Complementar: DALAROSA, Adair Ângelo. Estado, educação e sociedade. Caçador: UNC, 1998. DEMO, Pedro. Desafios modernos da educação. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. FERREIRA, Roberto Martins. Sociologia da Educação. São Paulo: Moderna, 1996. MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. POPKEWITZ, T. S. Reforma Educacional: uma política sociológica - poder e conhecimento em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	
Carga horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	História da educação. Introdução aos períodos: da antiguidade, idade média, moderna e contemporânea. Implicações político-pedagógicas do Humanismo Renascentista, da Reforma e Contrarreforma. Fundamentos teórico-metodológicos na formação do educador. Principais teorias e práticas educacionais desenvolvidas na história da humanidade.
Referências	Básica: CAMBI, Franco. História da Pedagogia. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo. Fundação UNESP (FEU), 1999. GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação: um estudo introdutório. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 1995. SAVIANI, Demerval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2019. Complementar: FRANCO, José Eduardo; RITA, Annabela. O Mito do Marquês de Pombal: a mitificação do Primeiro-Ministro de D. José pela Maçonaria. Lisboa: Prefácio, 2004. MARROU, Henri Irenee. História da educação na antiguidade. São Paulo: EPU, 2017. MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 2000. MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. A educação escolar em perspectiva histórica. Campinas: Autores Associados, 2005. STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. Histórias e memórias da educação no Brasil: séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Vozes, 2011. v. 1, 2, 3.
PROFISSÃO DOCENTE (Compartilhada)	

Carga horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Profissão professor: identidade e exigências atuais. Formação pedagógica e os desafios contemporâneos. Formação inicial e continuada dos professores e profissionalização. Função da aula no processo de construção do conhecimento.
Referências	Básica: ALARCÃO, I. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. CHARLOT, B. Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005. MEIRIEU, P. Carta a um jovem professor. Porto Alegre: Artmed, 2008. Complementar: BOURDIEU, P. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1982. FREIRE, P. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D'água, 1994. GADOTTI, M. Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2003. NÓVOA, A. (Org.). Profissão professor. 2. ed. Portugal: Porto, 1995. PRADOS, R. M. N.; BONINI, L. M. de M. A teia do saber: um novo olhar sobre a formação do professor. Mogi das Cruzes: Oriom, 2004.
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (Institucional)	
Carga horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Ensino superior e educação a distância. Informática básica. Comunidades de aprendizagem virtual. Ambientes colaborativos. Softwares e sistemas de informação direcionados para as áreas do conhecimento.
Referências	Básica: FRANÇA, Alex Sandro de. Games, web 2.0 e mundos virtuais em educação. São Paulo: Cengage Learning, 2015. JENKINS, Henry. Cultura da convergência. São Paulo: Aleph, 2012. MOORE, Michael. Educação à distância uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2012. Complementar: FREIRE, Emerson; BATISTA, Sueli Soares dos Santos. Sociedade e tecnologia na era digital. São Paulo: Érica, 2014. LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010. MESQUITA, Deleni. Ambiente virtual de aprendizagem conceitos, normas, procedimentos e práticas pedagógicas no ensino a distância. São Paulo: Érica, 2014. MUNHOZ, Antonio Siemsen. Qualidade de ensino nas grandes salas de aula. São Paulo: Saraiva, 2014. SANTOS, Aldemar de Araújo. Informática na empresa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015. SANTOS, Vanice dos. Ágora digital: o cuidado de si no caminho do diálogo entre tutor e aluno em um ambiente de aprendizagem. Jundiaí: Paco editorial, 2013.
2º SEMESTRE	
Educação Escolar e Sociedade	
ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO	
Carga Horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Diferentes formas de organização societária. Sociedade, cultura e educação com ênfase nas sociedades contemporânea. Parentesco e Família. Multiculturalismo e a educação. Ritos, rituais e práticas escolares. Lugares e não lugares antropológicos na educação. Políticas de identidade. Prática antropológica: o método e a pesquisa em antropologia e educação.
Referências	Básica:

	DAMATTA, Roberto. Relativizando: introdução a uma à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. MARC, Augé. Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. MELLO, Gonzaga. Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. Complementar: ANDRÉ, Marli Eliza D. A. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 1998. BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2001. ESPINA BARRIO, A. B. Manual de antropologia cultural. Recife: Massangana, 2005. HOEBEL, E. A. & FROST, E. L. Antropologia cultural e social. São Paulo: Cultrix, 2007. MARCONI, M. de. & PRESOTTO, Z. M. Antropologia: uma introdução. São Paulo: Atlas, 2001.
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	
Carga Horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Conceitos. Diferenças e inter-relações entre alfabetização e letramento. Teorias da aquisição da linguagem. Aspectos psicolinguísticos da aquisição da fala e da escrita.
Referências	Básica: KRAMER, Sônia. Alfabetização leitura e escrita: formação de professores em curso. São Paulo: Ática, 2004. SANTOS, Carmi Ferraz e MENDONÇA, Márcia. Alfabetização e letramento: conceitos e relações. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). Letramento no Brasil. São Paulo: Global, 2003. Complementar: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf> GARCIA, Regina Leite (Org.). A formação da professora alfabetizadora: reflexões sobre a prática. São Paulo: Cortez, 2015. PARREIRA, Nínia. Confusão de línguas na literatura: o que o adulto escreve, a criança lê. Belo Horizonte: RHJ, 2009. SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, Ciências e Tecnologia. Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005. SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (Orgs.). Estudos da infância: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2008.
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	História da educação no Brasil no período colonial e imperial. Estudo das lutas e movimentos sociais. Historicidade do fenômeno educativo na sociedade brasileira. História da educação e da escola no Brasil republicano. Surgimento da escola e da sala de aula no Brasil, em Santa Catarina e em Lages.
Referências	Básica: ARANHA, Maria Lúcia de A. História da educação e da pedagogia geral e Brasil. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2007. HORTA, José S. B. A Constituinte de 1934: Comentários. In FÁVERO, Osmar (org.). A educação nas constituintes brasileira 1823-1988. 2. ed. Campinas: Autores associados, 2001. RIBEIRO, Maria Luisa S. História da Educação Brasileira: A organização escolar. Campinas: Autores Associados, 1989. Complementar:

	FRANCISCO FILHO, Geraldo. A educação brasileira no contexto histórico. 2. ed. Campinas: Alinea, 2013. MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia e GONDRA, José g. (Orgs.) Educação no Brasil: História, Cultura e Política. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (Orgs.) História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2010. TEIXEIRA, Anísio. Educação no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cia Nacional, 1976. VENÂNCIO FILHO, Alberto. O manifesto dos pioneiros da escola nova, 1932. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1989.
POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA (Compartilhada)	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Educação básica: objetivos, princípios e diretrizes curriculares. Organização, funcionamento e financiamento da educação básica. Legislação: marcos regulatório da educação básica. Relação entre educação, estado e sociedade.
Referências	Básica: BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm _____. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file. SAVIANI, D. Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas. 2. ed. rev., atual. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2017. Complementar: BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm _____. Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. [Reforma do Ensino Médio]. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm _____. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017. Disponível em: basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf DOURADO, L. F. Plano Nacional de Educação: política de Estado para a educação brasileira. Brasília: INEP, 2016. LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO (Compartilhada)	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	História da psicologia educacional e escolar. Teorias contemporâneas da educação: personalistas, psicocognitivas, tecnológicas, sociocognitivas, sociais, espiritualistas e acadêmicas. Teorias de desenvolvimento e da aprendizagem.
Referências	Básica: AZZI, R. G. Psicologia e educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. CARRARA, K. Introdução à psicologia da educação - seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004. WOOLFOLK, A. E. Psicologia da educação. Porto Alegre: Artmed, 2000.

	Complementar: BERTRAND, Y. Teorias contemporâneas da educação. Montreal: Horizontes Pedagógicos (Instituto Piaget): 2001. BOCK, A. M. B.; FURTADO, O. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. ref. ampl. São Paulo: Saraiva, 2005. CUNHA, M. V. da. Psicologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. SOUZA, D. T. R.; REGO, T. C. Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea. São Paulo: Moderna, 2002. VYGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, A.R.; LEONTIEV, Alexis. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2018.
CULTURA, DIFERENÇA E CIDADANIA (Institucional)	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Abordagem conceitual: cultura, etnocentrismo e relativismo cultural. Diversidade cultural: biológica, geográfica e cultural. Identidade cultural: raça, racismo e relações étnico-raciais. Identidade e diferença: gênero e sexualidade. Cidadania no Brasil: desafios e conquistas. Cidadania, movimentos sociais e direitos humanos. Saberes necessários a uma cidadania planetária. Panorama das políticas públicas de direitos humanos e diversidade cultural no Brasil. Fundamentos de ciência política. Políticas públicas de inclusão.
Referências	Básica: HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu da. A identidade cultural na pós modernidade. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. MORIN, E. Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana. São Paulo: Cortez, 2003. SILVA, T. T. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. Complementar: BRASIL, Ministério da Educação. Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: Min. da Educação, 2013. CECCHETTI, Elcio; POZZER, Adecir. Educação e diversidade cultural: tensões, desafios e perspectivas. Blumenau: Edifurb, 2014. CHAUÍ, Marilena de Souza. Cidadania cultural: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. ROCHA, José Manuel de Sacadura. Antropologia jurídica: para uma filosofia antropológica do direito. Rio de Janeiro: Campus, 2008. VIEIRA, Reginaldo de Sousa (Org.). Estado, política e direito: relações de poder e políticas públicas. Criciúma: UNESC, 2008.
3º SEMESTRE	
Processos de Aprendizagem	
TECNOLOGIA DA EDUCAÇÃO	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Informática e educação. Sala de aula e as tecnologias digitais de informação e comunicação.
Referências	Básica: ANDERSEN, Elenice Larroza (Org.). Multimídia digital na escola. São Paulo: Paulinas, 2013. BRETON, Philippe. História da informática. São Paulo: UNESP, 1991. LÉVY, Pierre. A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. 3. ed. São Paulo: Loiola, 2000.

	Complementar: FADEL, Luciane Maria (Org.). Gamificação na educação. Pimenta Cultural, 2014. Disponível em: 12a44a16-333b-2afc-4c09-a9f4ce61c300.filesusr.com/ugd/143639_bc905418dc92488ba0910561daa9afac LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: 34 Ltda, 2010. Santaella, Lúcia. Linguagens líquidas na era da mobilidade. São Paulo: Paulus, 2007. SCHWARTZ, Gilson. Brinco, logo aprendo: Educação, videogames e moralidades pós-modernas. São Paulo: Paulus, 2014. Disponível em: www.paulus.com.br/loja/appendix TEIXEIRA, Adriano Canabarro; MARCON, Karina (Org.). Inclusão digital. Universidade de Passo Fundo, 2009. Disponível em: usuarios.upf.br/~teixeira/livros/inclusao
CURRÍCULOS E SABERES (Compartilhada)	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Construção histórica, cultural, epistemológica, social e ideológica do currículo. Currículo, escola e sociedade. Propostas curriculares alternativas.
Referências	Básica: ALVES, N. (Org.). Criar currículo no cotidiano. São Paulo: Cortez, 2002. LOPES, A. C.; MACEDO, E. Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2003. SACRISTÁN, J. G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. Complementar: ARROYO, Miguel Gonzáles. Currículo, território em disputa. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. MOREIRA, A. C. B. <i>et al.</i> Currículo: políticas e práticas. 13. ed. Campinas: M.r. Cornacchia, 2011. NELSON, Cary; TREICHLER, Paula A.; GROSSBERG, Lawrence; MCROBBIE, Angela; SIMON, Roger P.; GIROUX, Henry A.; KELLNER, Douglas; SANTOMÉ, Jurjo Torres; GRIGNAN, Claude; SILVA, Tomaz Tadeu da. Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2017. SAVIANI, D. Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade/método no ensino. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2018. TORRES, J. Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
ALFABETIZAÇÃO E NUMERALIZAÇÃO I	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Metodologia de alfabetização. Construção do número.
Referências	Básica: ALMEIDA, Marília Barros de & TOLEDO, Mauro de. Teoria e prática de matemática: como dois e dois. Volume único: livro do professor. São Paulo: FTD, 2009. FERRARI, Andrea Gabriela & outros. A criança de seis anos: no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2009. SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica,

	2000. Complementar: ÀNGEL, Alsinas i Pastells. Desenvolvimento de competências matemáticas com recursos lúdico-manipulativos: para crianças de 6 a 12 anos: metodologia. Curitiba: Base Editorial, 2009. DECLARK, G. Reinventando a aritmética: implicações da teoria de Piaget. 3. ed. Campinas: Papirus, 2001. FERREIRO, Emília. TEBEROSKI, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artemed. 1999. SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, Ciências e Tecnologia. Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005. SMOLE, Kátia Stocco & Outros. Jogos de matemática de 1º ao 5º ano. Porto Alegre: Artmed, 2007.
PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Teorias contemporâneas da aprendizagem. Construtivismo e sociointeracionismo. Processos de desenvolvimento humano e construção da linguagem e pensamento.
Referências	Básica: PALAGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social. São Paulo: Plexus, 2001. PIAGET, Jean. O pensamento e a linguagem na criança. São Paulo: Martins Fontes. 1999. VYGOTSKY, L. S. et al. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone/EDUSP, 2018. Complementar: OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 2010. PIAGET, Jean. Psicologia e Pedagogia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985. REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. VYGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, A. R.; LEONTIEV, Alexis. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 7. ed. São Paulo: Ícone, 2007. WALLON, Henri. Henri Wallon: a evolução psicológica da criança. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
LITERATURA INFANTOJUVENIL	
Carga Horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Literatura infantojuvenil universal fonte de cultura oral. Literatura infantojuvenil brasileira contemporânea. Literatura infantojuvenil catarinense.
Referências	Básica:

	BETTELHEIM, Bruno. A psicanálise dos contos de fada. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. BUSATTO, Cleo. A arte de contar histórias no século XXI: tradição e ciberespaço. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. COELHO, Nelly Novaes. Literatura infantil: teoria, análise, didática. 7. ed. São Paulo: Moderna, 2005. Complementar: COLOMER, Teresa. Introdução à literatura infantil e juvenil atual. São Paulo: Global, 2017. GAGLIARDI, Eliana. Conto de fadas. São Paulo: FTD, 2001. GÓES, Lucia Pimentel. Introdução à literatura infantil e juvenil. São Paulo: Pioneira, 1991. GREGORIM FILHO, José Nicolau; PINA, Patrícia Kátia da Costa; MICHELLI, Regina Silva. A literatura infantil e juvenil hoje: múltiplos olhares, diversas leituras. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2011. SILVA, Danusia. Representação da criança nas obras de Maria de Lourdes Krieger e Werner Zotz: escritores catarinenses. Porto Alegre: PUC, 2003.
LÍNGUA PORTUGUESA (Institucional)	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Introdução à comunicação. Ato comunicativo. Noção de texto. Níveis de leitura do texto. Hipertexto. Comunicação e o texto. Especificidades da estrutura frásica no texto. Qualidade da frase. Relações sintáticas na expressividade: concordância, regência e colocação.
Referências	Básicas: CASTILHOS, Ataliba T. de. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2019. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. ELIAS, Vanda Maria. Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas. São Paulo: Contexto, 2018. RONCARATI, Cláudia. As cadeias do texto: construindo sentidos. São Paulo: Parábola, 2010. Complementares: FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007. GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. GOLDSTEIN, Norma; LOUZADA, Maria Silvia; IVAMOTO, Regina. O texto sem mistério: leitura e escrita na universidade. São Paulo: Ática, 2009. LEFFA, Júlio Araújo Vilson. Redes sociais e ensino de línguas: o que temos de aprender? São Paulo: Parábola, 2016. MASIP, Vicente. Interpretação de textos: curso integrado de lógica e linguística. São Paulo, EPU, 2014.
4º SEMESTRE	
Prática Pedagógica	
PROCESSOS SOCIOCULTURAIS FORMAIS E NÃO FORMAIS	

Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Educação formal e não formal: concepções, aspectos históricos, sociológicos e culturais.
Referências	Básica: BAUMAN, Zygmunt. Vidas desperdiçadas. Tradução de Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. _____. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010. Complementar: BUFFA, Ester. Educação e cidadania: quem busca o cidadão?. v. 23. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988. EZINE, Edineide (Org.); ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de (Org.). Educação e movimentos sociais: novos olhares. Campinas: Alínea, 2010. GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação. 6. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2005. _____. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONG's e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005. TORRES, Carlos Alberto. A política da educação não formal na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
EDUCAÇÃO E NECESSIDADES ESPECIAIS (Compartilhada)	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Educação especial. Fundamentos históricos, epistemológicos e pedagógicos da educação especial. Necessidades educacionais especiais. Especificidades nas áreas visual, auditiva, mental, motora e sócio emocional e de altas habilidades/superdotação.
Referências	Básica: BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. 6. ed. São Paulo: M.r. Cornacchia, 2004. CARNEIRO, M. S. C. Adultos com Síndrome de Down: a deficiência mental como produção social. São Paulo: Papyrus, 2008. DE CARLO, M. M. R. P. Se essa casa fosse nossa...: instituições e processos de imaginação na educação especial. São Paulo: Plexus, 1999. Complementar: BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C.; VICTOR, S. L. (Org.). Inclusão: práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007. CAIADO, K. R. M. Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos. 2. ed. São Paulo: PUC/Campinas, 2006. FERNANDEZ, E. Linguagem e surdez. Porto Alegre: Artmed, 2003. LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. Tenho um aluno surdo, e agora?: introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: Universidade de São

	Carlos, 2014. PADILHA, A. M. L. Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. Campinas: Autores Associados, 2001.
FUNDAMENTOS DA DIDÁTICA	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Tendências pedagógicas. Organização espaço temporal das atividades escolares. Propostas pedagógicas.
Referências	Básica: GADOTTI, Moacir. Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido. Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul - Brasil 2003. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. ed. Cortez. São Paulo. 1994. SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2019. Complementar: ANASTASIOU, Léa das Graças (Org.); ALVES, Leonir P. (Org.). <u>Processos de ensinagem na universidade</u>: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 3. ed. Joinville: UNIVILLE, 2004. CARDOSO, Aliana Anghinoni. DEL PINO, Mauro Augusto Burkert. DORNELES, Caroline Lacerda. Os saberes profissionais dos professores na perspectiva de Tardif e Gauthier: contribuições para o campo de pesquisa sobre os saberes docentes no Brasil. Caxias do Sul: IX ANPEDSUL, 2012. Disponível em: www.uces.br/ucs/eventos/anped_sul_2012 MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação: Da antiguidade aos nossos dias. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000. PIMENTA, Selma Garrido. Saberes pedagógicos e atividade docente. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000. SUANNO, João Henrique. SUANNO, Marilza Vanessa Rosa. Didática e formação de professores: complexidades e transdisciplinaridade. Porto Alegre: Sulina, 2013.
ALFABETIZAÇÃO E NUMERALIZAÇÃO II	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Diferentes linguagens. Função subjetiva e social do registro e do discurso. Representação e operacionalização do número.
Referências	Básica: ALMEIDA, Marília Barros de & TOLEDO, Mauro de. Teoria e prática de matemática: como dois e dois. Volume único: livro do professor. São Paulo: FTD, 2009. SOARES, Magda Becker, MACIEL, Francisca, Alfabetização. Brasília: MEC/INEP/COMPED (série Estado do Conhecimento). 2000. TFOUNI, Leda Verdiani, Letramento e alfabetização. 9. ed. São Paulo:

	Cortez, 2010. Complementar: ARROYO, Miguel G.; SILVA, Maurício Roberto da. (Orgs) Corpo-infância: exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias dos corpos. Petrópolis: Vozes, 2012. FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011. LEITE, S. A. S. (Org.) ; MOLINA, A.S. Alfabetização e letramento: contribuições para as práticas pedagógicas. Campinas: Komedi, 2005. OLIVEIRA, Marta Kohl. Organização conceitual e escolarização. In: OLIVEIRA, Marcos Barbosa de; OLIVEIRA, Marta Kohl (Orgs.). Investigações cognitivas: conceitos, linguagem e cultura. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. SARMENTO, Manuel & GOUVEA, Maria Cristina Soares de (Orgs.). Estudos da Infância: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes 2008.
ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO I	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Observação participante em ambientes educacionais.
Referências	Básica: FREITAS, Helena Costa de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. Campinas: Papirus, 1996. PICONEZ, Stela B. (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. Campinas: Papirus, 2015. VASCONCELLOS, Celso dos S. Construção do conhecimento em sala de aula. 14. ed. São Paulo: Libertad, 2002. Complementar: PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. _____; GHEDIN, Evandro (Orgs.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. _____; LIMA, Maria S. Lucena. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004. SANTA CATARINA. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Proposta Curricular de Santa Catarina. Florianópolis: Cogen. 1998. WARSHAUER, C. A roda é o registro: uma parceria entre professor, alunos e conhecimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
INICIAÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA (Institucional)	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Interação entre ciência, pesquisa e inovação. Elaboração de protocolos de

	pesquisa: pergunta de pesquisa, justificativa/problema, objetivos, hipóteses, revisão de literatura, métodos e técnicas da pesquisa científica. Organização e análise de dados científicos. Pesquisa em bases de dados. Normas de produção e apresentação de trabalhos científicos. Normas de publicações específicas por área do conhecimento.
Referências	Básicas: APPOLINÁRIO, Fabio. Metodologia científica. São Paulo: Cengage Learning, 2016. CRESWELL, John W. Pesquisa de métodos mistos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. MATIAS PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2012. Complementares: ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico elaboração de trabalhos na graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001. BAPTISTA, Makilim Nunes. Metodologias pesquisa em ciências: análise quantitativa e qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. BARROS, Aidil Jesus; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. ampl. São Paulo: Pearson, 2014. CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. _____. Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
5º SEMESTRE	
Atuação Docente: Educação e Infância	
DIDÁTICA (Compartilhada)	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Planejamento escolar. Conteúdos curriculares. Metodologia de ensino e aprendizagem. Políticas de avaliação e avaliação da aprendizagem.
Referências	Básica: CANDAU, V. M. A didática em questão. Petrópolis: Vozes, 1996. ESTEBAN, M. T. Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. VASCONCELOS, C. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. 14. ed. São Paulo: Libertat, 2005. Complementar: CANDAU, Vera Maria. Reinventar a escola. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. COMÊNIO, J. A. Didática magna. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. MACHADO, N. J. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996. MENEGOLLA, M; SANT'ANNA, I. M. Por que planejar? Como planejar? Currículo, área, aula. 22. ed. São Paulo, Vozes, 2014. SAVIANI, D. Escola e democracia. 37. ed. São Paulo: Autores Associados, 2005.

ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO II	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Dimensões da prática docente no cotidiano na Educação Infantil. Reflexão como fundamento das práticas pedagógicas. Docência e a mediação nos processos de ensinar e aprender. Intervenção na realidade educacional e desenvolvimento do projeto de estágio.
Referências	Básica: COUTINHO, Angela Scalabrin; DAY, Gisele; WIGGERS, Verena. Práticas pedagógicas na educação infantil: diálogos possíveis a partir da formação profissional. São Leopoldo: Oikos, 2012. PAIGE-SMITH, Alice; CRAFT, Anna e Colaboradores. Desenvolvimento da prática reflexiva na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2010. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria S. Lucina. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004. Complementar: CRAIDY, Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. Educação infantil: pra que te quero?. Porto Alegre: Artmed, 2001. FULLGRAF, Jodete; WIGERS, Verena. Projetos e Práticas Pedagógicas: na creche e na pré-escola. Brasília: Liber Livro, 2014. OSTETTO, Luciana Esmeralda. Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores, (Org.). 5. ed. Campinas: Papirus, 2012. _____. Encontros e encantamentos na educação infantil: Partilhando experiências de estágios. 8. ed. São Paulo: Papirus, 2009. PINHO, Sheila Zambello de, (Org.). Formação de educadores: o papel do educador e sua formação. São Paulo: UNESP, 2009.
PROJETO PEDAGÓGICO E COTIDIANO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Organização do cotidiano na educação infantil: tempo e espaço. Proposta e prática pedagógica na Educação infantil: currículo, ludicidade, jogos e brincadeiras. Planejamento: atividades, registro e avaliação.
Referências	Básica: CORAZZA, Sandra Mara. Infância e educação: Era uma vez... quer que conte outra vez?. Petrópolis: Vozes, 2002. FULLGRAF, Jodete & WIGERS, Verena. Projetos e práticas pedagógicas: na creche e na pré-escola. Brasília: Liber Livro, 2014. KRAMER, Sônia (org.) LEITE, Maria Isabel F.(org.). Infância: fios e desafios da pesquisa. 7. ed. Campinas: Papirus, 2003. Complementar: BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017.

	_____. Características do Referencial Nacional para a Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 3. FARIA S. Histórias e políticas de educação infantil. <i>In</i>: C. FAZOLO, E.; CARVALHO, M. C.; LEITE, . I.; KRAMER, S. (orgs.). Educação infantil em curso. Rio de Janeiro: Rival. 1997. GARCIA, Regina L. Revisitando a pré-escola. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000. JUNQUEIRA FILHO, G. Interdisciplinaridade na pré-escola: anotações de um educador “on the road”. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1996.
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DIREITOS DA INFÂNCIA	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Concepções de criança, infância e educação infantil. Histórico da educação infantil no Brasil. Política brasileira de atendimento à criança de 0 a 6 anos incompletos. Papel do Estado: políticas públicas em relação às crianças e as infâncias. Instituições educacionais para a infância de 0 a 12 anos, educação infantil, famílias e socialização das crianças. Crianças em contexto de vulnerabilidade social.
Referências	Básica: ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 1981. BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília: Edições Câmara, 2010. WAJSKOP, Gisela. Educação infantil: creches: atividades para crianças de 0 a 6 anos. 2. ed. rev. São Paulo: Moderna, 1999. Complementar: ARROYO, Miguel G. Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. AZEVEDO, M^a. A. Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1993. KUHLMANN JUNIOR, Moysés. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. ROUSSEAU, Jean Jacques. Emílio ou da educação. São Paulo: Martins Fontes, 2004. SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. COORDENADORIA GERAL DE ENSINO. Proposta curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: temas multidisciplinares. Florianópolis: Cogen, 1998.
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Institucional)	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Estrutura, funcionamento e dinâmica dos ecossistemas. Conceitos ambientais. Desenvolvimento sustentável. Globalização e meio ambiente. Educação ambiental. Aspectos e impactos das atividades humanas no ambiente. Controle de poluição do solo, ar e água. Tratamento de resíduos e

	conservação de recursos naturais. Políticas públicas e legislação ambiental. Objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS.
Referências	Básicas: HADDAD, Paulo Roberto. Meio ambiente, planejamento e desenvolvimento sustentável. São Paulo: Saraiva 2015. PENA-VEGA, Alfredo. O despertar ecológico: Edgar Morin e a ecologia complexa. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. RICKLEFS, Robert. A economia da natureza. 7. ed. São Paulo: Guanabara Koogan 2016. Complementares: ATENA EDITORA. Políticas públicas na educação brasileira: educação ambiental. Ponta Grossa (PR): Atena, 2018. Disponível online em https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2018/03/E-book-PP-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ambiental.pdf BARSANO, Paulo Roberto. Poluição ambiental e saúde pública. São Paulo: Erica 2014. LEFF, Enrique. Aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul. São Paulo: Saraiva, 2016. MARTINELLI, Dante Pinheiro. Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas. São Paulo: Manole 2004. MUDANÇAS climáticas do global ao local. São: Paulo Manole 2014.
6º SEMESTRE	
Atuação Docente: Anos Iniciais do Ensino Fundamental	
ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO III	
Carga Horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Intervenção na realidade educacional de estágio nos anos iniciais do ensino fundamental.
Referências	Básica: CARDOSO, Paulino de Jesus; RASCHE, Karla Leandro (Orgs.). Formação de professores: promoção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana. Florianópolis: DIOESC, 2014. FREITAS, Helena Costa de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. Campinas: Papirus, 1996. PICONEZ, Stela B. (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. Campinas: Papirus, 2015. Complementar: KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel F. (Orgs.). Infância: fios e desafios da pesquisa. 7. ed. Campinas: Papirus, 2003. OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágios. 8. ed. São Paulo: Papirus, 2009. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004. PINHO, Sheila Zambello de, (Org.). Formação de educadores: o papel do educador e sua formação. São Paulo: UNESP, 2009. SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: estudos temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005.

ALFABETIZAÇÃO E NUMERALIZAÇÃO III	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Práticas pedagógicas de alfabetização e numeralização.
Referências	Básica: GONTIJO, Claudia Maria Mendes. A escrita infantil. São Paulo: Cortez, 2008. SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. TEBEROSKY, Ana; TOLCHINSKY, Liliana. Além da alfabetização: a aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática. São Paulo: Ática, 1996. Complementar: CARVALHO, João Bosco Pitombeira Fernandes. Matemática: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. KRAMER, Sônia. Alfabetização, leitura e escrita: formação de professores em curso. São Paulo: Ática, 2004. SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, Ciências e Tecnologia. Proposta Curricular de Santa Catarina: estudos temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005. SARMENTO, Manuel & GOUVEA, Maria Cristina Soares de (Orgs.). Estudos da infância: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes 2008. SMOLKA, Ana Luiza. A dinâmica discursiva no ato de escrever: relações oralidade-escritura. In: SMOLKA, Ana Luiza B.; GOES, Maria Cecília Rafael de. A linguagem e o outro no espaço escolar. Vygotsky e a construção do conhecimento. Campinas: Papirus, 1997.
CONHECIMENTOS CURRICULARES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - I	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Fundamentos e metodologias para o processo de ensino/aprendizagem nas áreas das Linguagens e da Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. ⁶
Referências	Básica: GERALDI, João Vanderlei. O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 2004. TEBEROSKY, Ana; TOLCHINSKY, Liliana. Além da alfabetização: a aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática. São Paulo: Ática, 1996. TOLEDO, Marília; TOLEDO, Mauro. Didática de matemática: como dois e dois a construção de matemática. São Paulo: FTD, 1997. Complementar: BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho

6 Alteração de nomenclaturas, Parecer CONSUNI n. 005, de 08/09/20.

	Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017. BAGNO, Marcos. Gramática, pra que te quero? Os conhecimentos linguísticos nos livros didáticos de português. Curitiba: Aymará, 2010. DANTE, Luiz Roberto. Formulação e Resolução de Problemas de Matemática: Teoria e Prática. São Paulo: Editora Ática, 2009. GOMES, Maria Lúcia de Castro. Metodologia do ensino de língua portuguesa. Curitiba: Inter Saberes, 2015. SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. SC, SED: UNIVALI, 2014. _____. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação infantil, Ensino Fundamental e Médio: Formação Docente para educação infantil e séries iniciais. Florianópolis, COGEN, 1998.
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Diretrizes curriculares da educação especial na educação básica brasileira. Atendimento educacional especializado: salas multifuncionais e serviços. Fundamentos pedagógicos da educação especial na perspectiva histórico cultural. Mediações pedagógicas e especificidades dos sujeitos da educação. Inserções em campo na educação básica.
Referências	Básica: BANKS-LEITE, Luci; GALVÃO, Izabel. A educação de um selvagem: as experiências pedagógicas de Jean Itard. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. CARNEIRO, Maria Sylvia Cardoso. Adultos com Síndrome de Down: a deficiência mental como produção social. São Paulo: Papirus, 2008. PADILHA, Anna Maria Lunardi. Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. Campinas: Autores Associados, 2001. Complementar: BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Kátia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de. Educação especial: diálogo e pluralidade. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. _____; JESUS, Denise Meyrelles de. Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. Porto Alegre: Mediação, 2011. JANNUZZI, Gilberta. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. 3. ed.rev. Campinas: Autores Associados, 2012. RIBEIRO, Maria Luísa Sprovieri; BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho. Educação especial: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2007. SKLIAR, Carlos. Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.
LIBRAS I (Compartilhada)	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos

a	
Ementa	Fundamentos históricos e epistemológicos da língua de sinais. Surdez e linguagem. Culturas e identidades surdas. Sinal e seus parâmetros. Noções gramaticais e vocabulário básico.
Referências	Básica: GESSER, A. Libras?: que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos. Tenho um aluno surdo, e agora?: introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: Universidade de São Carlos, 2014. SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. Complementar: FERNANDES, E. Surdez e bilinguismo. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011. LACERDA, C. B. F. de. Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2015. LODI, A. C. B. Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. 2. ed. rev. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA I (Compartilhada)	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Pesquisa em educação. Pesquisa educacional no Brasil. Escola como campo de pesquisa.
Referências	Básica DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006. FAZENDA, I. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 18. ed. Papiros. Campinas. 2012. SANTOS FILHO, J. C. dos. Pesquisa educacional: quantidade – qualidade. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007. Complementar: KINCHELOE, J. L.; BERRY, K. S. Pesquisa em educação: conceituando a bricolagem. Porto Alegre: Artmed, 2007. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatórios, publicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001. OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo. 2. ed. rev. São Paulo: Paralelo, 2000.

	SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil . 5. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2019. TEIXEIRA, Z. C. (Org). Caderno para apresentação de trabalhos acadêmicos . Lages: UNIPLAC, 2005.
7º SEMESTRE	
Atuação Docente: Anos Iniciais do Ensino Fundamental	
CONHECIMENTOS CURRICULARES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - II	
Carga Horária	160 horas - 08 créditos
Ementa	Fundamentos e metodologias para o processo de ensino/aprendizagem nas áreas das Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso nos anos iniciais do Ensino Fundamental. ⁷
Referências	Básica: BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017. CACHAPUZ, Antônio; GIL PEREZ, Daniel; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de PRAIA, João (Orgs.). A necessária renovação do ensino das ciências. São Paulo: Cortez, 2005. CASTELLAR, Sonia. Educação geográfica: teorias e práticas. São Paulo: Contexto. 2006. Complementar: FREITAS, Eliano de Souza M. & e FERREIRA Adriana Angélica. (Orgs). Meio ambiente em cena. Belo Horizonte: RHJ, 2012. NUNES, Carlos Alberto. Metodologia de ensino: geografia e história. Belo Horizonte: Lê, 1997. PINSKY, Jaime (org). O Ensino de história e a criação do fato. São Paulo: Contexto, 2004. SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. SC, SED: UNIVALI, 2014. _____. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação infantil, Ensino Fundamental e Médio: Formação Docente para educação infantil e séries iniciais. Florianópolis, COGEN, 1998.
ALFABETIZAÇÃO E NUMERALIZAÇÃO IV	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Práticas pedagógicas de alfabetização e numeração.
Referências	Básica: GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. A escrita infantil. São Paulo: Cortez, 2017. SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 200. TEBEROSKY, Ana; TOLCHINSKY, Liliana. Além da alfabetização: a aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática. São Paulo:

⁷ Alteração de nomenclaturas, Parecer CONSUNI n. 005, de 08/09/20.

	Ática, 1996. Complementar: CARVALHO, João Bosco Pitombeira Fernandes. Matemática: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. GARCIA, Regina Leite. A formação da professora alfabetizadora: reflexões sobre a prática. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015. SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: estudos temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005. Número de chamada: 372.198164 S231p. Disponível em: http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/graduacao/proesde/cursos-de-extensao/midiateca/proposta-curricular-de-santa-catarina/368-2005-proposta-curricular-de-santa-catarina-estudos-tematicos/file SARMENTO, Manuel & GOUVEA, Maria Cristina Soares de (Orgs.). Estudos da Infância: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes 2008. SMOLKA, Ana Luiza. A dinâmica discursiva no ato de escrever: relações oralidade-escritura. In: SMOLKA, Ana Luiza B.; GOES, Maria Cecília Rafael de. A linguagem e o outro no espaço escolar. Vygotsky e a construção do conhecimento. Campinas: Papirus, 1997.
ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO IV	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Intervenção na realidade educacional e desenvolvimento do projeto de estágio nos anos iniciais do ensino fundamental.
Referências	Básica: CARDOSO, Paulino de Jesus; RASCKE, Karla Leandro (Orgs.). Formação de professores: promoção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana. Florianópolis: DIOESC, 2014. FREITAS, Helena Costa de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. Campinas: Papirus, 1996. PICONEZ, Stela B. (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. Campinas: Papirus, 2015. Complementar: KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel F. (Orgs.). Infância: fios e desafios da pesquisa. 7. ed. Campinas: Papirus, 2003. OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágios. 8. ed. São Paulo: Papirus, 2009. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004. PINHO, Sheila Zambello de, (Org.). Formação de educadores: o papel do educador e sua formação. São Paulo: UNESP, 2009. SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: estudos temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005. Disponível em: http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/graduacao/proesde/cursos-de-

	extensao/midiateca/proposta-curricular-de-santa-catarina/368-2005-proposta-curricular-de-santa-catarina-estudos-tematicos/file
LIBRAS II (Compartilhada)	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Noções gramaticais e vocabulário intermediário. Uso da Libras em contextos.
Referências	Básica: CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua de sinais brasileira: Libras. 3. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. LACERDA, Cristina Broglia F. de; SANTOS, Lara Ferreira dos. Tenho um aluno surdo, e agora?: introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: Universidade de São Carlos, 2014. QUADROS, Ronice Muller. de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. Complementar: CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: artes e cultura, esportes e lazer. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. _____. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: comunicação, religião e eventos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. _____. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: família e relações familiares e casa. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. GESSER, Audrei. Libras?: que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. QUADROS, Ronice Muller de. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2007.
PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA II (Compartilhada)	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Sala de aula como campo de pesquisa.
Referências	Básica: ALVES, N.; OLIVEIRA, I. B. (Orgs.). Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. BAGNO, M. Pesquisa na escola: o que é, como se faz. 26. ed. São Paulo: Loyola, 2014. DUSSEL, I.; CARUSO, M. A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar. São Paulo: Moderna, 2003. Complementar: BERGMANN, J.; SAMS, A. Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

	COSTA, M. C. V. Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. DUBET, F. O que é uma escola justa? a escola das oportunidades. São Paulo: Cortez 2008. GARCIA, R. L. (Org.). Método: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. _____. O sentido da escola. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
8º SEMESTRE Atuação Docente: Educação de Jovens e Adultos Atuação Interdisciplinar ANDRAGOGIA	
Carga Horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Fundamentos da educação de jovens e adultos. Lugar sócio-político da educação de jovens e adultos. Educação de jovens e adultos na perspectiva da inclusão, autonomia e cidadania. Papel do educador na EJA e os “saberes” indispensáveis à sua prática.
Referências	Básica: FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. 7. ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2005. MOURA, Tânia Maria de Melo. A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió: EDUFAL, 2004. Complementar: DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2015. BORGES, Regina Maria Rabello. Interatividade e transdisciplinaridade na educação científica e tecnológica de jovens e adultos. Porto alegre: EDIPUCRS, 2013. CEDES. Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação. Centro de Estudos Educação e Sociedade. O uso Pedagógico das tecnologias de informação e comunicação na formação de professores. v. 29, n. 104-Especial. São Paulo: Cortez, 2008. GADOTTI, Moacir. MOVA, por um Brasil alfabetizado. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008. SOARES, Leôncio (Org.). Aprendendo com a diferença: estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
ALFABETIZAÇÃO E NUMERALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA	

Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Práticas pedagógicas de alfabetização e numeralização na educação de jovens, adultos e idosos.
Referências	Básica: FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. ROCHA, Raquel; GOIS, Solange. Práticas de alfabetização na educação de jovens e adultos. São Paulo, Cortez, 2014. SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Complementar: LÉVY, Pierre. Cibercultura. 3. ed. São Paulo: 34 Ltda, 2011. ROSSI, Maria Helena Wagner. Imagens que falam: leitura da arte na escola. Porto alegre: Mediação, 2011. SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2003. VYGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, A. R.; LEONTIEV, Alexis. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 16. ed. São Paulo: Ícone, 2018. TFOUNI, Leda Verdiani. Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso. Campinas: Pontes, 1995.
CONHECIMENTOS CURRICULARES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - III	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Fundamentos e metodologias para o processo ensino/aprendizagem nas áreas das Linguagens, Ciências Humanas, Matemática e Ciências da Natureza na educação de jovens, adultos e idosos. ⁸
Referências	Básica: FREIRE, P. O ato de ler em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011. MOURA, Tania Maria de Melo. A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygostky. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2004. SABINSON, M. L. T. M. O que se ensina quando se ensina a ler e escrever? Ensina-se, mesmo, a ler e escrever? In: Leitura: teoria e prática, n. 38, 2002. Complementar: BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017.

8 Alteração de nomenclaturas, Parecer CONSUNI n. 005, de 08/09/20.

	MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 10. ed. São Paulo: Cortez; Brasília/DF: Unesco, 2005. SACRISTÁN, J. Gimeno. A educação obrigatória: seu sentido educativo e social. Porto Alegre: Artmed, 2001. SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. SC, SED: UNIVALI, 2014. _____. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Formação Docente para educação infantil e séries iniciais. Florianópolis, COGEN, 1998.
ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO V	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Intervenção na realidade educacional e desenvolvimento do projeto de estágio na educação de jovens, adultos e idosos.
Referências	Básica: MOURA, Tânia Maria de Melo. A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió: EDUFAL, 2004. _____. A formação de professores (as) para a educação de jovens e adultos em questão. Maceió: EDUFAL, 2005. ROCHA, Raquel; GOIS, Solange. Práticas de alfabetização na educação de jovens e adultos. São Paulo: Cortez, 2014. Complementar: FALSARELLA, Ana Maria. Formação continuada e prática de sala de aula. São Paulo: Autores Associados, 2004. ROCHA, Raquel; GOIS, Solange. Práticas de alfabetização na educação de jovens e adultos. São Paulo, Cortez, 2014. SAMPAIO, M. N.; ALMEIDA, R.S. (Orgs.). A formação de professores para a educação de jovens e adultos: dilemas atuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Currículo base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense. Estado de Santa Catarina: Secretaria de Estado da Educação, 2019. Disponível em: http://www.sed.sc.gov.br/documentos/curriculo-base-sc/8018-curriculo-base-ed-infantil-e-ens-fundamental-de-sc SOUZA, Antônia de. Educação de jovens e adultos. Curitiba: Ibepex, 2012.
GESTÃO DE PROCESSOS EDUCACIONAIS (Compartilhada)	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Gestão e organização da educação. Teorias da administração e da gestão educacional. Avaliação institucional e planejamento estratégico.
Referências	Básica: DOURADO, Luís Fernandes; PARO, Vitor Henrique. Políticas Públicas & Educação Básica. São Paulo: Xamã Vm, 2001. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. 14. ed. Libertad, São Paulo, 2005. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Educação básica: projeto político-pedagógico. Educação superior: projeto político-pedagógico. Campinas:

	Papirus, 2004. Complementar: BRASIL. O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, Brasília: MEC/SASE, 2014. http://pne.mec.gov.br/images/pdf/livro_pioneiros_final.pdf. HARDT, Lúcia Schneider et al. Coordenação pedagógica: (per) formações e cartografias. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2015. LÉVY, Pierre. Tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: 34 Ltda, 2010. PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. 17. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012. SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. SC, SED: UNIVALI, 2014.
PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA III (Compartilhada)	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	A formação específica como campo de pesquisa.
Referências	Básica: BEHRENS, Marilda Aparecida. O paradigma emergente e a prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2005. CUNHA, Maria Izabel da. O bom professor e sua prática. 12. ed. Campinas: Papirus, 2001. FREIRE, Paulo. Política e educação. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001. Complementar: FREITAS, Luiz Carlos. Neotecnicismo e formação do educador. In: ALVES. N.; FREITAS, Luiz Carlos D; MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. Formação de professor: pensar e fazer. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995. KRAMER, Sônia (Org.). Histórias de professores: leitura, escrita e pesquisa em educação. São Paulo: Ática, 1996. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2004. THUMS, Jorge. O acesso à realidade: técnicas de pesquisa e construção do conhecimento. Canoas: ULBRA, 2003.

CONTEÚDOS CURRICULARES

A articulação no Curso de Pedagogia da UNIPLAC entre ensino, pesquisa e extensão é o processo por meio do qual torna-se possível “dar vida” à instituição universitária, levando seu fazer mais próximo das urgências contemporâneas.

Articulado e organizado a partir de princípios isonômicos, o tripé da educação superior permite que o ensino seja realizado de maneira multilateral e horizontal; que a pesquisa se desenvolva com vistas às necessidades sociais e coerentes com princípios éticos; e que a extensão se construa de modo a coadunar saberes.

Tendo como escopo da formação do pedagogo, a licenciatura para a Educação Infantil e para os anos iniciais do Ensino Fundamental da Educação Básica. O curso de Pedagogia da UNIPLAC evidencia seus componentes curriculares de estágio e pesquisa e prática pedagógica como pivôs da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Compreendendo sempre o planejamento, a execução e a avaliação das ações desenvolvidas, os três componentes curriculares de estágio (Educação Infantil; Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens, Adultos e Idosos) devidamente fundamentados em metodologias coesas de análise da realidade educacional; conduzidos com base no diálogo entre diferentes gerações de profissionais da educação; orientados pelo reconhecimento da complementaridade entre teoria e prática, são capazes de projetar expectativas de pleno desenvolvimento ao pedagogo em formação.

Justifica-se a proposta apresentada tendo em vista a pertinência dos saberes relacionados à práticas educativas não formais, informais e extra-escolares Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura como elementos fundamentais para a realização das atividades de extensão, sobretudo considerando que, historicamente segregados/subordinados/não reconhecidos, os conhecimentos tácitos de um fazer pedagógico não instituído, porém de grande efetividade social, devem integrar o repertório de conhecimentos agregados a formação integral do pedagogo.

Nessa perspectiva, a pesquisa passa a ser representada como prática ambivalente, a medida que organiza previamente as ações do pedagogo em formação diante das estruturas e cenários educacionais com os quais se depara e pretende conhecer; e também com espaço de sistematização dos conhecimentos, de modo que estes possam se estender amplamente e contribuir com a construção de práticas pedagógicas em seu sentido humano.

Contudo, pretende-se desenvolver um ensino que se pautar nos valores universalmente reconhecidos, sem que se deixe de considerar suas configurações históricas, estas responsáveis pela consolidação de uma prática educativa ainda muito aquém das expectativas contemporâneas.

Além disso, o Projeto Pedagógico contempla os conteúdos curriculares 05 (cinco) disciplinas institucionais, aprovadas a partir de novembro de 2017, pelo CONSUNI da UNIPLAC, de acordo com as Resoluções n. 291, de 21/11/2017, n. 292, de 27/11/2017, 342, de 20/03/2018, n. 347, de 30/04/2018 e 355, de 19/06/2018, estas oferecidas na modalidade a distância sendo 01(uma) a cada semestre, do primeiro ao quinto semestre, todas com 04 créditos, correspondente a 80 horas, como apresentado a seguir:

I - Tecnologias da Informação e Comunicação;

II - Cultura, Diferença e Cidadania;

III - Língua Portuguesa;

IV – Iniciação à Pesquisa Científica;

V - Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Dentro dos conteúdos curriculares há a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena estão contemplados na disciplina institucional de Cultura, Diferença e Cidadania, do 2º semestre, com 4 créditos, correspondentes a 80 horas, ofertada na modalidade a distância.

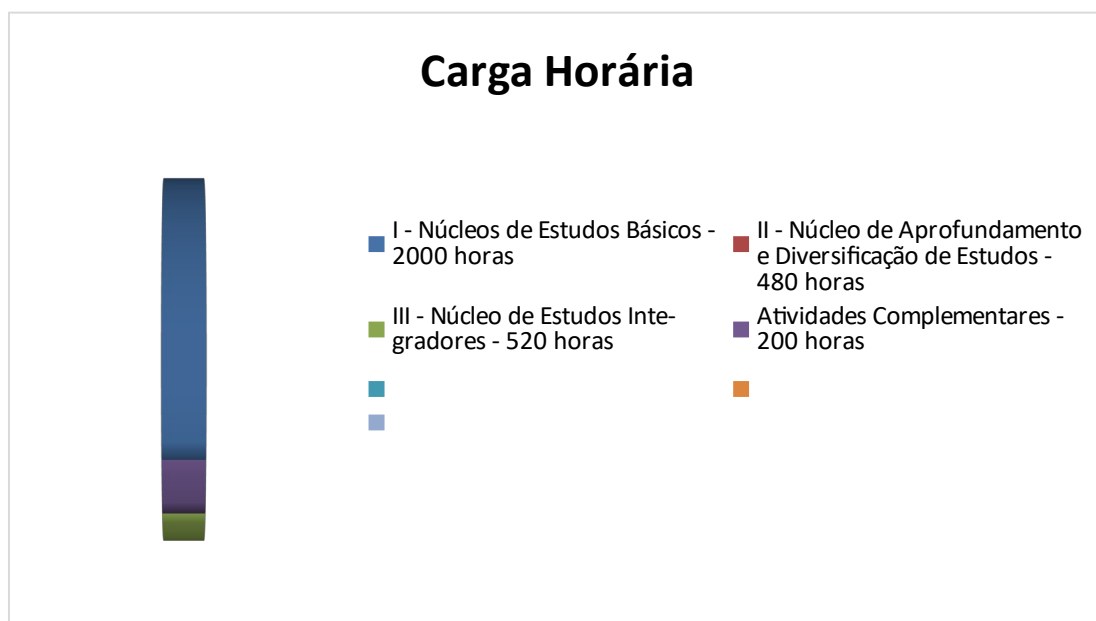
As questões da educação ambiental são abordadas na disciplina de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do 5º semestre, com 4 créditos, correspondentes a 80 horas e também ofertada na modalidade a distância.

Distribuição das Disciplinas por Conteúdos Curriculares

CONTEÚDOS	DISCIPLINAS	SEM	C/H	DISCIP. e %
	Filosofia da Educação	1º	80	
	Profissão Docente	1º	40	
	Sociologia da Educação	1º	80	
	História da Educação	1º	80	
	Antropologia da Educação	2º	40	
	Alfabetização e Letramento	2º	80	
	História da Educação Brasileira	2º	80	
	Políticas Públicas da Educação Básica*	2º	40	
	Psicologia da Educação*	2º	40	

I - Núcleo de Estudos Básicos	Tecnologia da Educação	3º	40	30 disciplinas
	Currículos e Saberes*	3º	40	
	Alfabetização e Numeralização I	3º	80	
	Psicologia da Aprendizagem	3º	80	
	Literatura Infantojuvenil	3º	40	
	Processos Socioculturais Formais e Não Formais	4º	40	
	Educação e Necessidades Especiais*	4º	40	
	Fundamentos da Didática	4º	40	
	Alfabetização e Numeralização II	4º	80	
	Didática*	5º	80	
	Projeto Pedagógico e Cotidiano na Educação Infantil	5º	40	
	Fundamentos da Educação Infantil e Direitos da Infância	5º	80	
	Alfabetização e Numeralização III	6º	80	
	Conhecimentos Curriculares dos Anos Iniciais (Linguagens, Ciências Humanas e Ciências da Natureza)	6º	80	
	Práticas Pedagógicas da Educação Especial	6º	80	
	Conhecimentos Curriculares dos Anos Iniciais (Linguagens, Ciências Humanas e Ciências da Natureza)	7º	160	
	Alfabetização e Numeralização IV	7º	80	
	Andragogia	8º	80	
	Alfabetização e Numeralização na Educação de Jovens e Adultos - EJA	8º	80	
	Conhecimentos Curriculares dos Anos Iniciais (Linguagens, Ciências Humanas e Ciências da Natureza)	8º	80	
	Gestão de Processos Educacionais	8º	40	
Total da Carga Horária			2000	62,5%
II - Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos	Tecnologias da Informação e Comunicação**	1º	80	07 disciplinas
	Cultura, Diferença e Cidadania**	2º	80	
	Língua Portuguesa**	3º	80	
	Iniciação à Pesquisa Científica**	4º	80	
	Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**	5º	80	
	Libras I*	6º	40	
	Libras II*	7º	40	
Total da Carga Horária			480	15%
III – Núcleo de Estudos Integradores	Estágio Curricular Obrigatório I	4º	80	08 disciplinas
	Estágio Curricular Obrigatório II	5º	80	
	Estágio Curricular Obrigatório III	6º	80	
	Estágio Curricular Obrigatório IV	7º	80	
	Estágio Curricular Obrigatório V	8º	80	
	Pesquisa e Prática Pedagógica I*	6º	40	
	Pesquisa e Prática Pedagógica II*	7º	40	
	Pesquisa e Prática Pedagógica III*	8º	40	
			520	16,25%
Total da Carga Horária			3000	
Atividades Complementares			200	6,25%
Total Geral da Carga Horária			3.200	100%

Representação Gráfica do Perfil de Formação



Requisitos Legais

Educação Ambiental

A Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002 e a regulamentação interna através do Conselho Universitário (CONSUNI) (Resolução n. 115, de 1º de novembro de 2013) determinam a inclusão da Educação Ambiental nos cursos de graduação da UNIPLAC.

O projeto do curso de Pedagogia prevê a integração da Educação Ambiental por meio da disciplina de Políticas Públicas da Educação Básica, do 2º semestre com 40 horas – 02 créditos e também por meio da disciplina de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do 5º semestre, com 80 horas - 4 créditos.

A UNIPLAC, desde 2015, desenvolve o PPIEAG que é uma estratégia de integração de atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelos professores da UNIPLAC voltadas à educação ambiental. O Projeto é coordenado por uma professora do mestrado em Educação e do Mestrado em Ambiente e Saúde – Interdisciplinar e pela Pró-Reitoria de Ensino. Consiste em reuniões sistemáticas com os coordenadores dos cursos de

graduação com o objetivo de garantir a ambientalização curricular dos cursos. O programa realiza formação continuada com os coordenadores para que estes articulem e potencializem as atividades educativas realizadas pelos docentes nos diversos componentes curriculares, entendendo a educação ambiental como um campo de conhecimento interdisciplinar. O programa está vinculado ao grupo de pesquisa certificado pela Instituição: Ambiente, Educação e Saúde – GEPES AMBIENS que objetiva investigar as relações do ser humano com o ambiente, tendo como espaço de mediação interdisciplinar a educação ambiental, considerando as políticas públicas e a gestão ambiental como estratégias [de ambientalização das instituições e de desenvolvimento territorial sustentável em áreas de abrangência do Aquífero Guarani/ Serra Geral. Objetiva ainda, discutir teorias do conhecimento para a formação humana no âmbito teórico metodológico no ensino superior.](#)

Esse Programa apresenta aspectos inéditos por discutir temas inovadores e possibilitar a discussão sobre ambientalização curricular de forma articulada à Educação para a Inteiraza. De acordo com a gestão da Política Nacional de Educação Ambiental é preciso promover a articulação das ações educativas voltadas as atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental potencializando a função da educação para as mudanças culturais e sociais relacionadas à educação ambiental.

Outros projetos são desenvolvidos na universidade e envolvem estudantes de iniciação científica que se referem: Uso e ocupação do solo urbano; as praças públicas e qualidade de vida; Paisagem em Área de abrangência do Aquífero Guarani; Nós e os Cães: A água do futuro; compostagem de resíduos sólidos, entre outros.

A Cidade de Lages tem uma condição especial no que se refere ao Aquífero Guarani. É uma área de recarga e descarga do referido aquífero o que torna essa região muito vulnerável quanto a proteção e preservação destas águas subterrâneas.

Assim em 2008, foi consolidada a Rede Guarani Serra Geral para realizar pesquisa e extensão que contribuam com gestão eficiente e sustentável dos recursos hídricos, buscando intensificar, atualizar e desenvolver políticas públicas de preservação dessa reserva hídrica subterrânea.

A REDE GUARANI/SERRA GERAL surgiu, assim, da proposta de reunir pesquisadores de diversas áreas, pertencentes a instituições e localidades diferentes no Estado de Santa Catarina, num trabalho comum de estudo e ação ambiental na área do aquífero. Durante os primeiros passos para a elaboração do projeto, organizou-se a REDE de

pesquisadores, partindo da UNIPLAC, somando-se a UNOESC, UFSC, UDESC, EPAGRI, FUNJAB, FAPESC, FAPEU, UNOCHAPECÓ e FURB. O projeto foi, então, apresentado à Agência Nacional das Águas (ANA). A coordenação de REDE ficou sob responsabilidade da ANA, a qual repassou ao CNPq recursos do CTHidro (Fundo Setorial dos Recursos Hídricos) que compõem uma das fontes de recursos financeiros do projeto. O projeto continua em andamento, sendo previstos recursos para continuidade do mesmo também em 2019.

Entre 2015 e 2017, foi realizada uma pesquisa em Rede com 8 Universidades: UNIPLAC, UNIVALI, UDESC, UNISUL, UNIDAVI, UNIFEBE, UNOESC E UNESC. O projeto Ambientalização e Sustentabilidade na Educação Superior: Subsídios às Políticas Institucionais em Santa Catarina, teve como objetivo geral contribuir com as Políticas de ambientalização e sustentabilidade na Educação Superior em Santa Catarina, identificando indícios, elaborando subsídios e estratégias aplicáveis ao ensino, pesquisa, extensão e gestão ambiental nas Instituições de Educação Superior (IES). A pesquisa será desenvolvida de forma concomitante por equipes de pesquisadores (as) de oito Instituições de Educação Superior (IES), uma pública e sete comunitárias, localizadas em cinco mesorregiões de Santa Catarina. Como objetivos específicos, pretende averiguar o estágio do processo de ambientalização e sustentabilidade de cada IES; identificar indícios de ambientalização, a partir da análise dos documentos institucionais (PDI, PPI) e curriculares (PPC e planos de ensino das disciplinas de graduação nas IES); elaborar subsídios e propor estratégias, ações e práticas sustentáveis inovadoras e de responsabilidade socioambiental, aplicáveis às IES, no âmbito do ensino, pesquisa, extensão e gestão ambiental dos campi universitários; fortalecer a parceria, integração e colaboração entre pesquisadores das IES participantes em torno da consolidação de Políticas de ambientalização e sustentabilidade no âmbito das IES participantes; criar uma rede temática de ambientalização e sustentabilidade vinculada à Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental - REASul, para fortalecer a integração e colaboração com pesquisadores nacionais e da Red de Indicadores de Sostenibilidad en las Universidades (RISU), vinculada à Alianza de Redes Iberoamericanas de Universidades por la Sustentabilidad y el Ambiente (ARIUSA). A abordagem metodológica caracteriza-se pelo enfoque quanti-qualitativo com base na pesquisa-ação participante (THIOLLENT, 2008; HAGUETTE, 2003) e o uso de técnicas de análise documental e de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2008; FRANCO, 2008). Complementar à análise documental, serão aplicados questionários em formulário on-line, e realizadas entrevistas semiestruturadas (SZYMANSKI,

2002). Os resultados serão utilizados para propor estratégias de ambientalização curricular nos cursos de graduação, ações e práticas sustentáveis inovadoras e de responsabilidade socioambiental que possam contribuir para criar, implementar, avaliar ou aperfeiçoar Políticas de ambientalização e sustentabilidade nas IES. A avaliação e socialização dos resultados dar-se-á por meio da realização de três workshops e um Seminário final. Também será organizada uma publicação no formato de livro, e a produção de artigos para apresentação em eventos acadêmicos e publicação em periódicos nacionais. Como produtos deste projeto foi publicado um livro com parte dos resultados de cada uma das universidades participantes e também um Guia para contribuir com os coordenadores dos cursos de graduação das universidades participantes.

Em 2017 a Universidade desenvolveu estudo para elaboração e oferta de disciplinas institucionais. Foram aprovadas pelo CONSUNI e incorporadas as estruturas curriculares de todos os cursos 5 disciplinas. Uma delas é a disciplina: Ambiente e desenvolvimento Sustentável com a seguinte ementa: Estrutura, funcionamento e dinâmica dos ecossistemas. Conceitos ambientais. Desenvolvimento sustentável. Globalização e meio ambiente. Educação ambiental. Aspectos e impactos das atividades humanas no ambiente. Controle de poluição do solo, ar e água. Tratamento de resíduos e conservação de recursos naturais. Políticas públicas e legislação ambiental. Objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS. Esta disciplina pretende contribuir para que todos os estudantes da universidade tenham a oportunidade de discutir a respeito de seus compromissos e responsabilidades e modo de ser e estar no planeta.

Cabe ressaltar que a UNIPLAC tem forte compromisso com as questões ambientais, sendo que um dos Programas de Mestrado é em Ambiente e Saúde que articula as temáticas do cuidado do ambiente bem como promove eventos e executa projetos importantes como alguns acima citados.

Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

Para atender o que dispõe a Resolução CNE/CP n. 1 de 17 de junho de 2004, que instituiu “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (Lei n. 9.394/1996 e Lein. 10.639/2003) a UNIPLAC constituiu a Resolução n. 114, de 1º de novembro de 2013, que determina a inclusão desses conteúdos em todos os Cursos de Graduação.

O projeto do curso de Pedagogia prevê a integração da educação étnico-racial por meio da disciplina Políticas Públicas da Educação Básica, do 2º semestre com 40 horas – 02 créditos e e também na disciplina Cultura, Diferença e Cidadania, 2º semestre - 4 créditos -

80 horas.

A UNIPLAC, através do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAb) tem trabalhado de forma continuada com esta temática, envolvendo vários seguimentos da universidade.

O Núcleo de Estudos Afrobrasileiro “Negro e Educação / Indígena” foi constituído no ano de 2000, aprovado pelo Parecer n. 503, de 09/10/2007, do CONSUNI e, desde então, realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva de investigar a educação e a memória do povo afrodescendente.

Direitos Humanos

Para atender o que dispõe o Parecer CNE/CP n. 8, de 06 de março de 2012, que instituiu “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos” (Leis n. 9.131, de 24 de novembro de 1995 e n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a UNIPLAC emitiu a Resolução n. 127, de maio de 2014, que determina a abordagem da Educação para Direitos Humanos em todos os cursos de graduação.

O projeto do curso de Pedagogia prevê a integração da educação étnico-racial por meio da disciplina Políticas Públicas da Educação Básica, do 2º semestre com 40 horas – 02 créditos e também na disciplina Cultura, Diferença e Cidadania, 2º semestre - 4 créditos - 80 horas.

Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

A UNIPLAC há bom tempo vem se dedicando às questões relacionadas à inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência. Nessa direção, desde 2012 constituiu a sua Comissão Institucional de Inclusão e Acessibilidade (CIA), pela Portaria n. 099, de 22 de outubro de 2012, modificada de tempos em tempos para proceder alterações de componentes, mantendo sempre a mesma linha de finalidades e objetivos.

Entre as finalidades está a de acompanhar e propor medidas à Universidade, que visem a garantir os requisitos de acessibilidade aos acadêmicos com deficiência. Sempre bom lembrar que o trabalho da Comissão tem sido desde sempre voluntário e não remunerado.

Uma dessas medidas, em 29/08/2013 foi a criação do Programa de Acompanhamento Pedagógico ao Aluno da UNIPLAC (PAAP), cuja regulamentação interna foi aprovada em

23/04/2015. Em 29/03/2016, através do Ato Normativo n. 007/16 foram suspensas as atividades do PAAP e na reunião do CONSUNI em 04 de abril de 2016, o CONSUNI aprovou o retorno imediato do Programa.

Em 07 de abril de 2016 o PAAP foi definitivamente aprovado (Resolução n. 213). Ainda em junho deste ano, através da Resolução n. 219, o Programa foi revigorado, para oferecer atendimento aos alunos dos diversos cursos da universidade, visando a oportunizar formação qualificada e adequada às suas necessidades educacionais.

Ainda por influência direta da Comissão de Inclusão e Acessibilidade, a Universidade enfim aprovou a sua Política de Inclusão e Acessibilidade, através da Resolução CONSUNI n. 235, de 11 de agosto de 2016, para dar cumprimento à legislação vigente. É dirigida às pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, com transtornos globais no desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação (Art. 1º, § 3º). No art. 2º está afixado que “aos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos globais no desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, ao ingressarem na Universidade serão ofertados ambiente acessível, apoio e acompanhamento pedagógico e ou recursos multifuncionais necessários à sua permanência com qualidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Art. 2º, § 1º O apoio pedagógico deverá contemplar ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes, considerando as necessidades apontadas em sua autodeclaração, registradas no ato de matrícula, ou a qualquer tempo em que estas se manifestarem, enquanto frequentam a Universidade”.

No presente momento, a Universidade não tem alunos autodeclarados como portadores de Transtorno do Espectro Autista, mas independentemente de tal situação, a Instituição, para atender à Lei n. 12.764, de 27/12/2012, ao Decreto n. 8.368, de 02/12/2014 e à Nota Técnica n. 24/2013/MEC/DECADI/DPEEN, dispõe de profissionais especializados neste atendimento e ainda desenvolve no seu Curso de Psicologia projeto de Extensão e Grupo de Estudos e Reflexões sobre o Transtorno do Espectro Autista, em que atende às comunidades interna e externa, com o objetivo de desmistificar alguns conceitos e atualizar os conhecimentos científicos e práticos de professores e de todos os profissionais interessados no atendimento com qualidade às pessoas com TEA/TGD.

A Universidade possui profissionais credenciados pela UNIPLAC para esta demanda, uma delas, é indicada para representar as Pessoas com Transtornos Globais de Desenvolvimento na CIA (Portaria n. 058, de 05 de maio de 2015).

METODOLOGIA

A proposta curricular do Curso de Pedagogia está embasada nas Resoluções CNE/CP 1, de 15 de maio de 2006 e CNE/CP 2, de 1 de julho de 2015, que instituem a duração e a carga-horária dos cursos de Licenciatura, de Graduação Plena, de Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior. Conforme esse documento, a carga-horária será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 3200 (três mil e duzentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garantida, nos termos dos seus Projetos Pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

- **400** (quatrocentas) horas de Prática como Componente Curricular, vivenciadas ao longo do curso. As quatrocentas horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso constituem um espaço significativo para propiciar a articulação teoria e prática, dando ao educando a oportunidade de refletir os problemas mais imediatos e evidentes nas escolas de educação básica e outros espaços educativos.

- **400** (quatrocentas) horas de Estágio Curricular Supervisionado, a partir do início da segunda metade do curso;

- **2.200** (duas mil e duzentas) horas de aula para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;

- **200** (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais. As atividades definidas pela resolução como “outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais como componente curricular” garantem ao aluno a realização de um conjunto de atividades comprometidas com os objetivos do curso, com o perfil do profissional a ser formado e com os interesses e necessidades individuais dos alunos. Cabe ao licenciado integralizar 200 horas durante o período de realização do curso.

Para os acadêmicos que exerçam atividades docentes regulares na Educação Básica pode acontecer a redução de carga-horária do Estágio Curricular Obrigatório até o máximo de 200 (duzentas) horas. A carga-horária obedece aos 200 (duzentas) dias letivos/ano, dispostos na LDB.

Diversos autores que discutem a formação de professores, como Nóvoa (1991, 1992), Zeichner (1992, 1998), Pimenta (1999) Tardif (s.d , 2002), Veiga (2002) e outros, têm apontado a importância que se reveste o campo da docência e indicado a necessidade de se valorizar práticas formativas que contribuam para a construção de professores de profissão

que sejam autônomos e capazes de refletir criticamente sobre sua prática e a realidade social.

A organização curricular do Curso de Pedagogia é disciplinar, com a perspectiva de eixo articulador a partir do 1º semestre, tendo o “mapa conceitual” como estratégia para organizar os conteúdos a serem trabalhados em cada disciplina.

A partir do 6º semestre a articulação acontece por meio do planejamento, acompanhamento da disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica sustentando a Prática como Componente Curricular como fundamento e a pesquisa como princípio, no sentido de qualificar a formação de um profissional professor para a Educação Básica.

ESTÁGIO CURRICULAR

A Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o “estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante”. A Resolução CNE/CES 2, de 20 de dezembro de 2019 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso, em seu Art. 7º salienta, “II - reconhecimento de que a formação de professores exige um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que estão inerentemente alicerçados na prática, a qual precisa ir muito além do momento de estágio obrigatório, devendo estar presente, desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos quanto nos específicos da área do conhecimento a ser ministrado;”. Além disso, enfatiza que a carga horária mínima do estágio curricular obrigatório, deverá atingir 400 (quatrocentas) horas.

Estágio Curricular Obrigatório

O Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Pedagogia da UNIPLAC, possui **400 (quatrocentas) horas**, seguindo as DCNs, também segue o que determina a legislação de formação de professores, a partir da LDB, Lei 9.394/96, a Base Comum Curricular (BNCC), Resolução n. 2, de 20 de dezembro de 2017 e ainda atualizado conforme determinação institucional do CONSUNI, Resolução n. 232, de 08 de agosto de 2016.

O Estágio no que se refere à experiência de exercício profissional, e alinhados a essas legislações, se caracteriza por privilegiar propostas que possibilitem experiências nos diferentes níveis de ensino.

O processo de Estágio Curricular Obrigatório envolve as Unidades Escolares das

redes públicas (estadual e municipal) e particulares da microrregião e é realizado nas diferentes etapas de ensino da Educação Básica, incluindo a possibilidade de desenvolvê-lo na Educação Especial.

Para tanto, traz como objetivo desenvolver, junto aos acadêmicos-estagiários, a capacidade de analisar criticamente as diversas metodologias que fundamentam o ensino na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos, proporcionando-lhes as habilidades necessárias para a prática pedagógica docente.

Além disso, o Estágio Curricular Obrigatório acontece em processo e está voltado para o desenvolvimento de atividades que privilegiam o ensino, a pesquisa e a extensão. Dessa maneira, propõe uma articulação efetiva entre a Universidade e as Secretarias de Educação Municipal e Estadual. Busca-se, assim, por meio do enfoque metodológico, superar a dimensão descontextualizada do trabalho docente.

O Estágio Curricular Obrigatório tem seu início no 4º semestre do curso e é concluído no 8º semestre, sendo realizado nos diferentes segmentos da área da educação formal e não formal, com a carga horária de 400 horas. Nesse sentido, obedece ao seguinte cronograma: formação da equipe a partir do quarto semestre; contato com a escola escolhida; observação da realidade; levantamento da referências; observação em sala de aula e planejamento do período de regência; período de regência efetiva; elaboração e apresentação dos Relatórios Parcial e Final devidamente fundamentados.

O Estágio Curricular Obrigatório contempla a inserção dos estudantes em todas as etapas da educação básica, sendo que se desenvolve da seguinte forma: no 4º semestre ocorre a Observação Participante em Ambientes Educacionais; no 5º semestre deve ser vista as dimensões da prática docente no cotidiano na Educação Infantil, com reflexão como fundamento das práticas pedagógicas, na docência e na mediação nos processos de ensinar e aprender, com intervenção na realidade educacional e desenvolvimento do projeto de estágio; no 6º e 7º semestres ocorre a intervenção na realidade educacional de estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e desenvolvimento do projeto de estágio nessa etapa da educação básica e no 8º semestre é a intervenção na realidade educacional e desenvolvimento do projeto de estágio na Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

Como é possível perceber, a proposta metodológica do estágio curricular é dinâmica, articulando ao longo dos cinco últimos semestres do curso a observação participante e a intervenção, possibilitando também a articulação com a disciplina de Pesquisa e Prática

Pedagógica.

Para se chegar a isso, conta com uma equipe de profissionais (Orientadores, Supervisor e professor de Estágio) que buscam a compreensão da prática pedagógica numa dimensão relacional (teoria/prática) e contextualizada. A supervisão de estágio é realizada atualmente pela coordenação do Curso, em articulação direta com o professor da disciplina de Estágio e desenvolvem suas atividades referentes ao processo de Estágio ancoradas em regulamento próprio, elaborado a partir das legislações pertinentes, tanto externas, quanto oriundas da própria UNIPLAC.

Estágio Curricular Obrigatório – Relação com a Rede de Escolas de Educação Básica

Tem como objetivo geral, articular a formação acadêmica com o exercício profissional, por meio da efetiva participação do aluno em situações reais de trabalho.

Para a realização do Estágio, existe o termo de Convênio n. 2337/2018, de 21/08/2018, entre a Prefeitura Municipal de Lages, através da Secretaria Municipal de Educação e a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, mantenedora da UNIPLAC, e também o Termo de Cooperação Técnica n. 2017 TN 0461, de 20/04/2017, celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação e a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, que tem como objetivo a regulamentação das condições de realização de Prática de Ensino e de Estágio Supervisionado dos Cursos de Licenciatura da UNIPLAC, com base na Lei Federal n. 11.788, de 25/09/2008, bem como nas Resoluções n. 01/2006 e 2/2019 do CNE/CP, que estabelecem as diretrizes e regulamentam os Cursos Pedagogia e de Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior, para a realização da Prática de Ensino e Estágio Supervisionado da Formação de Professores nas Escolas de Educação Básica.

O referido convênio caracteriza o Estágio e define competências para a Secretaria de Estado da Educação, através da Coordenadoria Regional de Educação (CRE) e para a UNIPLAC, instituição de ensino formadora dos novos profissionais da educação.

O estágio realizado no âmbito das Unidades Escolares conta com o acompanhamento supervisionado, sistemático e presencial do Coordenador do Curso e dos professores responsáveis pela disciplina de Estágio Curricular Obrigatório na IES; e, na CRE, pela Supervisão de Políticas e Planejamento Educacional; na Unidade Concedente de Estágio, pelo Responsá-

vel Pedagógico/Administrativo e pelo Professor Regente, habilitado na área de formação do acadêmico.

No final de cada etapa de estágio são promovidos seminários de apresentação de trabalhos desenvolvidos durante a realização de Prática de Ensino e de Estágio Obrigatório, para disponibilizar em capacitações, proporcionando a integração da UNIPLAC com a Unidade Concedente de Estágio, objetivando a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Ao finalizar as atividades, os Professores Regentes e o Responsável Pedagógico da Unidade Concedente de Estágio, que acompanharam o acadêmico em processo de realização de Prática e Ensino e de Estágio Obrigatório, recebem certificados de formação em serviço, expedidos pela UNIPLAC.

O Estágio Curricular Obrigatório envolve as Unidades Escolares das redes estadual e municipal da região da Serra Catarinense, limitando-se a Educação Infantil, aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens, Adultos e Idosos, ou ainda em cursos de extensão nas comunidades, clubes de serviço, ou no espaço físico da universidade.

Dentre os objetivos, destaca-se o de desenvolver nos alunos estagiários a capacidade de analisar criticamente as diversas metodologias que fundamentam os campos de experiências e direitos de aprendizagem, com seus objetivos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, nos componentes curriculares dos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens, Adultos e Idosos, proporcionando-lhes habilidades necessárias para a sua prática pedagógica docente.

O Estágio acontece em processo e é realizado a partir da segunda metade do curso, iniciando-se, portanto, no 4º semestre.

Esse processo é desenvolvido em grupos de até quatro estagiários, o que possibilita maior integração e troca de experiências entre os mesmos. É acompanhado pelo Coordenador do Curso, pelos professores da disciplina de Estágio Curricular Obrigatório, pelo Responsável Pedagógico da Unidade Concedente de Estágio e Professores Regentes das disciplinas onde se realizam os estágios.

Compreende as seguintes etapas:

- I. no 4º (quarto) semestre cada aluno deverá fazer a observação do Campo de Estágio, com o objetivo de se familiarizar com as rotinas pedagógicas (sala de aula, conselhos de classe, reuniões pedagógicas, biblioteca), num total de 40h/a (quarenta horas aula).

Fazendo assim a observação participante em ambientes educacionais e escolherá o

Orientador;

- II. o 5º semestre compreende as dimensões da prática docente no cotidiano na Educação Infantil com reflexão como fundamento das práticas pedagógicas na docência e a mediação nos processos de ensinar e aprender com intervenção na realidade educacional e desenvolvimento do projeto de estágio, com 40h/a (quarenta horas aula) de estágio;
- III. no 6º e 7º semestres ocorre a intervenção na realidade educacional de estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e desenvolvimento do projeto de estágio nessa etapa da educação básica, num total de 40h/a (quarenta horas aula) de estágio.
- IV. o 8º semestre é a intervenção na realidade educacional e desenvolvimento do projeto de estágio na Educação de Jovens, Adultos e Idosos, num total de 40h/a (quarenta horas aula) de estágio.

A participação da Unidade Escolar no referido processo, ocorre através do acompanhamento efetivo da Equipe Gestora e dos Professores Regentes, sendo de fundamental importância para que os objetivos dessa prática sejam alcançados.

Estágio Curricular Obrigatório – Relação entre Teoria e Prática.

O Estágio Obrigatório visa fortalecer a relação teoria e prática no princípio metodológico de que o desenvolvimento de competências profissionais implica em utilizar conhecimentos adquiridos, quer na vida acadêmica quer na vida profissional e pessoal. Sendo assim, o estágio constitui-se em importante instrumento de conhecimento e de integração do aluno na realidade social, econômica e do trabalho em sua área profissional.

A relação teoria e prática é experiência bastante complexa na formação de professores, sobretudo porque suas manifestações estabelecem vínculos tanto no espaço de formação inicial, a universidade, como no espaço de trabalho, a escola-campo, onde os alunos realizam o estágio.

Uma das compreensões do estágio como elemento articulador da relação teoria e prática é testemunhada pelos universitários como uma relação que, apesar dos elementos serem construídos, separadamente, em lugares específicos, é possível relacioná-los em um momento, sobretudo no momento da prática. Também, percebem tal relação como algo

indissociável, que é impossível perceber uma demarcação definida do que é a prática e do que é a teoria.

A percepção de que a relação teoria e prática não é uma realidade linear, é apresentada pelos alunos quando eles percebem que, na prática de estágio, vivenciada, automaticamente, acessam teorias, conhecimentos construídos em outras etapas do curso.

O Estágio Obrigatório é o primeiro contato que o aluno-professor tem com seu futuro campo de atuação.

Assim, por meio da observação, da participação e da regência, o licenciado poderá refletir e vislumbrar futuras ações pedagógicas.

Ao estagiar o futuro professor a encarar a educação com outro olhar, procurando entender a realidade da escola e o comportamento dos alunos, dos professores e dos demais profissionais que compõem a educação.

O Estágio das Licenciaturas é uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/96, sendo necessário à formação profissional, a fim de adequá-la às expectativas do mercado de trabalho onde o licenciado irá atuar. Desta forma, o estágio dá oportunidade de aliar a teoria à prática.

Estágio Curricular Não obrigatório

O Estágio Curricular Não Obrigatório na UNIPLAC constitui-se em atividade de formação profissional opcional, contemplando o que preconiza a legislação vigente, podendo ser acrescido à carga horária regular obrigatória, como atividade complementar, não sendo requisito para a obtenção de diploma, mas devendo estar vinculado ao currículo, atendendo às especificidades de cada área de atuação do curso.

É realizado por livre escolha do acadêmico, obedecendo a Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, Regimento Geral da UNIPLAC e Resolução n. 231, de 08/08/2016, que dispõem a carga horária semanal/mensal e as atividades a serem desenvolvidas.

Os critérios e condições deste Estágio estão definidos no Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta n. 81/2008.

De acordo com o art. 2º da referida Lei, “o estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

- § 1º Estágio Obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

- § 2º Estágio Não Obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória”.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

São atividades de cunho educativo-teórico-prático que têm como objetivo o enriquecimento da formação profissional, através do desenvolvimento de competências e habilidades. Podem acontecer tanto no contexto acadêmico, quanto nas relações com o mundo do trabalho e em projetos de extensão junto às comunidades. As áreas específicas são escolhidas pelo próprio acadêmico.

São consideradas complementares as atividades que possibilitam a integralização curricular. Podem ser atividades de pesquisa, de extensão, estágios curriculares não obrigatórios, eventos científicos e culturais.

A carga horária prevista de Atividades Complementares no Curso de Pedagogia é de 200 (duzentas) horas. As normas pertinentes às formas de execução, controle e registro estão previstas em regulamento próprio, aprovado pelo CONSUNI.

Quadro de Atividades Complementares do Curso de Pedagogia⁹

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	% de horas das atividades	Horas
- Disciplinas afins em outros cursos	10%	20
ATIVIDADES DE PESQUISA		
- Projetos e programas de iniciação científica	20%	30
TRABALHOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS		
- Em periódicos na área da educação	20%	40
- Em periódicos de qualquer natureza	10%	20
ATIVIDADES DE EXTENSÃO		
- Cursos como ministrante e/ou organização de eventos culturais	20%	30
- Cursos como ouvinte	10%	20
- Participação em eventos na área da educação relacionados à habilitação do curso (seminários, simpósios, conferências, congressos, cursos para formação profissional, etc.)	30%	50
- Estágio curricular não-obrigatório	20%	30
- Trabalho voluntário em atividades programadas pela UNIPLAC	10%	20
- Representação estudantil (Colegiado de Curso / CA / DCE)	10%	20
- Outras atividades não descritas neste anexo.	Deverão ser analisados e emitidos pareceres pelo	

⁹ Alteração no Regulamento de Atividades Complementares do Curso de Pedagogia. Parecer n. 006, de 08/09/20.

	NDE, Colegiado do Curso de Pedagogia e/ou coordenação do mesmo.
--	---

APOIO AOS DISCENTES

O apoio aos discentes se baseiam no PDI/UNIPLAC e nos princípios e diretrizes estabelecidos pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que objetiva viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010).

O atendimento e o apoio ao aluno são prioridades do curso. Acontece de forma particular, pelo trabalho do Coordenador do Curso, que está sempre à disposição, quando necessário. Da mesma forma se dá em nível de Colegiado de Curso, sempre mobilizado para incluir os alunos nas discussões e na identificação de necessidades, prioridades e possibilidades, na articulação de soluções e nas tomadas de decisão.

Dentre as atividades gerais abrangidas no nível de atenção do Colegiado do Curso estão às ligadas à participação em atividades pedagógicas, na Universidade e fora dela; à participação em eventos como congressos, simpósios, jornadas e outros e à participação em projetos de pesquisa e extensão. O curso mobiliza seus alunos para a participação maior possível em eventos acadêmicos, considerando que a qualificação profissional está muito além do ambiente da sala de aula e do próprio campus universitário.

O trabalho de apoio ao aluno acontece desde o momento do ingresso na Universidade. No ato de ingresso, são apresentados à estrutura da instituição e a toda gama de serviços disponibilizados, inclusive programas institucionais em desenvolvimento. Também são equacionadas dúvidas relacionadas ou não ao curso, fato que acontece a cada início de semestre, quando a Pró-reitoria de Ensino e toda a estrutura de gestores dos diversos setores de decisão participam de encontros com os alunos.

Para atualizar os alunos, no que tange as questões acadêmicas, o site da UNIPLAC disponibiliza calendários acadêmicos, orientações de como acessar a bolsas de estudo, editais de projetos de pesquisa e extensão, estes últimos com a intenção de inserir o aluno oportunamente em projetos de iniciação científica e à pesquisa.

Há evidentemente todo o apoio do aluno pelos professores do curso. É feito através

dos registros acadêmicos, de forma eletrônica, que permite o acesso a qualquer informação em tempo real, de forma ampliada, incluindo desempenhos como diários de classe e desempenho em avaliações.

A instituição como um todo dispõe, ainda, de dois setores fundamentais no atendimento e no apoio ao aluno. São eles a Secretaria Acadêmica, guardiã de todas as informações e documentação sobre a vida funcional do aluno, desde o momento de seu ingresso até o momento de sua saída da Universidade, e o serviço de atendimento ao estudante atualmente é oferecido pelo Apoio Comunitário e tem como objetivo a atenção aos alunos através dos diversos programas de bolsas de estudos que a UNIPLAC disponibiliza.

Como suporte do atendimento ao estudante apresenta-se o corpo técnico administrativo envolvido com a operacionalização dos cursos, de acordo com a necessidade apresentada. Justifica-se que para assessorar os projetos pedagógicos, a Pró-Reitoria de Ensino, além de toda a estrutura de técnicos para os setores, conta com uma Coordenação de Graduação, com profissionais que dão assistência técnica e pedagógica aos coordenadores de curso e a seus colegiados. E para qualquer encaminhamento pedagógico há o setor específico de Apoio Pedagógico (SEAPE).

Considere-se que a experiência na área da educação superior dos profissionais que atuam nos setores de apoio aos cursos possibilita-lhes uma melhor condição de acompanhamento das propostas pedagógicas dos cursos.

O quadro abaixo apresenta a relação do corpo técnico administrativo que realiza o acompanhamento ao curso.

Função	Titulação	Carga Horária
PROENS	Doutora	20 horas
Técnico Administrativo - SEAPE	Especialista	40 horas
Técnico Administrativo - SEAPE	Especialista	40 horas
Registro Acadêmico Apoio	Especialista	40 horas
Registro Acadêmico Apoio	Graduado	40 horas
Registro de Controle Docente/RH	Graduada	40 horas
Coordenação de Graduação	Mestre	40 horas
Técnico Administrativo – Coord. Grad.	Graduada	40 horas
Coordenação de Curso	Mestre	15 horas

Apoio e Acompanhamento Pedagógico

O Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (PAAP) para o aluno da UNIPLAC surge na perspectiva de promover o bem-estar do aluno desta universidade, facilitando a ambiência acadêmica do ponto de vista da aprendizagem e social. Visa ainda desenvolver o protagonismo dos sujeitos estudantes, na construção de sua história na universidade, bem como no mundo do trabalho.

Considerando que atualmente as universidades vem fazendo jus ao seu próprio nome, momento em que o ensino superior realmente se universaliza diante do acesso às camadas menos favorecidas da população, faz-se necessário que se garanta também a permanência desses alunos.

Percebe-se que muitos ingressantes chegam à universidade, após vários anos de conclusão do ensino médio, ou mesmo vindos do ensino médio sem os subsídios necessários especialmente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática o que gera a necessidade de apoio e acompanhamento.

Em outra frente, o PAAP dá suporte aos coordenadores para organização, comunicação e informações entre docentes e discentes.

Dá-se também o ingresso de alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação, aos quais é preciso garantir a acolhida e acompanhamento possibilitando-lhes não somente o acesso, mas, sobretudo, a permanência na IES. Assim os serviços de apoio vem somar à comissão de acessibilidade com o trabalho de Libras com intérpretes em sala de aula e de apoio além da sala de aula, Braille, por meio de textos, trabalhos, provas, audiodescrição dos materiais pedagógicos que possuem imagens, empréstimo de lupas, e outras especificidades de acordo com que cada demanda requer.

Dentro desse contexto universitário, poderão emergir em alunos e/ou funcionários, dificuldades em lidar com aspectos emocionais. Para isso, a Universidade vem desenvolvendo a estrutura do acompanhamento psicossocial, que concerne simultaneamente à psicologia individual e a vida social dos sujeitos, com objetivo de privilegiar a qualidade de vida as pessoas que passam por sofrimento psíquico.

Convém ressaltar que nesse acompanhamento, serão abordadas questões focais, não incluindo psicoterapias, com atendimentos contínuos semanais e quinzenais, porém, quando

for levantada essa necessidade, serão realizados encaminhamentos para o Serviço-Escola do curso de Psicologia ou para outros segmentos externos que o profissional à frente deste serviço considerar pertinente.

Sabe-se que para ter qualidade pedagógica, é primordial conhecer os modos de representação do saber e dos processos cognitivos, quanto maior for a consciência dos alunos e professores sobre esses processos, maior será a efetividade do ensino e aprendizagem. Desse modo, para intervir e buscar a diversidade de fatores que poderão interferir negativamente para a qualidade do ensinar e aprender, a UNIPLAC vem organizando o acompanhamento psicopedagógico que além de oferecer subsídios para os docentes trabalharem em sala de aula, atuará efetivamente com o aluno no desenvolvimento de seu potencial acadêmico, pessoal e social, essenciais à formação profissional, seguindo os mesmos preceitos do acompanhamento psicossocial.

O PAAP teve origem na Pró-Reitoria de Ensino e na Avaliação Institucional da UNIPLAC e encontra-se atuando em algumas frentes, enquanto em outras, está se construindo.

Considerando a relevância desse programa se está investindo em sua ampliação para que se garanta um trabalho de excelência na educação superior em nossa região.

Acessibilidade ao Estudante com Deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação

Para atender as normatizações das Leis n. 10.048/00 e 10.098/00, do Decreto n. 5.296/04 e da Portaria n. 3.284/03, a UNIPLAC dispõe em seu Requerimento de Matrícula, de um campo próprio denominado “Autodeclaração de Necessidades Educacionais Especiais”, em que o aluno declara suas necessidades educacionais especiais, decorrentes de deficiências (motora, visual, auditiva, entre outras) e, acompanhando o instrumento, há a solicitação dos recursos de acessibilidade necessários, que serão disponibilizados conforme legislação vigente.

A Instituição conta também com uma Comissão Institucional de Acessibilidade (CIA), constituída através da Portaria n. 099, de 22 de outubro de 2012, que vem promovendo discussões e ações, no sentido de melhorar o acesso e a permanência dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação

na UNIPLAC.

GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A gestão do curso e os processos de avaliação são de fundamental importância para avaliar o sucesso do currículo proposto para o Curso, como também, para se certificar da necessidade de alterações futuras que venham a aprimorar o projeto, tendo em vista o seu caráter dinâmico e a necessidade de adaptar-se às constantes mudanças, a avaliação é vista, portanto, como uma atitude de responsabilidade da IES, do NDE, do Colegiado e dos alunos, bem como em conformidade com o PDI da Instituição

O PPC é construído a partir das diretrizes curriculares. Sendo assim a metodologia de avaliação da aprendizagem segue o que estes instrumentos preconizam e foi normatizada a partir da entrada em vigor da Resolução n. 207, de 20 de janeiro de 2016, que regulamenta o artigo 123 do Regimento Geral da Universidade, aprovado em setembro de 2012.

O Artigo 122 do referido Regulamento define a avaliação de aprendizagem como um “processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”.

No que diz respeito à avaliação, a partir da Resolução n. 207/16, a UNIPLAC estabeleceu uma nova metodologia de avaliação que, segundo o artigo 5º, *"deve ser entendida como um conjunto de conceitos e práticas que incluam a verificação da apropriação de conhecimentos, do desenvolvimento de habilidades e atitudes, que são compreendidos como: I – Conhecimentos: são saberes acumulados dentro e fora de processos de ensino-aprendizagem; II – Habilidades: são capacidades de utilizar os conhecimentos produtivamente e III – Atitudes: são vontades concretizadas em atos, de transformar qualitativamente a realidade com base em sentimentos e valores"*.

Para atingir os objetivos propostos pela referida resolução, a avaliação do ensino e da aprendizagem será composta de no mínimo 02 (duas) avaliações e também no mínimo 02 (duas) recuperações, na forma de provas escritas, orais ou práticas, trabalhos escritos, relatório de trabalhos de campo, seminários ou outras formas, dependendo da natureza da disciplina, módulo, unidade de aprendizagem, unidade educacional, programa, projeto ou atividade pedagógica e 01 (uma) avaliação integrativa, interdisciplinar, na perspectiva operatória e individual.

Assim, o curso:

- concebe a avaliação como função reguladora, diagnóstica, formativa e promotora da melhoria contínua, no âmbito do ensino e da aprendizagem, desenvolve avaliações na perspectiva operatória onde são avaliados os conhecimentos, as habilidades e as atitudes;
- utiliza várias estratégias de avaliação possibilitando os alunos de serem avaliados, em várias oportunidades e com diferentes técnicas, estratégias e instrumentos;
- informa nos instrumentos utilizados para avaliação quais os conhecimentos, habilidades e atitudes que serão foco da avaliação;
- desenvolve avaliações escritas que são realizadas por semestre, com direito a recuperação.

Quanto a avaliação do curso, em cumprimento à Lei n. 10.861 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, o Setor foi regulamentado pela Resolução n. 239, que regulamenta a Avaliação Institucional no âmbito da Universidade, e tem como objetivo assegurar o processo de Avaliação Institucional da IES, dos cursos de Graduação Presencial e a Distância, de Pós-Graduação “*lato e stricto sensu*”, e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9º, VI, VIII e IX da Lei n. 9.394, de dezembro de 1996.

Já para garantir a autoavaliação da IES foi constituído, no âmbito da instituição, uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme art.11, inciso II da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, que tem como atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação, sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), obedecidas as diretrizes deste. Entre elas, encontra-se a responsabilidade da CPA fazer a prestação de informações ao SINAES, respondendo civil, penal e administrativamente por informações falsa, ou distorção de dados a serem fornecidos ao SINAES, conforme art. 12 da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, do CONAES.

Atendendo ao disposto, o Setor de Avaliação Institucional, tendo a coordenação da Comissão Própria de Avaliação como aporte, convoca mensalmente a CPA para analisar e deliberar sobre os processos desenvolvidos por esse Setor.

A CPA da UNIPLAC está regulamentada pela Resolução n. 240 do CONSUNI que,

por sua vez, tem poder consultivo e deliberativo, acompanhando e encaminhando o trabalho desenvolvido pelo Setor de Avaliação com a apresentação dos resultados das Avaliações Internas aos colegiados de curso, ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) e ao coordenador do curso, no sentido de contribuir nas ações acadêmicas e administrativas.

Esse trabalho é, portanto, fruto das autoavaliações e também das avaliações externas (quando existem), no âmbito do curso, no intuito de analisar se as tomadas de decisões previstas e implantadas estão sendo produtivas a fim de que o perfil profissional do egresso de cada curso se concretize.

Para melhor relacionar-se com a comunidade acadêmica, o Setor de Avaliação Institucional divulga, via página específica no site da IES, todas as informações necessárias com vistas ao acompanhamento das avaliações e ações provindas destas. Apresenta ainda, banners de divulgação, participa no início de cada semestre das capacitações dos professores e coordenadores, divulgando e sensibilizando a todos sobre a importância da Avaliação Institucional.

Com a parceria da CPA, o Setor de Avaliação Institucional desenvolve ainda oficinas para demonstrar os significados de Conceito de Curso (CC); Conceito preliminar de Curso (CPC); Índice Geral de Curso (IGC); Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE); e como esses índices podem servir como ferramenta de gestão pedagógica e/ou administrativa. Desenvolve também, um projeto de preparação dos discentes na perspectiva da construção do conhecimento com o formato de avaliações operatórias, reportando-se para o modelo utilizado pelo ENADE. Assim, prepara e acompanha os docentes e discentes ao longo das avaliações de todos os processos de ensino-aprendizagem, bem como para o ENADE.

Ademais, discute e acompanha as ações que estão sendo realizadas em função das autoavaliações semestrais, as quais dão suporte às avaliações externas quando ocorrem *in loco*, dando apoio aos colegiados de curso, fazendo com que os resultados das avaliações internas sirvam como ferramenta de gestão, evidenciando e buscando sempre a Excelência do Ensino, da Pesquisa e da Extensão na IES.

O processo de acompanhamento e avaliação do PPC, em âmbito institucional, pressupõe a prática de ações permanentes e referendadas em decisões compartilhadas pela comunidade acadêmica como condição imprescindível à construção de um projeto que se concebe democrático e aberto.

AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O Curso de Pedagogia teve o seu Reconhecimento pelo Decreto 79.943 de 13/07/1977, do MEC e as últimas renovações de seu reconhecimento foram realizadas pelo - Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, através do Parecer CEE/SC n. 242, de 23/11/2010, da Resolução CEE/SC nº 069, de 23/11/2010, Decreto nº 038, de 10/02/2011, publicado no D.O.E Diário Oficial do Estado, sob o nº 19.027, de 11/02/2011, tendo sido novamente renovado pelo Conselho Estadual de Santa Catarina, através do Parecer CEE/SC nº 205, de 03/06/2014, Resolução CEE/SC nº 183, de 03/06/2014, Decreto nº 2.380, de 28/08/2014, publicado no D.O.E sob o n. 19.890, de 29/08/2014.

Seguem ações resultantes dos processos de avaliação:

- Apresentação dos Resultados das Avaliações Internas na Página da CPA e UNIPLAC, *Banners* nos locais mais visíveis da IES, Relatórios enviados a Coordenação e Selo da CPA;
- Divulgação dos Resultados das Avaliações Externas (ENADE), na página da CPA e da UNIPLAC;
- Reuniões com o NDE e o Colegiado docente e discente, para conscientização da necessidade de desenvolver uma cultura de avaliação onde todos se sintam responsáveis pelo sucesso do curso;
- Oficinas com aulas de Interpretação de Texto, Matemática e Atualidades;
- Diálogo com Corpo Docente e Discente com cruzamento dos dados de interpretações das Avaliações Internas e Avaliações Externas do curso;
- Implementação dos Laboratórios solicitados pela Comunidade Acadêmica via Autoavaliação;
- Uso dos resultados da Avaliação Interna e Externa como Ferramenta de Gestão Pedagógica e Administrativa do Curso;
- Implantação do Projeto de Apoio Pedagógico e Psicopedagógico (PAAP) para os estudantes com dificuldades de aprendizagem e para as pessoas com deficiência.
- Aquisição de novos referenciais bibliográficos, com títulos específicos para as práticas que envolvem o curso.
- Capacitação dos docentes. No início de cada semestre são oferecidas capacitações docentes com temas diversos, assim como, sempre que necessário a coordenação solicitará capacitação específica para o colegiado do curso.

PARTICIPAÇÃO DOS DISCENTES NO ACOMPANHAMENTO E NA AVALIAÇÃO DO PPC

No processo de acompanhamento e avaliação do PPC, em âmbito institucional, a

prática de ações permanentes são referendadas em decisões compartilhadas pela comunidade acadêmica como condição imprescindível à construção de um projeto que se concebe democrático e aberto.

Nesse sentido, o Curso de Pedagogia possibilita a participação dos acadêmicos em todas as instâncias e níveis de decisão, constituindo instrumento essencial para o aprimoramento da capacidade institucional de enfrentar desafios e construir o novo.

Está prevista a participação de representantes discentes nas reuniões de colegiado e reestruturações de PPC e a qualquer momento, por iniciativa dos estudantes, é possível incluir nas pautas das reuniões, itens relativos ao processo de avaliação do curso.

Neste sentido, os professores integrantes do processo formativo encontram-se comprometidos na mobilização dos discentes para a participação em processos de discussão e avaliação.

ATIVIDADES DE TUTORIA

As atividades de tutoria tratam do aspecto logístico de suporte ao aluno, atendendo às demandas didático-pedagógicas das disciplinas em EaD. O mesmo é composto por dois papéis:

– **Professor-tutor:** tem a função de atender às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular. O tutor compreende o processo de mediação pedagógica junto aos discentes. Do mesmo modo, acompanha os encontros presenciais (quando ocorrem) bem como realiza a interação com os alunos através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), atuando como facilitador e orientador do processo pedagógico. Além dos encontros presenciais pré-definidos, o professor-tutor encontra-se disponível para o atendimento ao aluno, semanalmente, das 18h00 às 22h00, no setor de EaD da universidade. Para tanto, o professor-tutor possui o domínio do conteúdo, recursos e mídias a serem trabalhados. A devolutiva aos alunos ocorre no prazo máximo de 24hs (em dias úteis), por meio das ferramentas de comunicação do AVA.

O professor-tutor está preparado e capacitado para atender todo o processo de tutoria durante o andamento das disciplinas. Ele deve observar o desempenho dos discentes, sanar dúvidas e criar meios que facilitem o acesso à informação pelo acadêmico. O professor-tutor atua como orientador e facilitador do conteúdo, desenvolvendo e potencializando as habilidades dos alunos. Ele estimula a autonomia dos discentes nos estudos, atua como mediador e realiza avaliações constantes da participação e aproveitamento dos alunos. Além disso, deve ter conhecimento do conteúdo trabalhado, oferecer feedbacks constantemente aos alunos, estimular os debates realizados em fóruns, desenvolver a habilidade de cooperação e interação entre os alunos, incentivando a construção do conhecimento de forma coletiva. Outro ponto importante na atuação do tutor é o

conhecimento e a fluência nos recursos pedagógicos para auxiliar os alunos em dificuldades técnico-pedagógicas.

– **Técnico:** esse profissional, que atua como técnico administrativo de nível superior, tem como função participar do acompanhamento docente e discente, oferecendo o suporte técnico necessário na EaD. Sendo assim, acompanha o andamento das atividades dos acadêmicos, auxilia também na promoção das avaliações institucionais internas dos docentes e discentes, além de participar de reuniões semanais entre professores-tutores, designer instrucional e apoio pedagógico. O suporte técnico está disponível para atendimento aos alunos semanalmente das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 22h00, no setor de EaD da universidade.

A equipe pedagógica da EaD e o designer instrucional realizam acompanhamento semanal com os tutores, recebendo e repassando feedbacks, analisando o desempenho dos alunos e da disciplina em relação às ferramentas didáticas utilizadas, bem como ao orientar a realização de melhorias no acompanhamento e atendimento ao aluno, gerando ações retificadoras, quando necessário, e planejando atividades futuras. Além disso, os discentes, participam, semestralmente, do processo de Avaliação Institucional Interna, promovido pela CPA, com resultados encaminhados aos devidos setores para ações de melhoria.

CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA

A equipe de tutoria é composta por profissionais com formação superior, capacitados para atuar com as tecnologias disponíveis na Instituição, entre eles o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – Moodle. Possuem conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para atuar como professor-tutor, alinhados com o PPC. Esta equipe participa semanalmente de reuniões avaliativas com profissionais com formação pedagógica com o objetivo de aperfeiçoamento, além de receberem capacitação sempre que são levantadas demandas. Normalmente, essas demandas são oriundas dos instrumentos de avaliação ou das próprias reuniões estratégicas do setor.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS)

A UNIPLAC propõe um modelo denominado “UNIPLAC em Rede”, para suas disciplinas na modalidade a distância, o mesmo é composto de quatro elementos chaves que buscam garantir a qualidade da oferta de cursos na modalidade EaD. São eles:

- (a) Sistema Didático;
- (b) Sistema de Comunicação;
- (c) Sistema Tutorial ;
- (d) Sistema de Avaliação.



No que tange às disciplinas na modalidade à distância, o sistema de comunicação permite a execução do projeto pedagógico do curso e das disciplinas. O sistema de comunicação é composto por todas as ferramentas tecnológicas que garantem a acessibilidade e promovem a interação entre professor-tutor e aluno, aluno e aluno, aluno e tutor técnico, tutor técnico e professor tutor. Tal processo ocorre através de: (a) Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); (b) presencialmente; (c) via e-mail e (d) por telefone. A plataforma utilizada pela [UNIPLAC](#) é o Moodle, um sistema de gerenciamento de aprendizagem, gratuito e de código aberto. Esse ambiente possibilita a interação, colaboração e integração da comunidade envolvida através do uso de seus recursos, disponibilizados por meio de ferramentas síncronas e assíncronas.

A universidade disponibiliza, ainda, no setor de EaD, laboratórios e espaços de estudos aos alunos com computadores que promovem a acessibilidade digital, tal como sintetizador de voz, utilizando também os recursos de acessibilidade, nativos do Moodle. Além do Moodle, buscando qualificar a comunicação e o trabalho de sua comunidade interna, a UNIPLAC fez a parceria com o Google para o projeto de implantação do Google for Education, desde 2017. Esse projeto disponibiliza todas as ferramentas que o Google oferece, mas sob a gestão da UNIPLAC. Essa iniciativa possibilita o acesso ao e-mail, *Drive*, *Classroom* e outras ferramentas de forma flexível e armazenamento de dados ilimitado. O principal objetivo é prover um

ambiente seguro para que o aluno e o professor possam interagir de forma a fomentar a colaboração entre todos através da plataforma Google for Education, compartilhando documentos com todos e interagindo em uma sala de aula virtual, integrados ao Moodle, sempre que necessário.

AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

Dentro do AVA há mecanismos de interação, que são compostos por ferramentas tecnológicas apropriadas para a apresentação de materiais e recursos a serem utilizados nas aulas. Esses recursos permitem e facilitam a cooperação entre tutores, discentes e docentes. Para possibilitar o estudo via Web, o aluno do curso utiliza a plataforma Moodle, na qual é disponibilizado o material no AVA de cada disciplina, também são apresentados materiais via ferramentas do Google e material impresso (quando necessário). No Moodle o discente pode:

- Acessar o Guia da Disciplina, o material didático, os fóruns e as tarefas;
- Enviar/receber mensagens de outros participantes;
- Verificar sua participação e seu desempenho na disciplina;
- Utilizar o café virtual para trocar ideias com os colegas, tutores, etc;
- Receber as avaliações do seu tutor e, quando for o caso, solicitar revisão de sua nota no fórum específico para isso.

O material disponível para o aluno, nesta disciplina, consiste em aulas veiculadas através de textos originais, videoaulas, textos e propostas de fóruns virtuais assíncronos e de tarefas individuais e em grupo, preparadas com metodologias diferenciadas. Esse material didático é um recurso estratégico que permite desenvolver a reflexão e instigar as aprendizagens significativas e permanentes, facilitando tanto as atividades de ensino quanto as atividades de aprendizagem. As avaliações e revisões para correção ou melhoria destes materiais são realizadas semestralmente ou conforme a necessidade, que normalmente surge dos instrumentos de avaliação ou das próprias reuniões realizadas no setor com a equipe de DI (designer instrucional) e os professores-tutores.

MATERIAL DIDÁTICO

Na Universidade é priorizada uma aprendizagem contextualizada, pois vai além do

material didático e busca o desenvolvimento do processo global de ensino e aprendizagem do aluno. Esse sistema é apresentado para o apoio pedagógico e orientação ao estudo do aluno, sendo composto pelo manual de orientação do aluno, caderno de estudos (caso necessário), objetos de aprendizagem, atividades on-line e presenciais (quando programadas), bem como todo conteúdo didático previsto no Projeto do Curso. A produção desses materiais deve primar pela linguagem dialógica, isto é, todas as partes do texto a serem apresentadas aos alunos precisam ser articuladas. Para que o material seja desenvolvido pelo professor-autor, são realizadas reuniões com foco em orientação para a elaboração de material didático e cumprimento de prazos.

As disciplinas institucionais da Universidade, oferecidas na modalidade à distância, passam pelo processo de planejamento e criação com o acompanhamento de uma equipe de Design Instrucional (DI). Entende-se material instrucional como tudo o que se refere às ferramentas que dão suporte pedagógico para a EaD, tais como: cadernos de estudos digitais, e-books, videoaulas, infográficos, vídeos, hiperlinks, áudios, manuais de orientação do aluno, atividades on-line e presenciais (quando necessário), plano de ensino, recursos de acessibilidade, dentre outros recursos didáticos previstos no projeto do curso. O sistema didático também prevê a oferta de iniciação do discente a esta modalidade, através de uma capacitação do uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), além do ensino de boas práticas para o aproveitamento de um curso à distância. Além disso, o material instrucional é a mídia-base para o desenvolvimento do conhecimento na área abordada e será elaborado a partir de orientações repassadas pela equipe de Design Instrucional (DI), o qual serve de guia para o professor-autor.

A equipe de DI é composta por um grupo multidisciplinar formado por professores e técnicos e tem como responsabilidade principal dar os encaminhamentos necessários e acompanhar a elaboração dos materiais instrucionais. Na relação de atribuição da equipe consta:

- fazer contato com os professores autores;
- orientar os professores autores em relação à estrutura padrão dos materiais;
- definir prazos de entrega dos materiais e atuar como facilitador para que esses prazos sejam cumpridos;
- acompanhar o desenvolvimento dos materiais, dando as orientações e o suporte necessários aos professores-autores;
- fazer as revisões do material ou encaminhar a revisores externos, se necessário;

- acompanhar as revisões e as ampliações dos materiais;
- solicitar ao gestor do setor de EaD o encaminhamento do contrato de prestação de serviço dos professores-autores à Fundação UNIPLAC;
- garantir o rigor científico e a escrita dentro das normas cultas da língua portuguesa;
- assegurar que não seja cometido nenhum tipo de apropriação indevida de conteúdos (plágios);
- mediar a interação do professor-tutor com o material instrucional.

O professor-autor é o responsável pelo desenvolvimento do material instrucional do curso e será contratado mediante demanda de trabalho. Esse profissional deve conhecer as possibilidades e ferramentas do ambiente, pois deverá interagir com a equipe de DI para entender a potencialidade dos recursos a serem utilizados e elaborar o desenho da disciplina de forma a contemplar todas as potencialidades. Portanto, é de sua responsabilidade:

- produzir os conteúdos e atuar na estruturação dos objetos de aprendizagem;
- elaborar os mapas de atividade e o plano de ensino, baseados nas ementas das disciplinas;
- propor as atividades avaliativas online e oferecer diretrizes para as correções das mesmas através de rubrica de avaliação.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO (EAD)

Parte-se do pressuposto de que a Avaliação na EaD deve se caracterizar como um processo contínuo e formativo, em que o Professor-Tutor possa, através dos diferentes recursos de comunicação, acompanhar a aprendizagem do estudante, considerando que um dos principais objetos da EaD é o desenvolvimento de sujeitos autônomos. No processo da avaliação da Educação a Distância, é importante o Professor-Tutor considerar o que pontua Kenski, sobre esta etapa pedagógica.

A educação “presencial” é determinada pela as de aula e todos os recursos físicos, humanos e tecnológicos restritos à área física em que ela se situa. A EaD, ao contrário, se apresenta em um não-lugar, um espaço virtual indeterminado. [...] Ao vivenciarmos a EaD, descobrimos que se trata de uma nova cultura (Kenski, 2010, p. 59).

Para tanto, considera-se a avaliação formativa como possibilidade de aprendizagem para o aluno e para o Professor-Tutor, cria condições para o acompanhamento desta aprendizagem. As avaliações de aprendizagem seguem o disposto no §2º, do art. 4º, do Decreto n.5622/2005, sendo que as avaliações presenciais prevalecem sobre as avaliações on-line. A avaliação para os cursos EaD, segue o regulamento institucional dado pela Resolução n. 131, de 08 de julho de 2014, aprovada pelo Conselho Universitário, que afirma:

“Art.5º A Avaliação da Aprendizagem deve ser entendida como um conjunto de conceitos e práticas que incluem a verificação da apropriação de conhecimentos, do desenvolvimento de habilidades e atitudes, que são compreendidos como:

I – Conhecimentos: são saberes acumulados dentro e fora de processos de ensino-aprendizagem.

II – Habilidades: são capacidades de utilizar os conhecimentos produtivamente.

III – Atitudes: são vontades concretizadas em atos, de transformar qualitativamente a realidade com base em sentimentos e valores.

§1º. Para efeito operacional desta resolução, a verificação de conhecimentos, habilidades e atitudes, deverá ser registrada de forma parcial e final através de conceito numérico.

§2º. Para que o processo avaliativo atinja a plenitude de suas finalidades, deve ser contínuo, cumulativo e somatório, com prevalência da verificação de aspectos qualitativos, mais do que quantitativos, de caráter integrativo e numa perspectiva operatória.”

[...]

“Art.9º A avaliação da aprendizagem nos cursos de graduação da UNIPLAC será realizada, ao longo do semestre, sendo obrigatória, no mínimo:

I – 02 (duas) avaliações, na forma de provas escritas, orais ou práticas, trabalhos escritos, relatório de trabalhos de campo, seminários ou outras formas, dependendo da natureza da disciplina, módulo, unidade de aprendizagem, unidade educacional, programa, projeto ou atividade pedagógica.

II – 01 (uma) avaliação integrativa, interdisciplinar, na perspectiva operatória e individual.”

Desta forma, as avaliações, tanto online quanto presenciais, são realizadas na perspectiva operatória e individual.

Sobre as avaliações on-line, tratam-se de atividades de apropriação do conteúdo. Essa atividade deve estar inserida no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Essas atividades devem possuir uma data preestabelecida para conclusão, sendo que o sistema fecha, automaticamente, após este período. Os prazos para a realização das atividades serão definidos conforme cronograma da disciplina, que é disponibilizada no AVA de cada disciplina. As atividades on-line serão desenvolvidas a partir do início das atividades da disciplina, e a Avaliação Presencial ocorrerá ao final de cada semestre. Essa avaliação deve

prevalecer sobre quaisquer outras formas de avaliação, conforme preconiza o Decreto n. 5.622, de 19 de Dezembro de 2005, que regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

Por ser este um processo cumulativo, o aluno que não atingir a nota mínima conforme os regimentos institucionais, estará reprovado, devendo matricular-se e cursar novamente a disciplina. O PPC é construído a partir das diretrizes curriculares, sendo assim a metodologia de avaliação de aprendizagem, segue o que estes instrumentos preconizam e foram normatizadas a partir da entrada em vigor da Resolução n.131, de 08 de Julho de 2014, que regulamenta o artigo 123 do Regimento Geral da Universidade, aprovado em Setembro de 2012.

O Artigo 122 do referido Regulamento, define a avaliação de aprendizagem como um “processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”. Para atingir os objetivos propostos pela referida resolução, a avaliação de ensino e da aprendizagem será composta por no mínimo 02 (duas) avaliações, sendo 01 presencial, na forma de prova escrita, e outra on-line, dependendo da natureza da disciplina, módulo, unidade de aprendizagem, unidade educacional, programa, projeto ou atividade pedagógica. Assim, o curso:

- Concebe a avaliação como função reguladora, diagnóstica, formativa e promotora da melhoria contínua, no âmbito do ensino e da aprendizagem, desenvolve avaliações na perspectiva operatória, na qual são avaliados os conhecimentos, as habilidades e as atitudes;
- Utiliza várias estratégias de avaliação, possibilitando que sejam avaliados, em várias oportunidades diferentes técnicas, estratégias e instrumentos;
- Informa, nos instrumentos utilizados para avaliação, quais os conhecimentos, habilidades e atitudes que serão foco da avaliação;
- Desenvolve avaliações escritas que são realizadas por semestre, com direito a recuperação.

RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA)

A UNIPLAC possui uma considerável estrutura física, abrangendo todos os laboratórios estruturados à oferta de cursos superiores. A IES possui o Setor de Meios e o Núcleo de Informática, que fornecem o suporte à utilização dos recursos das tecnologias

digitais. Atualmente a UNIPLAC conta com mais de 500 computadores com acesso à Internet, recurso este que aumenta consideravelmente com os 4.000 acadêmicos, acessando através de seus aparelhos particulares de diversas formas, tais como: notebooks, smartphones, tablets. Especificamente, o setor de EaD possui 01 (um) servidor dedicado à Plataforma Moodle, utilizada como Ambiente Virtual de Aprendizagem.

As salas de aula utilizadas diretamente para a EaD, contam com recursos multimídia fixos, bem como acesso à Internet. Além do laboratório de informática, exclusivo para os alunos desta modalidade. O laboratório está disponível aos acadêmicos de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h30min às 22h. O laboratório conta atualmente com 18 notebooks e 02 PCs, com multimídia e acesso à Internet, também com perspectiva de ampliação dos equipamentos, conforme a necessidade. A IES possui mais 08 (oito) laboratórios de informática, também disponíveis para as atividades dos cursos, todos com infraestrutura de hardware e software atualizada. Já no que se refere à área administrativa, existe a disponibilidade de computador com multimídia e acesso à Internet individuais para técnicos administrativos, equipe de tutoria e designer instrucional, bem como infraestrutura para gravação e edição de videoaulas. Os acadêmicos também possuem, a sua disposição, o Portal Acadêmico, no qual estão disponíveis os serviços pedagógicos, acesso às notas, históricos, solicitações de protocolos, entre outros.

ENCONTROS PRESENCIAIS

As disciplinas institucionais na modalidade EaD são desenvolvidas com 01 (um) encontro presencial, que será a avaliação presencial, com direito a recuperação. Neste intervalo de tempo, entre o início da disciplina e a avaliação, as atividades serão desenvolvidas online, no AVA. Caso o aluno não consiga sanar suas dúvidas, através das mídias, poderá comparecer presencialmente ao setor de EaD, pois os tutores estão disponíveis para atendimento presencial, de segunda a sexta das 18h às 22h.

No início de cada semestre, os calouros recebem uma capacitação, na qual são apresentadas as disciplinas que serão disponibilizadas na modalidade EaD. Nesta capacitação, os acadêmicos são instruídos e treinados para efetuarem seus acessos, através de senha particular, capacitados a desenvolverem todas as atividades apresentadas no AVA. Cada pessoa possui seu tempo próprio, para assimilar os novos conhecimentos e recursos disponibilizados, caso o acadêmico não tenha suas dúvidas esclarecidas nestas capacitações,

ou não possa comparecer, o setor de EaD possui tutores técnicos e pedagógicos que auxiliam nas dificuldades. O setor de EaD possui seu expediente de segunda a sexta das 08h às 12h e das 13h30min às 22h.

PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O PPC construído a partir das diretrizes curriculares. Sendo assim a metodologia de avaliação a aprendizagem segue o que estes instrumentos preconizam e foi normatizada a partir da entrada em vigor da Resolução n. 207, de 20 de janeiro de 2016, que regulamenta o artigo 123 do Regimento Geral da Universidade, aprovado em setembro de 2012.

O Artigo 122 do referido Regulamento define a avaliação de aprendizagem como um “processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”.

Para atingir os objetivos propostos pela referida Resolução, a avaliação do ensino e da aprendizagem será composta de no mínimo 02 (duas) avaliações, na forma de provas escritas, orais ou práticas, trabalhos escritos, relatório de trabalhos de campo, seminários ou outras formas, dependendo da natureza da disciplina, módulo, unidade de aprendizagem, unidade educacional, programa, projeto ou atividade pedagógica e 01 (uma) avaliação integrativa, interdisciplinar, na perspectiva operatória e individual.

Assim, o curso:

- concebe a avaliação como função reguladora, diagnóstica, formativa e promotora da melhoria contínua, no âmbito do ensino e da aprendizagem, desenvolve avaliações na perspectiva operatória onde são avaliados os conhecimentos, as habilidades e as atitudes;
- utiliza várias estratégias de avaliação possibilitando os alunos de serem avaliados, em várias oportunidades e com diferentes técnicas, estratégias e instrumentos;
- informa nos instrumentos utilizados para avaliação quais os conhecimentos, habilidades e atitudes que serão foco da avaliação;
- desenvolve avaliações escritas que são realizadas por semestre, com direito a recuperação.

No curso de Pedagogia os procedimentos de avaliação são considerados como etapa importante no processo ensino-aprendizagem entendendo que o ensino, não é mera

transmissão de informações, mas a transformação do cidadão, e a aprendizagem, a construção e reconstrução do conhecimento e dos valores, permitindo ao aluno total autonomia na busca pelo conhecimento. Cada professor responsável pela unidade curricular define, no início do semestre, o tipo de avaliação que será aplicado no decorrer das atividades, sejam elas teóricas ou práticas, bem como os instrumentos (provas, seminários, exercícios, relatórios, projetos ou outros) a serem utilizados para tal fim, respeitando as especificações de cada área e a avaliação de aprendizagem deve seguir as determinações da Resolução n. 207, de 20 de janeiro de 2016.

NÚMERO DE VAGAS

O número de vagas disponível para o Curso de Pedagogia é de 80 vagas anuais, sem compartilhamento e/ou 40 vagas anuais com compartilhamento, baseado no objetivo de suprir a demanda existente por este profissional, sendo o corpo docente altamente participante e atuante nas questões de ensino-aprendizagem, e infraestrutura do curso, como laboratórios básicos de ensino e o laboratório de práticas específicas, em que se encontram equipamentos de alta tecnologia para realização das aulas.

INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO.

São várias as formas como a UNIPLAC promove a sua integração com as Escolas de Educação Básica situadas na sua região de abrangência. Diversas ações são realizadas, dentre elas: o Projeto Observatório da Educação, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica, Programa de Desenvolvimento Regional – PROESD - Licenciatura e o convênio UNIPLAC-SED de cooperação técnica para a realização de Estágios Curriculares Obrigatórios em unidades de Ensino da Secretaria de Estado da Educação e também com a Secretaria Municipal de Educação. Abaixo, uma breve descrição de cada uma dessas iniciativas.

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)

As maiores virtudes e, ao mesmo tempo, os maiores desafios da UNIPLAC estão na

forma como se coloca para o seu entorno e no Brasil:

- comunitária, porque inserida em contexto histórico marcado pelo coronelismo e o clientelismo, em que é urgente a inserção política e social das camadas menos favorecidas da população;
- desenvolvimentista, porque inadiável a superação dos piores IDHs de Santa Catarina e a promoção do crescimento econômico com justiça social e sustentabilidade.
- este compromisso está expresso no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019/2023, por meio da sua Missão que é “Ser uma universidade de referência para a transformação dos padrões socioeconômicos e culturais da região”.

Até finais da década de sessenta do século XX, a UNIPLAC era a única IES na região, portanto, é neste contexto que os seus cursos de formação docente passam a trabalhar na perspectiva de contribuir para a superação dos indicadores regionais do IDH.

Com o Projeto PIBID e Residência Pedagógica, a UNIPLAC objetiva inserir os acadêmicos bolsistas no cotidiano das escolas da rede pública municipal e estadual; contribuir para a construção da sua identidade profissional; ampliar a qualificação das ações acadêmicas voltadas para a formação docente; promover a articulação entre a Instituição de Educação Superior e a Educação Básica; superar o excesso de teorização da formação e ainda contribuir para a transformação social pela educação.

Nesta perspectiva, a UNIPLAC, visa fortalecer as escolas de Educação Básica como espaços efetivos de formação docente, com vistas a qualificar o processo de ensino e em consequência, oportunizar uma aprendizagem significativa e contextualizada, tanto para os acadêmicos dos cursos de licenciatura, quanto os da Educação Básica, atendendo ao disposto no “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” (Decreto 6.094/2007), quando se refere ao “foco na aprendizagem”, na perspectiva de melhorar os índices da Educação Básica brasileira, como o IDEB.

Destaca-se que este compromisso com a formação de professores e a Educação Básica reforça a articulação com as propostas governamentais para e pela a Educação, a missão da UNIPLAC, assim como os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura desta Instituição, no que tange a relação da formação com a atuação dos seus acadêmicos num processo interdisciplinar, com vistas a promoção e a formação social e cultural, ancorados na pesquisa e na extensão como possibilidades de formação.

Nesse sentido a opção de inserir os acadêmicos bolsistas em escolas com diferentes

índices do IDEB, também está amparado na possibilidade das diferentes e desafiadoras vivências, possibilitando diferentes análises que devem ser discutidos coletivamente com vistas a compreensão dos limites e das possibilidades para o rompimento dos padrões estereotipados em relação a Educação Pública. Esta participação deverá ter caráter dinâmico e articulado no contexto interno das Unidades Escolares, pois, considera-se como processo de inserção destes acadêmicos na realidade escolar toda a efetiva participação no planejamento escolar, na avaliação, em reuniões pedagógicas da comunidade educacional, quanto nas reuniões de pais.

O processo reflexivo externo será proposto por encontros de estudos sistematizados envolvendo coordenador institucional, coordenadores de área, supervisor, bem como os acadêmicos com objetivo de analisar, refletir e promover constantemente as condições necessárias para a articulação entre os envolvidos que possibilite a qualificação do processo de ensino aprendizagem. Sendo assim, este projeto se constitui numa proposta que se fundamenta na práxis, cujos envolvidos devem dispensar a ampla atitude investigativa e interativa, preconizadas pelo Plano de Metas Compromissos Todos pela Educação, PIBID, Residência Pedagógica e a missão da UNIPLAC - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação (PIBID) à Docência.

Residência Pedagógica

Esse projeto procura desencadear ações que possibilitem aos acadêmicos o conhecimento e a análise da realidade escolar, entrelaçando o espaço da prática educativa com o espaço de formação. A iniciação à docência por meio do RP viabiliza a condição de vivenciar as situações da profissão, com todo um suporte formador/problematizador, que assegura a aprendizagem de situações da prática docente, que seriam vivenciadas somente no momento do estágio curricular obrigatório inserido na estrutura curricular dos cursos de licenciaturas. A relação entre o processo de formação e as práticas alfabetizadoras vivenciadas no cotidiano das salas de aulas nas escolas subsidia articular, o processo de formação e o processo de alfabetização, buscando a superação da formação dos acadêmicos no modelo tradicional, normativo, prescritivo, mas uma formação capaz de refletir sobre sua experiência para compreender e melhorar o ensino. Os resultados apontam que a formação durante o

processo é um elemento essencial à própria constituição da área de alfabetização enquanto campo pedagógico. O convívio oportunizado, ao longo do desenvolvimento do trabalho, viabilizará a troca de conhecimentos e experiências, levando-nos a refletir não apenas acerca dos comportamentos sociais, dos sujeitos envolvidos no projeto, como também do nosso, enquanto profissional da educação.

Daí a necessidade de repensar a formação de professores a partir do contexto de seu trabalho, que integra a formação acadêmica e a vivência como docente em sala de aula. A interseção entre o espaço de formação e de formação no espaço, da sala de aula intensifica as possibilidades de um processo formativo nos contextos concretos da prática educacional superando um conhecimento ingênuo da realidade.

Nesse sentido como um espaço privilegiado para a formação dos acadêmicos dos cursos de licenciaturas superando o modelo da racionalidade técnica possibilitando uma base reflexiva na sua formação insere-se o Programa de Residência Pedagógica - RP, que tem como objetivos, entre outros, a formação de professores para a educação básica, contribuindo para a elevação da qualidade da escola pública; a valorização do magistério; a inserção dos acadêmicos dos cursos de licenciaturas no cotidiano de escolas da rede pública de educação, promovendo a integração entre educação superior e educação básica.

O programa concede bolsas de iniciação à docência não só aos acadêmicos e professores da universidade, mas, também aos professores de escolas públicas (supervisores), que acompanham as atividades dos bolsistas no espaço escolar, contribuindo com o seu processo de formação em articulação com o formador da universidade, constituindo-se dessa forma uma possibilidade para superar o desafio do distanciamento entre os espaços de formação e a realidade da escola e do exercício da profissão.

O RP traduz-se numa proposta de superar algumas visões ingênuas, acerca da escola, do conhecimento, e da própria profissão de ser professor. Durante o processo de inserção nas escolas os acadêmicos observam e vivenciam diferentes situações do cotidiano escolar, percebem os limites e as possibilidades da ação docente, participam constantemente dos desafios encontrados pelos professores regentes das turmas, percebem os diferentes encaminhamentos metodológicos organizados, para contribuir no processo ensino aprendizagem da criança/estudante, que por algum motivo não acompanha o ritmo da turma.

Os acadêmicos participantes do RP vivenciarão intensamente seu processo de formação inicial.

O curso de licenciatura em Pedagogia insere-se nesse programa com o projeto “Alfabetização, letramento e numeração no primeiro ano do ensino fundamental” desenvolverá suas atividades atuando em escolas estaduais e ou municipais do município de Lages/SC, que podem ser localizadas no centro da cidade e ou localizada em bairro. Por serem escolas que podem ser localizadas em diferentes contextos, a relevância de atuar e conhecê-las tornar-se-á significativa.

A partir do momento, que compartilhamos signos, linguagens e culturas convivemos e aprendemos diferentes situações nas dimensões sociais, política, econômica e cultural, que estão presentes no contexto escolar. Esse movimento possibilitará compreender as práticas sociais e culturais, e não julgá-las, e permitirá ainda, entender o ato educacional como um ato eminentemente político e formativo. Os bolsistas vão se constituindo no seu fazer diário, por meio de conhecimentos, que vão adquirindo, produzindo, na relação com as crianças e nos desafios que aparecem.

A iniciação à docência por meio do RP viabilizará a condição de vivenciar as situações da profissão, com todo um suporte formador/problematizador, que assegura a aprendizagem de situações da prática docente, que seriam vivenciadas somente no momento do estágio curricular obrigatório inserido na estrutura curricular dos cursos de licenciaturas.

A vivência no programa oferecerá aos bolsistas, a condição de uma aprendizagem sobre a docência, sendo favorecida significativamente pelas horas dedicadas ao acompanhamento das crianças nas escolas pelos registros das situações e acontecimentos da sala de aula, pelo tempo destinado ao estudo do referencial teórico, o diálogo permanente e a discussão nos seminários dos livros/referenciais estudados.

Também é de fundamental importância a compreensão de uma prática educativa pautada pela ética, pelo respeito entre professor e estudantes com os quais se estabelece relação nas escolas e pelo compromisso com a própria formação docente.

A escola é um espaço de ensino, aprendizagem, vivência de valores. É um espaço privilegiado para a formação inicial dos bolsistas, A escola é, então, o espaço de socialização onde o professor aprende os modos de ser e agir na profissão.

A noção de fazer da escola um espaço de troca de saberes, parte do reconhecimento de que a escola não é neutra, mas representa um tipo de educação. A escola ao mesmo tempo produz e reproduz saberes, que legitimam ou não as desigualdades, portanto também é um fazer político. O interesse pela emancipação, pelo crescimento intelectual e pessoal dos

bolsistas acontecerá nestes espaços de diferenciação, o que se refere também as relações de poder imbricadas na educação.

Nesse sentido o projeto procurará desencadear ações, que possibilitem aos bolsistas do curso de Pedagogia o conhecimento e a análise da realidade escolar, entrelaçando o espaço da prática educativa com o espaço de formação.

Programa de Desenvolvimento Regional – PROESDE/Licenciaturas

É de conhecimento geral que a Educação é um assunto importante na sociedade e na formação dos sujeitos. Sabendo disso, torna-se de suma importância estudo sobre as perspectivas da comunidade escolar a respeito da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento norteador publicado em 2017, cujo principal objetivo é relacionar os principais conteúdos/objetos de conhecimento para a Educação Básica.

Conforme documentos como a Constituição Brasileira (1988), a educação é um direito de todos e dever do Estado e da Família. Neste sentido, também se torna um objetivo a oferta da educação de qualidade, para isso dispõe-se de políticas públicas e leis para o auxílio e garantia destes direitos.

As disposições da BNCC são tema atual e muito discutido no âmbito escolar, mas para algumas instituições e alguns docentes, este documento está sendo um grande desafio, uma vez que, observa-se que sua função e objetivo não estejam esclarecidos totalmente.

Devido à proposta de implementação da Base Nacional Comum Curricular, em que tem como objetivo subsidiar a base do ensino nas escolas de todo o território nacional, para um ensino inovador e contextualizado com a vivência dos estudantes dentro e fora dos muros escolares.

O programa de educação superior para desenvolvimento regional PROESDE/Licenciaturas teve como objetivo mobilizar os acadêmicos dos cursos de graduação de diferentes licenciaturas para estudar e analisar os cadernos da Proposta Curricular de Santa Catarina do ano de 1991 à 2014, a Base Comum Curricular do Território de Santa Catarina e por fim, elaboração de planos de aula dentro das temáticas apresentadas. O estudo destas propostas nos levou a grandes reflexões sobre a aplicabilidade dos conteúdos estabelecidos em metodologias diferenciadas para maiores aprendizados dos estudantes da Educação Básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental, anos inicial e anos finais),

conforme estabelece a Base Curricular Catarinense.

O PROESDE Licenciatura, como parte do Programa UNIEDU, tem como objetivo promover a qualificação dos estudantes das licenciaturas para intervir e contribuir na qualidade da educação básica, mediante a articulação entre os cursos de licenciatura, e atividades desenvolvidas nas unidades escolares (UEs) públicas de educação básica. O foco central do curso foi a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil e Ensino Fundamental, a Proposta Curricular de SC (PCSC) e o Currículo.

A BNCC se expressa como um suporte para a estruturação curricular das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e Unidades Escolares. O estudo e a pesquisa tiveram como objetivo analisar a percepção dos docentes sobre a BNCC, identificar e caracterizar o conhecimento prévio dos professores em relação à Base, coletarem sugestões para sua aplicabilidade, identificar os desafios que proporcionam à escola e sua relação com PCSC, e prospectar estratégias de ação para a formação continuada dos professores visando uma educação de qualidade.

Além da produção realizada, destaca-se a dinâmica dos seminários regionais do PROESDE Licenciatura, que também proporcionaram debates com diversos atores da área educacional, sobre a temática em todas as regiões do estado, culminando com seminário estadual.

Convênio entre Secretaria de Estado da Educação e Universidade

O Termo de Cooperação Técnica n. 2017 TN 0461, de 20/04/2017 entre a Secretaria de Estado da Educação e a UNIPLAC tem como objetivo a regulamentação das condições de realização de estágio supervisionado e prática de ensino dos cursos da UNIPLAC. Para fins deste convênio, entendem-se como Estágio Supervisionado e Prática de Ensino as atividades assistidas proporcionadas ao estudante para a sua formação profissional docente em situações reais de vida e de trabalho ligadas à área de formação.

Os estágios objeto do convênio têm caráter curricular e obrigatório e se constituem elemento essencial à diplomação do acadêmico.

Estágios curriculares obrigatórios e prática de ensino terão duração e carga horária fixadas de acordo com o previsto nos regulamentos internos dos cursos.

O prazo da realização do estágio e da prática de ensino poderá ser ajustado de acordo com o calendário acadêmico em andamento, mediante ciência e anuência da instituição concedente.

Convênio entre a Secretaria Municipal de Educação e Universidade

O Convênio assinado n. 2337/2018, de 21/08/2018, entre a Prefeitura Municipal de Lages, através da Secretaria Municipal de Educação e a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, mantenedora da UNIPLAC, tem como objetivo a regulamentação das condições de realização de estágio supervisionado e prática de ensino dos cursos da UNIPLAC. Para fins deste convênio, entendem-se como Estágio Supervisionado e Prática de Ensino as atividades assistidas proporcionadas ao estudante para a sua formação profissional docente em situações reais de vida e de trabalho ligadas à área de formação.

Os estágios objeto do convênio têm caráter curricular e obrigatório e se constituem elemento essencial à diplomação do acadêmico.

Estágios curriculares obrigatórios e prática de ensino terão duração e carga horária fixadas de acordo com o previsto nos regulamentos internos dos cursos.

O prazo da realização do estágio e da prática de ensino poderá ser ajustado de acordo com o calendário acadêmico em andamento, mediante ciência e anuência da instituição concedente.

ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS

Por meio dos Projetos PIBID e Residência Pedagógica, a UNIPLAC insere acadêmicos bolsitas no cotidiano das escolas. O objetivo principal é possibilitar aos acadêmicos dos cursos de licenciatura a integração com o cotidiano das escolas, contribuindo assim, para a construção de sua identidade profissional.

A partir do 4º semestre, os acadêmicos do Curso de Pedagogia – Licenciatura realizam suas atividades práticas nas Escolas de Educação Básica, localizadas na região da Serra Catarinense.

O processo de estágio do curso, é desenvolvido em cinco etapas, conforme descritas abaixo:

- I. No 4º (quarto) semestre cada acadêmicos deverá fazer a observação do Campo de Estágio, com o objetivo de se familiarizar com as rotinas pedagógicas (sala de aula, conselhos de classe, reuniões pedagógicas, biblioteca), num total de 40h/a (quarenta horas aula). Definirá a partir da observação o projeto, condição para o início do processo de estágio obrigatório e escolherá o Orientador;
- II. O 5º (quinto) semestre compreende o desenvolvimento do exercício de intervenção de docência, na Educação Infantil de no mínimo 40 horas de estágio;
- III. No 6º (sexto) semestre cada acadêmico deverá fazer a observação do Campo de Estágio, com o objetivo de se familiarizar com as rotinas pedagógicas (sala de aula, conselhos de classe, reuniões pedagógicas, biblioteca), num total de 40h (quarenta horas). Definirá a partir da observação o projeto, condição para o início do processo de estágio obrigatório e escolherá o Orientador;
- IV. O 7º (sétimo) semestre será dedicado à regência de classe, nas turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, num total de 40 horas de estágio.
- V. No 8º (oitavo) semestre é a observação e atuação docente na Educação de Jovens e Adultos como também à conclusão do relatório final, num total de 40 horas de estágio.

Prática como Componente Curricular

A Prática como Componente Curricular (PCC) nos Cursos de Licenciaturas foi introduzida nos currículos de licenciatura (CNE 2/2015) que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica. Segundo as diretrizes, a PCC deve ser integralizada em 400 horas, com atividades que aproximem os acadêmicos das licenciaturas da realidade escolar, ainda no início do Curso. No entanto, destaca-se que tais atividades não devem ser confundidas com as atividades do Estágio Curricular Obrigatório.

Nesse sentido, o Curso de Pedagogia pretende trabalhar a PCC, por meio das disciplinas do semestre, com ações de ensino, pesquisa e extensão, desenvolver práticas pedagógicas que articulem todos os componentes curriculares, na perspectiva de analisar e propor ações no âmbito da formação e de atuação do licenciado a partir do 1º semestre no cotidiano escolar, conforme a ênfase:

- 1º semestre Relação Sujeito e Escola
- 2º semestre Educação Escolar e Sociedade
- 3º semestre Processos de Aprendizagem
- 4º semestre Prática Pedagógica
- 5º semestre Atuação Docente: Educação e Infância
- 6º semestre Atuação Docente: Anos Iniciais do Ensino Fundamental
- 7º semestre Atuação Docente: Anos Iniciais do Ensino Fundamental
- 8º semestre Atuação Docente: Educação de Jovens e Adultos - Atuação

Interdisciplinar.

CORPO DOCENTE

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) foi institucionalizado na UNIPLAC através da Resolução 088/2010 de 24 de setembro de 2010, atendendo a Resolução da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) n. 01, de 17/06/2010.

Com a composição do colegiado, previsto no artigo 95 do Regimento Geral da Universidade, foi constituído o Núcleo Docente Estruturante do Curso, conforme Portaria n. 101, de 01/10/2010.

De acordo com Estatuto da Fundação UNIPLAC, o colegiado do NDE do curso de Pedagogia é constituído por quatro (4) docentes que atuam no curso escolhidos pelos demais, em reunião colegiada do curso, sendo que o quinto docente e presidente é o coordenador do curso.

Todas as decisões são colegiadas e acontecem nas reuniões, que funcionam com a presença da maioria absoluta dos seus membros e as decisões serão tomadas pela maioria simples dos votos. As reuniões ordinárias do colegiado são bimestrais, podendo, no entanto, ocorrer extraordinariamente a qualquer tempo por convocação do coordenador ou a requerimento de (um terço 1/3) de seus membros, o qual terá atuação direta nas tomadas de decisões do curso.

O NDE está constituído com os seguintes professores:

Professor	Titulação	Nomeação
Mariléia Aparecida Wolff Tubs - Presidente	Mestrado	Portaria n. 086, de 04/08/2015.
Arlene Aparecida de Arruda	Mestrado	Portaria n. 086, de 04/08/2015.
Maria Selma Grosch	Doutorado	Portaria n. 027, de 29/03/2017.
Vanir Peixer Lorenzini	Mestrado	Portaria n. 086, de 04/08/2015.
Pedro Gasparin	Mestrado	Portaria n. 086, de 04/08/2015.

Sendo assim, o NDE do Curso de Pedagogia é composto por professores com titulação de doutores e mestres e dispõem de carga horária compatível com a função, além de ter o coordenador como presidente do núcleo.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Pedagogia constitui-se de um grupo de docentes, com caráter consultivo para acompanhamento do curso, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso (PPC) visando a contínua promoção de sua qualidade. São atribuições do NDE: partir dos resultados obtidos na autoavaliação e na avaliação externa; levantar dificuldades na atuação do corpo docente do curso, que interfiram na formação do perfil profissional do egresso; indicar formas de articulação entre o ensino de Graduação, a extensão, a pesquisa e a Pós-Graduação.

O NDE reúne-se, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, no início da cada semestre letivo e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros. As decisões do NDE são tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes e após cada reunião lavra-se a ata. Os casos omissos são resolvidos pelo próprio NDE ou pelo Colegiado de Curso, de acordo com a competência dos mesmos.

EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

-

O setor de EaD da [UNIPLAC](#) conta com uma equipe multidisciplinar que compõem sua equipe de Design Instrucional (DI) responsável por todas as etapas de produção, revisão e disponibilização dos materiais didáticos.

Esta equipe é formada pelos seguintes profissionais: Revisor, Pedagogo, Designer Instrucional e Técnico Audiovisual.

O setor de DI, possui planejamento e controle de desenvolvimento de materiais, um plano de ação documentado e implementado através de diferentes ferramentas de gestão.

ATUAÇÃO DO COORDENADOR

A atuação do coordenador atende à demanda existente e está de acordo com o PPC e o PDI, considerando a gestão do curso e a relação com os docentes e discentes.

De acordo com legislação e seguindo orientação dos instrumentos de avaliação de cursos do INEP/CEE, o coordenador do curso é da área profissionalizante de conhecimento do curso.

Possui experiência profissional na área do conhecimento, no magistério superior e é capacitado para a gestão acadêmica.

A atuação da coordenação do curso é regida pelos Artigos 43, 44, 45 e 46 do Regimento Geral da UNIPLAC. Regimentalmente a coordenação do curso de Graduação é o órgão administrativo para assuntos didáticos, pedagógicos, disciplinares de cada curso, articulado à Coordenação de Graduação.

A atuação do coordenador de curso atende a demanda de alunos matriculados no curso, considerando os serviços de gestão, atendimento a docentes e discentes, sendo pautado em um plano de ação.

O trabalho do coordenador é avaliado semestralmente, quando os alunos e corpo docente avaliam por meio da avaliação institucional, disponíveis na página da UNIPLAC. A coordenação de curso também administra a integração multidisciplinar existente, administrando conflitos e adequando as necessidades encontradas, proporcionando e almejando a melhoria contínua.

REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO

O regime de trabalho do coordenador é de tempo parcial, sendo que 15 horas são dedicadas à coordenação do curso. Considerando o número de alunos matriculados, essas horas são adequadas para a gestão do curso. O curso possui representatividade nos colegiados superiores. O planejamento de trabalho é pautado nas necessidades de melhorias e na qualidade do curso, conforme registros em Atas de reuniões de colegiado e do Núcleo Docente Estruturante, sendo sua gestão continuamente avaliada pelo processo de avaliação institucional permanente.

CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO

O corpo docente do curso de Pedagogia da UNIPLAC possui nos últimos cinco anos (2015 a 2020), **43** professores altamente qualificados, com formação *lato sensu*, mestres e doutores. Além disso, o Curso de Pedagogia tem a preocupação com a qualidade pretendida, bem como a garantia maior de qualificação do egresso.

O colegiado do curso é responsável por analisar as demandas das disciplinas quanto ao seu conteúdo, bem como fomentar as discussões e trazer temas atualizados para a temática em sala de aula, proporcionando ao aluno uma atualização e o contato com temas atualizados.

De acordo com a Resolução da UNIPLAC n. 124, de 04/06/2014, o docente deve ter no mínimo especialização e formação didático-pedagógica (Metodologia do Ensino Superior, Metodologia da Pesquisa e Monografia) para ter seu credenciamento.

Atualmente o corpo docente do curso de Pedagogia, por titulação é a seguinte:

<u>TITULAÇÃO</u>	<u>TOTAL</u>	<u>PERCENTUAL (%)</u>
<u>Doutores</u>	15	35%
<u>Mestres</u>	25	58%
<u>Especialistas</u>	03	7%
<u>TOTAL</u>	43	100%

REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

O regime de trabalho dos professores é diversificado. Está em fase de reestudos a reelaboração do plano de cargos e salários da Universidade, com proposta de contratação por carga horária em regime parcial e integral, além do regime horista para integralizar as substituições, quando necessário.

O regime de trabalho do corpo docente do curso é a seguinte:

<u>CARGA HORÁRIA</u>	<u>TOTAL</u>	<u>PERCENTUAL (%)</u>
40 horas (Integral)	20	47%
12 a 39 horas (Parcial)	13	30%
0 a 11 horas (Horista)	10	23%
<u>TOTAL</u>	43	100%

Observa-se que, os professores com regime integral e parcial, representam 100% do corpo docente, no entanto, os professores horistas representam 23 %. As cargas horárias na sua maioria variam, porém, garante o tempo necessário para que haja acompanhamento das atividades pedagógicas, no curso desenvolvidas.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE

A maioria dos professores do colegiado possuem experiência profissional nas áreas de atuação das unidades curriculares, o que permite apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em relação ao fazer profissional.

A tabela abaixo evidencia o tempo de experiência profissional do corpo docente:

TEMPO DE EXPERIÊNCIA	TOTAL	<u>PERCENTUAL(%)</u>
<u>Acima de 30 anos</u>	24	59%
<u>De 20 a 39 anos</u>	07	15%
De 10 a 19 anos	07	15%
<u>Menos de 10 anos</u>	05	11%
TOTAL	43	100%

EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Todos os professores do curso de Pedagogia tem experiência no exercício da docência na educação básica que vai de 05 (cinco) a 40 (quarenta) anos, haja vista que temos professores aposentados na rede pública estadual de educação do Estado de Santa Catarina.

Outros começaram suas vidas profissionais na escola de educação básica e, depois de alguns anos deixaram a educação básica para trabalhar na formação de professores no ensino superior.

E, tem os que trabalham no período diurno na educação básica da rede pública municipal e/ou estadual e privada e, no período noturno atuam como professores do ensino superior, o que significa maior apropriação da proposta pedagógica que o curso desenvolve.

EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

O corpo docente do Curso de Pedagogia possui vasta experiência no magistério superior, o que permite identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, e elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas.

Conforme legislação interna, cada professor somente poderá ministrar uma disciplina por semestre, exceto quando também, trabalhar com as disciplinas de Estágio Curricular Obrigatório. Além das atividades desenvolvidas nas disciplinas os professores podem acumular a função de orientador de estágio curricular obrigatório. Somente em casos excepcionais, aprovado pelo colegiado de curso e homologado pela Pró-Reitoria de Ensino é que pode ser trabalhado além do que está na legislação.

A tabela a seguir evidencia o tempo de experiência profissional no Ensino Superior:

<u>TEMPO DE EXPERIÊNCIA</u>	<u>TOTAL</u>	<u>PERCENTUAL</u>
<u>Acima de 30 anos</u>	03	7%
<u>De 20 a 39 anos</u>	07	16%
De 10 a 19 anos	30	70%
<u>Menos de 10 anos</u>	03	7%
TOTAL	43	100%

O tempo de experiência no magistério superior reflete a história do curso na UNIPLAC desde a sua criação.

EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EAD

Há uma representatividade significativa de profissionais especialistas, mestres e doutores que já atuaram e atuam no ensino superior em outros cursos da mesma área do conhecimento e com experiência profissional. A UNIPLAC, através de seu PDI (2019-2023), prevê em seu programa de apoio à gestão a formação continuada dos docentes com o objetivo de buscar aprimoramento e qualificação na atuação dos mesmos, o qual acontece anualmente em fevereiro e julho, antes dos períodos letivos regulares. Promovido pela Pró-Reitoria de

Ensino, Coordenação de Graduação e Setor de Projetos e Apoio Pedagógico – ProAPe. Além disso, são incentivadas as capacitações conforme necessidade dos colegiados de cursos. Os docentes também recebem uma capacitação docente para a EaD desde 2013, a qual treina esses docentes quanto a utilização das ferramentas do Moodle, de forma a otimizar o acompanhamento pedagógico do discente.

O professor está preparado e capacitado para atender todo o processo durante o andamento das disciplinas, observando o desempenho dos discentes, sanando dúvidas e criando meios que facilitem o acesso à informação pelo acadêmico. O professor atua como orientador e facilitador do conteúdo, desenvolvendo e potencializando as habilidades dos alunos. Estimula a autonomia dos discentes nos estudos, atua como mediador e realiza avaliações constantes da participação e aproveitamento dos alunos.

EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EAD

Da mesma forma que a formação e capacitação docente é incentivada através do Plano de Gestão da UNIPLAC, a formação dos tutores também é uma prática recorrente. Estas capacitações acontecem semestralmente através de projetos de extensão, sendo que sua prática se dá desde 2013. Já foram oferecidas 5 turmas de formação de tutores. Estes cursos são oferecidos na modalidade a distância, visando inserir os tutores no cenário de sua prática.

As capacitações têm como objetivo oportunizar aos docentes do Ensino Superior da UNIPLAC práticas e reflexões sobre as possibilidades teórico-metodológicas de cursos e/ou disciplinas na modalidade de Educação a Distância. Sendo que através desta formação o tutor busca:

- Compreender a construção histórica dos processos de Educação a Distância;
- Dimensionar espaço, tempo e ferramentas do processo ensino e aprendizagem para (re)elaborar o conhecimento historicamente produzido, através de uma aprendizagem flexível e independente;
- Praticar uso de diferentes mídias aplicáveis no processo de ensino e de aprendizagem na modalidade de educação presencial e a distância;
- Conhecer os diferentes papéis dos sujeitos envolvidos nessa modalidade de educação e a sua relevância no processo;
- Vivenciar a experiência de construir material didático para a modalidade de EaD;

- Refletir sobre as práticas educacionais na modalidade de Educação a Distância.

ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE

O Curso de Pedagogia possui colegiado próprio, que tem função consultiva e deliberativa nas questões didático-pedagógicas, no âmbito dos cursos, vinculado às Pró-Reitorias e que congrega os docentes que se encontram em atividade no semestre/ano letivo, conforme estabelece o artigo 95 do Regimento Geral da UNIPLAC.

O colegiado do curso de Pedagogia é composto por especialistas, mestres e doutores que contribuem para a excelência do curso pelo seu empenho e dedicação. A frequência nas reuniões que são realizadas de forma ordinária, conforme calendário acadêmico, duas vezes por semestre e extraordinariamente, sempre que solicitado, ajudam na tomada de decisões e união do grupo.

Compõem, ainda, o colegiado de curso os docentes integrantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE), os responsáveis por disciplina e que não estão em exercício, no referido semestre/ano letivo, pelo fato dos mesmos não estarem sendo oferecidas, como também pelo afastamento para exercício de função administrativa na UNIPLAC.

TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO

As disciplinas institucionais, aprovadas pela resolução n. 292, de 27/11/2017, conforme os processos de indicação docentes, são trabalhadas por tutores com graduação superior em áreas afins aos cursos a serem tutorados, possuem formação em pós-graduação *stricto sensu* e com comprovada experiência em educação à distância.

EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EAD

As disciplinas são trabalhadas por tutores que possuem comprovada experiência em educação à distância, o que permite identificar o tempo de resposta de aprendizagem dos discentes de forma rápida. Os tutores e a equipe de DI estão constantemente analisando o que pode ser melhorado na abordagem e apresentação de exemplos que tornem o conteúdo mais prático e atrativo ao aluno, permitindo assim, expor o conteúdo de maneira adequada à turma.

A equipe de tutores está capacitada para atender todo o processo de tutoria durante o

andamento das disciplinas, criando meios que facilitem o acesso à informação pelo discente. Os tutores atuam como orientadores e facilitadores do conteúdo, desenvolvendo e potencializando as habilidades dos discentes. Além disso, possuem conhecimento do conteúdo trabalhado, realizam feedbacks constantes aos alunos, estimulam debates realizados em fóruns, desenvolvem a habilidade de cooperação e interação entre os alunos. Outro ponto importante na atuação dos tutores é o conhecimento e a fluência nos recursos pedagógicos para auxiliar os discentes em dificuldades técnico-pedagógicas.

INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADORES

O setor de EaD, promove reuniões periódicas para o atendimento pedagógico entre equipe multidisciplinar, coordenação de EaD e professores tutores. Além disso, existe a prática de reuniões semanais entre os tutores e a equipe de DI com o objetivo de identificar eventuais problemas e realizar os devidos encaminhamentos. Por meio das reuniões são geradas ações corretivas ou de melhorias e essas ações são registradas no plano de ação do setor de EaD.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA.

As produções científica, cultural, artística ou tecnológica dos professores do colegiado do curso podem ser comprovadas no relatório gerado pelo setor de Recursos Humanos, no quadro em anexo.

INFRAESTRUTURA

ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

A Instituição apresenta uma infraestrutura que contempla espaços de trabalho de excelência para todos os professores em tempo integral, com acesso aos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação. Além destes espaços, em cada bloco, há amplas salas de professores, ventiladas e bem iluminadas, sendo que numa das salas, localizada no bloco I, há 6 computadores com acesso à Internet e com espaços reservados para os professores.

Existem também as salas de apoio e coordenações setoriais, equipadas com computadores, telefone, escrivaninhas e outros equipamentos necessários. Outro espaço apropriado aos estudos dos professores é a biblioteca onde há cabines que podem ser usadas pelos professores. Todos esses espaços de trabalho viabilizam o planejamento e a concretização das ações acadêmicas administrativas e didático-pedagógico, atendendo as demandas institucionais. Os espaços para os professores de tempo integral, garantem privacidade para uso dos recursos, atendimento aos alunos e orientações, bem como a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

O Curso de Pedagogia possui espaço próprio para as atividades administrativas e para o atendimento individualizado, estruturado com computador e equipamentos de multimídia e comunicação. A coordenação tem à sua disposição toda uma equipe administrativa para assuntos técnicos e pedagógicos que pode ser acionada quando necessário, como Secretaria Acadêmica, Setor de Projetos e Apoio Pedagógico (SEAPE), Protocolo, Recursos Humanos, Coordenação de Graduação, Núcleo de Informática (NIU), Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (PAAP).

O curso de Pedagogia da UNIPLAC tem seus espaços para reuniões com professores, que tanto podem ser em conjunto, quanto em caráter individual, para atendimento de alunos e/ou de professores. As reuniões mais gerais acontecem nas salas de aula ou nos auditórios.

SALA COLETIVA DE PROFESSORES

As salas coletivas de professores, estão localizadas em diferentes blocos (prédios), são salas que possuem espaço físico adequado, com ventilação, iluminação, mobiliário e equipamentos para propiciar o trabalho docente. As salas possuem recursos de Tecnologias da Informação e Comunicação apropriados (computadores com acesso à Internet) para o quantitativo de docentes e dispõe de apoio técnico-administrativo próprio e espaço para a guarda de equipamentos e materiais (há em cada bloco, armários individualizados, com chaves, para cada professor guardar seus materiais e objetos pessoais).

SALAS DE AULA

As salas de aula da UNIPLAC foram construídas segundo o padrão definido pela legislação. Estão equipadas com material de acordo com a necessidade de cada curso. As salas para desenvolvimento das disciplinas teóricas estão dentro do padrão estabelecido pela engenharia. As salas de aula do curso de Pedagogia dispõem de multimídia instalada, e telas para projeção. Os demais espaços pedagógicos utilizados para a realização das aulas apresentam condições favoráveis ao seu desenvolvimento.

Além disso, o Curso poderá se utilizar de espaços como Auditório para reuniões científicas e defesas de trabalhos de Curso. Estes espaços dispõem de multimídia instalada, cadeiras estofadas, microfones e som ambiente.

ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A UNIPLAC conta atualmente com significativa infraestrutura em relação aos equipamentos de informática. Os Laboratórios de informática estão localizados no bloco 01 no primeiro e segundo pisos, permitindo excelente acesso aos seus usuários. Estão à disposição dos alunos seis laboratórios de informática com acesso a *internet*, contendo de 15 a 20 terminais cada um deles e ainda a sala de multimídia localizada na biblioteca, contendo 15 microcomputadores conectados a internet, o que representa boas condições de utilização pelos alunos. Ainda dispõe de um laboratório móvel e o laboratório do EAD.

A Universidade também possui acesso à rede sem fio (*wireless*). O sinal está disponível no Bloco I, Bloco 2, Biblioteca, Auditório CCJ, Centro de Convivência e Escritório Modelo, permitindo dessa forma aos alunos condições suficientes de acesso às tecnologias.

O Núcleo de Informática da UNIPLAC – NIU tem por missão administrar as

demandas na área de tecnologia da Fundação UNIPLAC e de suas mantidas no que se refere ao controle e desenvolvimento de software, hardware e infraestrutura, sendo o setor responsável pela manutenção preventiva e corretiva dessa infraestrutura com corpo técnico especializado.

A política de atualização tecnológica de equipamentos de tecnologia tem como objetivo garantir à Universidade no âmbito de Ensino, Pesquisa e Extensão infraestrutura de tecnologia adequada para o seu melhor funcionamento.

A atualização de software é realizada conforme dita o licenciamento, porém nossa IES preza pelo uso de software, que são atualizados semestralmente quando realizados a formatação de todas as máquinas disponibilizadas nos laboratórios.

As atualizações dos equipamentos são periódicas. Todo ano os equipamentos de um laboratório de informática são substituídos. O critério de atualização é definido pelo tempo de uso dos equipamentos regidos pela Política de atualização e de manutenção de equipamentos.

Aquisição de Hardware e Software - este planejamento de expansão e atualização segue o disposto no PDI Institucional, projetos de cursos de graduação, pós-graduação, projetos de pesquisa e extensão, planos de gestão setoriais e planejamentos institucionais anuais. Após aprovação dos respectivos projetos, a necessidade de expansão deve ser encaminhada ao NIU que, por sua vez, definirá as configurações de hardwares e softwares necessárias, bem como o projeto de implantação, e encaminhará para o Setor de Compras.

Manutenção Preventiva e Corretiva - o NIU possui uma equipe de técnicos responsáveis por manter a infraestrutura de Tecnologia da Informação em condições perfeitas de uso, oferecendo serviços de suporte, manutenção preventiva e manutenção corretiva.

O setor ainda planeja e executa um cronograma de manutenção preventiva anualmente em todos os equipamentos de TI da Instituição.

As manutenções corretivas são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos usuários no canal de suporte do NIU.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR (UC)

[O acervo físico da biblioteca está tombado e informatizado, sendo utilizado o sistema](#)

Pergamum, que é utilizado amplamente pela maioria das universidades brasileiras e por mais de 8.000 bibliotecas em todo o país. O Sistema contempla as principais funções de uma Biblioteca (por exemplo, reserva, empréstimo, consulta, relatórios, dados de aquisição, levantamento bibliográfico, dentre outras), funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão dos centros de informação, melhorando a rotina diária com os seus usuários.

O acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES, com assinatura para acesso a base de dados de E-books Minha Biblioteca. Ela é um consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil - Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva - que oferece às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo técnico e científico de qualidade pela internet.

Através da plataforma Minha Biblioteca, estudantes têm acesso rápido e fácil a mais de 6.500 títulos acadêmicos entre as principais publicações de diversas áreas de especialização: direito, ciências sociais aplicadas, saúde, entre outras.

Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

Conforme relatório referendado as bibliografias básicas do curso por UC, o NDE do curso se responsabiliza pela adequação e atualização do acervo da bibliografia básica em relação às UC e aos conteúdos descritos no PPC do curso, levando em consideração o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título e/ou assinatura de acesso disponível no acervo.

Além dos serviços de aquisição, catalogação, pesquisa, organização do acervo, estatísticas dos materiais pesquisados, restauração e encadernação de materiais danificados, empréstimo local e domiciliar, entre outros serviços, a Biblioteca também disponibiliza acesso a informação eletrônica através de cursos, oficinas e aulas expositivas, demonstrando como utilizar os diversos recursos de bases de dados disponíveis na Biblioteca ou na internet. Também está a disposição, através de bibliotecários, para orientar nas pesquisas, auxiliando na busca de informações independente do formato. Recursos eletrônicos disponíveis:

- O Catálogo Coletivo da Rede de Bibliotecas ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), tem como objetivo integrar o acervo das bibliotecas participantes do Sistema ACAFE oferecendo serviço de consulta simultânea aos acervos de todas as

bibliotecas participantes do projeto e empréstimo entre as bibliotecas.

- COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica) – É um serviço do IBICT -Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia - que atende a mais de 2.600 bibliotecas brasileiras. Permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais. Entre os documentos acessíveis, encontram-se periódicos, teses, anais de congressos, relatórios técnicos e partes de documentos. O COMUT sempre é utilizado quando o pesquisador não encontra o texto completo do documento que está pesquisando.

Além disso, o acervo possui exemplares e assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço, sendo utilizados os seguintes:

- Portal de Periódicos da Capes - O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 36 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

- Nove bases de dados contemplando todas as áreas do conhecimento. As primeiras bases que a instituição teve acesso via Portal da Capes, em 2007, foram a Scopus (Base referencial que abrange todas as áreas do conhecimento) e a ScienceDirect (Base com texto completo também contemplando todas as áreas do conhecimento). Em 2012, foram liberadas pelas Capes para UNIPLAC, mais sete bases de dados. São elas: BioOne (área de Ciências Biológicas); Derwent Innovations Index (nas áreas de Química, Elétrica e Eletrônica, Engenharias); Ecological Society of America – ESA – (Ciência da Ecologia, Meio Ambiente, Mudança Climática); JCR – Journal Citation Reports (Dados sobre mais de 8.000 revistas em Ciência e Tecnologia e mais de 2.600 em Ciências Sociais); Mary Ann Liebert (Ciências Biológicas, Biomedicina, Biotecnologia, Medicina clínica); SAGE Publications (Comunicação, Ciências Políticas, Psicologia e Sociologia, Urbanismo); Web of Science (Ciência, Ciências Sociais, Artes e Humanidades).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR (UC)

O acervo físico da biblioteca está tombado e informatizado, sendo utilizado o sistema Pergamum, que é utilizado amplamente pela maioria das universidades brasileiras e por mais de 8.000 bibliotecas em todo o país. O Sistema contempla as principais funções de uma Biblioteca (por exemplo, reserva, empréstimo, consulta, relatórios, dados de aquisição, levantamento bibliográfico, dentre outras), funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão dos centros de informação, melhorando a rotina diária com os seus usuários.

O acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES, com assinatura para acesso a base de dados de E-books Minha Biblioteca. Ela é um consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil - Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva - que oferece às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo técnico e científico de qualidade pela internet.

Através da plataforma Minha Biblioteca, estudantes têm acesso rápido e fácil a mais de 6.500 títulos acadêmicos entre as principais publicações de diversas áreas de especialização: direito, ciências sociais aplicadas, saúde, entre outras.

Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

Conforme relatório referendado as bibliografias complementares do curso por UC, o NDE do curso se responsabiliza pela adequação e atualização do acervo da bibliografia complementar em relação às UC e aos conteúdos descritos no PPC do curso, levando em consideração o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título e/ou assinatura de acesso disponível no acervo.

Além dos serviços de aquisição, catalogação, pesquisa, organização do acervo, estatísticas dos materiais pesquisados, restauração e encadernação de materiais danificados, empréstimo local e domiciliar, entre outros serviços, a Biblioteca também disponibiliza acesso a informação eletrônica através de cursos, oficinas e aulas expositivas, demonstrando como utilizar os diversos recursos de bases de dados disponíveis na Biblioteca ou na internet. Também está a disposição, através de bibliotecários, para orientar nas pesquisas, auxiliando na busca de informações independente do formato. Recursos eletrônicos disponíveis:

- [O Catálogo Coletivo da Rede de Bibliotecas ACADE \(Associação Catarinense das](#)

Fundações Educacionais), tem como objetivo integrar o acervo das bibliotecas participantes do Sistema ACAFE oferecendo serviço de consulta simultânea aos acervos de todas as bibliotecas participantes do projeto e empréstimo entre as bibliotecas.

- COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica) – É um serviço do IBICT -Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia - que atende a mais de 2.600 bibliotecas brasileiras. Permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais. Entre os documentos acessíveis, encontram-se periódicos, teses, anais de congressos, relatórios técnicos e partes de documentos. O COMUT sempre é utilizado quando o pesquisador não encontra o texto completo do documento que está pesquisando.

Além disso, o acervo possui exemplares e assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço, sendo utilizados os seguintes:

- Portal de Periódicos da Capes - O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 36 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

- Nove bases de dados contemplando todas as áreas do conhecimento. As primeiras bases que a instituição teve acesso via Portal da Capes, em 2007, foram a Scopus (Base referencial que abrange todas as áreas do conhecimento) e a ScienceDirect (Base com texto completo também contemplando todas as áreas do conhecimento). Em 2012, foram liberadas pelas Capes para UNIPLAC, mais sete bases de dados. São elas: BioOne (área de Ciências Biológicas); Derwent Innovations Index (nas áreas de Química, Elétrica e Eletrônica, Engenharias); Ecological Society of America – ESA – (Ciência da Ecologia, Meio Ambiente, Mudança Climática); JCR – Journal Citation Reports (Dados sobre mais de 8.000 revistas em Ciência e Tecnologia e mais de 2.600 em Ciências Sociais); Mary Ann Liebert (Ciências Biológicas, Biomedicina, Biotecnologia, Medicina clínica); SAGE Publications (Comunicação, Ciências Políticas, Psicologia e Sociologia, Urbanismo); Web of Science (Ciência, Ciências Sociais, Artes e Humanidades).

LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA

A UNIPLAC conta atualmente com significativa infraestrutura em relação aos equipamentos de informática. Os Laboratórios de informática estão localizados no bloco 01 no primeiro e segundo pisos, permitindo excelente acesso aos seus usuários. Estão à disposição dos alunos seis laboratórios de informática com acesso a *internet*, contendo de 15 a 20 terminais cada um deles e ainda a sala de multimídia localizada na biblioteca, contendo 15 microcomputadores conectados a internet, o que representa boas condições de utilização pelos alunos. Também dispõe do laboratório móvel e o laboratório do EAD.

A Universidade também possui acesso à rede sem fio (*wireless*). O sinal está disponível nos Blocos, Biblioteca, Auditório CCJ, Centro de Convivência e Escritório Modelo, permitindo dessa forma aos alunos condições suficientes de acesso às tecnologias.

Tanto os laboratórios, quanto as práticas são avaliadas periodicamente quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade, sendo os resultados utilizados pela coordenação do curso para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Os laboratórios didáticos atendem às necessidades do curso, de acordo com o PPC e com as respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, apresentam conforto, manutenção periódica, serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas. Possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas, havendo, ainda, avaliação periódica quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios, sendo os resultados utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

Laboratório – Brinquedoteca

O curso de Pedagogia possui um laboratório específico: a Brinquedoteca que tem a

intenção de propiciar aos futuros professores conhecimento sobre as teorias e as práticas que envolvem os brinquedos e as brincadeiras, bem como ser um espaço em que as práticas educativas possam ser exercidas e refletidas.

A brinquedoteca é um espaço privilegiado onde acadêmicos e professores, do curso de Pedagogia e dos demais cursos oferecidos pela Instituição, poderão não apenas observar a criança, como também desenvolver ações pedagógicas com vistas ao aperfeiçoamento profissional. Nesse sentido, constitui-se como um espaço para o desenvolvimento de pesquisas a partir de situações de brincadeiras que ocorrem no interior da brinquedoteca, ligando-se com os propósitos universitários de ensino, pesquisa e extensão.

A brinquedoteca é encarada como um laboratório onde professores e acadêmicos do Ensino Superior dedicam-se à exploração do brinquedo e do jogo em termos de pesquisa e de busca de alternativas que possibilitem vivências, novos métodos, estudos, observações, realizações de estágios e divulgação para a comunidade (SANTOS, 2000, p. 59).

As interações acontecem em nível de formação, um processo de apropriação de conteúdos básicos para a atuação profissional, e a brinquedoteca se torna um espaço de formação pedagógica, teórica a prática. Para isso, o espaço disponibiliza acervos e materiais, além de diferentes jogos e brinquedos, que servem como ferramentas e estratégias para interagir, brincar e aprender, além de, conforme Santos (2000), destinar-se a viver emoções, prazeres, explorações, criatividade e construções de conhecimento.

A brinquedoteca é da criança, mas a brinquedoteca da Universidade, como cita Santos (1997, p. 23):

É um espaço privilegiado onde os alunos de diversos cursos podem não só observar a criança, mas também desenvolver atividades com vistas ao aperfeiçoamento profissional. Docentes vinculados às unidades universitárias conduzem pesquisas a partir de situações de brincadeiras que ocorrem no interior das brinquedotecas. A disponibilidade de acervos e materiais de jogo, além de auxiliar tarefas docentes, permite ao público informar-se sobre a temática do jogo.

A Brinquedoteca do Curso de Pedagogia da UNIPLAC é um espaço de estudo, de brincadeiras e de pesquisas para as crianças, para os acadêmicos e para os professores do Curso de Pedagogia, o que possibilita a ampliação da qualidade acadêmica do curso, além de poder realizar convênios e desenvolver projetos e atividades com escolas públicas e outras instituições de atendimento às crianças do município e da região.

Consideramos a brinquedoteca como espaço que privilegia o brincar, a linguagem primordial da infância. Brincar é o trabalho da criança, e se estamos formando sujeitos para atuar com crianças, precisamos reconhecer a importância desse trabalho infantil e dar espaço para que esse direito seja garantido. Acreditamos que a brinquedoteca é um espaço acolhedor e produtor das culturas infantis, por isso a percebemos como um local transformador, onde se resgata a brincadeira.

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

O Comitê de Ética em Pesquisa na UNIPLAC foi criado por meio da Resolução n. 010, de 17 de abril de 2002.

A Plataforma BRASIL é o sistema oficial de lançamento de pesquisas para análise e monitoramento do Sistema CEP/CONEP. No ano de 2014 o CEP-UNIPLAC, por determinação do CONEP/CNS, passou a receber e analisar os Projetos de Pesquisa envolvendo seres humanos através da Plataforma Brasil. Desde então, todos os documentos necessários à apreciação ética dos Projetos de Pesquisa são incluídos na base de dados da Plataforma.

A norma assim o estabelece e no caso da UNIPLAC também acontece que os protocolos de pesquisa são entregues à Comissão de Ética na Pesquisa para análise e parecer justificado e orientado por princípios de impessoalidade, transparência, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, particularmente em aspectos que envolvam:

Pesquisa com seres humanos; Genética humana; Reprodução humana; Equipamentos e dispositivos terapêuticos novos ou não registrados no País; Novos procedimentos terapêuticos invasivos; Estudos com populações indígenas; Projetos de pesquisa que envolvam organismos geneticamente modificados (OGM), células-tronco embrionárias e organismos que representem alto risco coletivo, incluindo organismos relacionados a eles, nos âmbitos de: experimentação, construção, cultivo, manipulação, transporte, transferência, importação, exportação, armazenamento, liberação no meio ambiente e descarte; Protocolos de constituição e funcionamento de biobancos para fins de pesquisa; Pesquisas com coordenação e ou patrocínio originados fora do Brasil, excetuadas aquelas com copatrocínio do Governo Brasileiro; e Projetos que, a critério do CEP e devidamente justificados, sejam julgados merecedores de análise pela CONEP.

Os projetos são encaminhados a um Relator por área de conhecimento, discutido em

plenária, sendo após emitido um parecer consubstanciado.

O atual Conselho de Ética na Pesquisa – CEP da UNIPLAC foi reconstituído mediante Portaria nº 091, de 19 de agosto de 2015 e alterado pela Portaria nº 118, de 03 de dezembro de 2015.

No que tange à sua constituição o perfil é multidisciplinar. O serviço prestado ao CEP é voluntário e não remunerado.

O Comitê reúne-se uma vez por mês, todas as terceiras quartas-feiras, às 17h 30min, tendo como pauta a discussão dos projetos em avaliação.

Conforme determina a norma específica, o CEP-UNIPLAC dispõe de ambiente exclusivo de trabalho, privativo para os componentes, dotado dos equipamentos necessários e de funcionária de apoio em regime de 10 horas semanais.

Operacionalmente falando, o CEP-UNIPLAC revisa todos os protocolos (projetos) de pesquisa envolvendo seres humanos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas. Tem também papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência, bem como a atribuição de receber denúncias e requerer a sua apuração.

REQUISITOS LEGAIS

O projeto pedagógico do Curso de Pedagogia preconiza o estrito cumprimento dos marcos regulatórios abaixo relacionados:

Dispositivo legal ou normativo	Explicitação de como o PPC prevê a situação normatizada
Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia	– Resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006. – Resolução CNE/CP n. 2, de 01/07/2015.
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).	
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana.	– Resolução CNE/CP n. 1 de 17 de junho de 2004. – Lei 9.394/1996 e Lei 10.639/2003. – Resolução CONSUNI n. 114, de 1º/11/2013, que determina a inclusão desses conteúdos em todos os Cursos de Graduação da UNIPLAC. – O curso incluiu a temática na disciplina Políticas Públicas da Educação Básica do 2º semestre, com 40 horas – 2 créditos e na disciplina Cultura, Diferença e Cidadania do 2º semestre, com 80 horas - 4 créditos .
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental	– Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. – Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002. – Resolução CNE/CP n. 1 de 17 de junho de 2004. – Resolução UNIPLAC n. 115, de 1º/11/2013. – O curso incluiu a temática na disciplina Políticas Públicas da Educação Básica do 2º semestre, com 40 horas – 2 créditos e na disciplina Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do 5º semestre, com 80 horas - 4 créditos .
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos	– Parecer CNE/CP n. 8 de 06 de março de 2012. – Resolução UNIPLAC n. 127, 12 de junho de 2014, que determina a inclusão da Educação para Direitos Humanos na graduação. – O curso incluiu a temática na disciplina Políticas Públicas da Educação Básica do 2º semestre, com 40 horas – 2 créditos e na disciplina Cultura, Diferença e Cidadania do 2º semestre, com 80 horas - 4 créditos.
Titulação do corpo docente	– Lei 9.394/96, art. 66. O curso de Pedagogia apresenta um corpo docente em sua ampla maioria em nível de <i>lato e stricto sensu</i> .
Regulamenta internamente os critérios para o credenciamento de docentes nos cursos de Graduação da UNIPLAC.	– Resolução CONSUNI n. 124, de 04/06/2014.
Núcleo Docente Estruturante - NDE	– Resolução CONAES n. 1, de 17/06/2010. – Resolução n. 088/2010 – UNIPLAC – Portaria n. 101, de 01/10/10 – Constituição do NDE – Portaria n. 086, de 04/08/15 – Reconstituição do NDE – Portaria n. 027, de 29/03/17 – Substituição de Membro
Carga horária mínima em horas	– O PPC prevê uma carga horária de 3.200 horas em conformidade com o previsto na Resolução CNE/CP n. 2/2007.
Tempo de integralização	– Resolução CNE/CES n. 02, de 18/06/2007, conforme inciso IV art 2: “a integralização distinta das desenhadas nos cenários apresentados nesta Resolução poderá ser praticada

	desde que o Projeto Pedagógico justifique sua adequação”. – Resolução n. 172 de 25/05/2015 do CONSUNI.
Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.	– Decreto n. 5.296/2004. – Portaria n. 099, de 22/10/2012 – Criação da Comissão Institucional de Acessibilidade (CIA).
Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.	– Lei n. 12.764, de 27/12/2012 – Decreto n. 8.368, de 02/12/2014
LIBRAS	– Decreto n. 5.626/2005 - Inserção da disciplina Libras no PPC. – Resolução n. 086, de 21/01/09 UNIPLAC. – Disciplina de Libras faz parte da Estrutura Curricular do Curso: Libras I no 6º Semestre, com 40 horas – 2 créditos e Libras II no 7º Semestre, com 40 horas – 2 créditos.
Política de inclusão e acessibilidade da Fundação UNIPLAC e da Universidade do Planalto Catarinense.	– Resolução CONSUNI n. 235, de 11/08/2016.
Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista Regulamenta a Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012 Resolução CONSUNI n. 235, de 11/08/2016.	– Lei n. 12.764, de 27/12/2012; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. – Decreto n. 8.368, de 02/12/2014. – Trata da política de inclusão e acessibilidade da Fundação UNIPLAC e da Universidade do Planalto Catarinense.
Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno (PAAP).	– Resolução n. 213, de 07/04/2016. – Resolução n. 219, de 08 de junho de 2016.
Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno – PAAP, vinculado ao Setor de Apoio Pedagógico (SEAPE) da Pró-Reitoria de Ensino	– Portaria UNIPLAC n. 023, de 20/03/2017.
Política de Inclusão e Acessibilidade vigente. Dirigida às pessoas com deficiências ou mobilidade	– Resolução CONSUNI n. 235, de 11/08/2016.
Informações acadêmicas	– Normativa n. 40, de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC n. 23, de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010. – Todos os registros acadêmicos de todos os cursos da UNIPLAC são disponibilizados em cópias físicas ou <i>on line</i>.
Regime de Migração das Instituições de Educação Superior Privadas para o Sistema Federal de Ensino.	– Edital n.4, de 1º/07/2014 e Portaria Normativa n. 40, de 12/12/2007, do MEC. – Resolução CONSUNI n. 134, de 25/07/2014. – Concessão da Autonomia Universitária - SEI 23000.002418/2018-94 – e-mail de 07/06/19 – CGGIREs/DPR/SERES/MEC.
Regulamento da Biblioteca Universitária e das Bibliotecas Setoriais da UNIPLAC. Política de Desenvolvimento do Acervo das Bibliotecas da UNIPLAC.	– Resolução CONSUNI n. 237, de 13/09/2016. – Resolução CONSUNI n. 238, de 13/09/2016.
Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Obrigatórios dos Cursos de Graduação da UNIPLAC.	– Resolução CONSUNI n. 232, de 08/08/2016.
Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Não Obrigatórios dos Cursos de Graduação da UNIPLAC.	– Resolução n. 432 de 27 de setembro de 2013. (D.O.U n. 217 Seção I de 07/11/2013) – Resolução CONSUNI n. 231, de 08/08/2016. – Ata n. 01, de 20/04/2017, do NDE – Ata n. 03, de 20/04/2017, do Colegiado de Curso – Aprovação da Reitoria em 11/05/2017

Regulamento do Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Pedagogia	– Resolução CNE/CES n. 11, de 11 de março de 2002 – Parecer CONSUNI n. 023, de 14/06/2017 – Resolução n. 275, de 14/06/2017
Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Pedagogia	– Resolução CNE/CES n. 11, de 11 de março de 2002 – Parecer CONSUNI n. 006, de 08/09/20
Avaliação do Ensino Aprendizagem	– Resolução CONSUNI n. 207, de 20/01/2016.
Comitê de Ética em Pesquisa.	– Portaria de Criação do CEP, n. 010, de 17/04/2002. – Portaria n.118, de 03/12/2015.
Prevalência de avaliação presencial para Modalidade a Distância.	– Decreto n. 5.622/2005 art. 4, inciso II, § 2º. Os resultados dos exames presenciais prevalecem sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação à distância. O PPC insere esta obrigatoriedade.
Disciplinas na Modalidade a Distância	– Portaria MEC n. 1.134, de 10/10/2016. – Resolução CONSUNI n. 291, de 21/11/2017; – Resolução CONSUNI n. 292, de 27/11/2017; – Resolução CONSUNI n. 342, de 20/03/2018; – Resolução CONSUNI n. 347, de 30/04/2018; – Resolução CONSUNI n. 355, de 19/06/2018.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.131**, de 24/11/1995. Altera dispositivos da Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.394**, de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.795**, de 27/04/1999. Dispõe sobre a educação ambiental.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 10.048**, de 08/11/2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências. Decreto n. 5.296/04.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 10.098**, de 19/12/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 4.281**, de 25/06/2002. Regulamenta a Lei n. 9.795, de 27/04/1999, que cria a Política Nacional de Educação Ambiental.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 10.639**, de 09/01/2003. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afrobrasileira.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 3.284**, de 07/11/2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

BRASIL. Congresso Nacional, **Lei n. 10.861**, de 14/04/2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP n. 1**, de 17/06/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 5.296**, de 02/12/2004. Regulamenta a Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 5.625**, de 22/12/2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24/04/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19/12/2000.

BRASIL. Governo Federal. **Resolução CNE/CES n. 1**, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia.

BRASIL. Governo Federal. **Lei n. 11.788**, de 25/06/2008. Dispõe sobre estágio de estudantes.

BRASIL. Governo Federal. **Lei n. 12.764**, de 27/11/2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do Art. 98 da Lei n. 8.112, de 11/12/1990.

CONEP. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 196/96**. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira **Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE)**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2014.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 134**, de 15/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 031**, de 15/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 312**, de 23/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 334**, de 09/11/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 058**, de 09/11/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 2.717**, de 10/12/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 243**, de 23/11/2010. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 070**, de 23/11/2010. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 038**, de 10/02/2011. Recredenciamento da Universidade.

UNIPLAC. CONSUNI. **Resolução n. 051**, de 18/12/2006. Normatiza a Avaliação Institucional.

UNIPLAC. CONSUNI. **Parecer n. 086**, de 21/12/2009. Língua Brasileira de Sinais - Libras.

UNIPLAC. Conselho Universitário e de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Parecer n. 503**, de 09/10/2007. Criação do Núcleo de Pesquisa Negro e Educação (NEAB).

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. 088**, de 24/09/2010. Institucionaliza os Núcleos Docentes Estruturantes.

UNIPLAC. Diálogos Integradores. **Avaliação das linhas de Pesquisa da UNIPLAC**. 08/10/2011.

UNIPLAC. CONSUNI. **Parecer n. 080**, de 15/12/2011. Revisão e adequação das linhas de Pesquisa da UNIPLAC.

UNIPLAC. **Regimento Geral da Universidade**. 12 de agosto de 2012.

UNIPLAC. CONSUNI. **Portaria n. 099**, de 22/10/2012. Comissão Institucional de Acessibilidade.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 114**, de 01/11/2013. Diretrizes para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 115**, de 01/11/2013. Diretrizes para a Educação Ambiental.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 127**, de 12/06/2014. Diretrizes para Educação em Direitos Humanos.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Parecer n. 050**, de 26/08/2014. Institui requisitos legais sobre: Educação Ambiental, Educação para Relações Étnico-raciais e Educação em Direitos Humanos.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. 207**, de 20/01/2016. Define nova metodologia para a Avaliação da Aprendizagem no âmbito da UNIPLAC e regulamenta o artigo 123, parágrafo único do Regimento Geral.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 172**, de 25/05/2015. Estabelece o tempo máximo de integralização dos cursos de graduação da UNIPLAC.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 231**, de 08/08/2016. Aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Não Obrigatórios da UNIPLAC.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 232**, de 08/08/2016. Aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Obrigatórios da UNIPLAC.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. CONSUNI n. 207**, de 20/01/2016. Define nova metodologia para a Avaliação da Aprendizagem no âmbito da UNIPLAC e regulamenta o artigo 123, parágrafo único do Regimento Geral.

UNIPLAC. CONSUNI. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019/2023**.